

# MANIFESTAÇÃO CONCENTRAÇÃO

PELOS SALÁRIOS E EMPREGO  
POR UMA POLÍTICA DIFERENTE

**Todos temos razões  
para protestar**

5 JUN 93

Pág. 9

Carlos Carvalhas  
no Encontro de Quadros Intelectuais

**«No combate  
da emancipação  
o trabalho  
dos intelectuais  
é da maior  
importância»**

Págs. 3, 4 e 5



**Encontro  
de Álvaro Cunhal  
com jovens  
no Porto**

Pág. 5



**CNA promoveu  
conferência  
sobre  
o Mundo Rural**

Pág. 13



**Évora:  
o escândalo  
do inquérito**

Pág. 7

**★  
Luís Sá, em Aveiro:  
«Um órgão  
autárquico  
fica diferente  
quando a CDU  
nele participa»**

Pág. 7

**Avante!**

Devido ao feriado de 10 de Junho, o próximo número do «Avante!» sairá na quarta-feira, dia 9.



Conferência do Mundo Rural, organizada pela CNA em Lisboa, no domingo

## RESUMO

### 26 Quarta-feira

A Assembleia da República aprova por unanimidade um voto de pesar pela desaparecimento de Francisco Sousa Tavares, falecido na noite de terça-feira ■ Cavaco Silva adia a sua visita à Rússia, prevista para os dias 2, 3 e 4 de Junho ■ Sessenta e dois responsáveis do Congresso Pan-Africanista (PAC) continuam detidos pela polícia sul-africana ■ O Tribunal Constitucional da Guatemala considera nulos os decretos anunciados pelo Presidente Serrano que lhe conferem poderes excepcionais ■ O Conselho de Segurança da ONU insitiu um Tribunal Internacional para julgar os responsáveis de crimes de guerra na ex-Jugoslávia ■ Jacques Delors faz no Parlamento Europeu um discurso pessimista sobre a Europa que enfrenta «as previsões mais sombrias» desde o fim da 2ª Guerra Mundial ■ Washington manifesta compreensão perante a opção do Governo angolano de suspender a cláusula «triplo zero» consagrada nos acordos de Bicesse.

### 27 Quinta-feira

O PCP apresenta quatro projectos de lei sobre a transparência da vida política ■ O parlamento aprova por unanimidade os projectos de lei do PS e do PCP que garantem o exercício da acção popular ■ Os sindicatos representativos dos trabalhadores da TAP reúnem-se com a administração sem chegarem a resultados positivos ■ Inicia-se em Portalegre o Congresso do Alentejo, sob o tema «O Alentejo e a Europa comunitária» ■ A Ordem dos Médicos pede a demissão da administração do Hospital de Évora e não aceita os resultados do inquérito do Ministério da Saúde.

### 28 Sexta-feira

O Governo anuncia que vai aprovar legislação que penalizará duramente as fraudes fiscais, adiando penas que vão entre um e cinco anos ■ Terminam as eleições no Camboja registando uma afluência às urnas de 90 por cento ■ O líder da Esquerda Unida espanhola, Julio Anguita, é internado de urgência num hospital de Barcelona, na sequência de um ataque cardíaco ■ O Parlamento Europeu concede uma verba de 14 milhões de contos para proteger o sector agro-alimentar ■ O Governo polaco é derrubado pelo Parlamento ■ O presidente angolano admite a perda do controlo da província do Soyo por parte das forças governamentais.

### 29 Sábado

Na sua intervenção de encerramento do 6º Congresso da FEQUIPA, Carvalho da Silva acusa a UGT de ter cozinhado a exclusão da CGTP-IN do Conselho Económico e Social ■ A Associação Nacional de Freguesias exige a discussão no Parlamento o regime de permanência dos seus autarcas ■ Lech Walesa dissolve o parlamento e decide convocar eleições gerais na Polónia.

### 30 Domingo

Encerra com uma intervenção de Carlos Carvalhas o encontro de intelectuais comunistas, realizado em Lisboa ■ A CDU divulga os candidatos da coligação nos oito concelhos do distrito do Porto ■ A Confederação Nacional dos Agricultores promove em Lisboa a Conferência do Mundo Rural ■ O marechal Costa Gomes considera, numa conferência em Pyongyang, que os norte-americanos devem abandonar a Coreia do Sul e eliminar um dos factores de conflito na península coreana ■ Um grupo de pacifistas ocupa um dos 39 navios pertencentes à antiga RDA que a Alemanha vendeu à Indonésia ■ O Partido do Povo Cambojano, ex-comunista, aparece à frente nos resultados das eleições realizadas sob o controlo das Nações Unidas.

### 31 Segunda-feira

Comemora-se o 10º aniversário do Tribunal Constitucional, que fica marcado pela intervenção de Mário Soares que apela à manutenção da sua composição politicamente equilibrada ■ A secção regional da Madeira do Tribunal de Contas deu parecer negativo às contas da Assembleia Legislativa Regional relativamente aos anos económicos de 1991 e 1992 e emitiu uma nota de censura à gestão do orçamento da ALR ■ Milhões de espanhóis assistem ao debate televisivo entre Felipe González e José María Aznar ■ Uma manifestação de turcos imigrantes na Alemanha bloqueia o acesso ao aeroporto de Bona, em protesto contra o atentado racista de Soligen ■ É dado o primeiro passo para a privatização da Portucel, com a sua divisão em oito empresas distintas ■ Pela primeira vez 192 peregrinos líbios visitam lugares santos de Jerusalém ■ Assinala-se o 2º aniversário da assinatura dos acordos de Bicesse, hoje letra morta para a UNITA.

### 1 Terça-feira

Um plenário TAP confirma a realização de mais 4 dias de greves em Junho ■ Aumentam os preços dos combustíveis ■ De visita à Irlanda, Mário Soares fala de Timor-Leste e do Tratado de Maastricht, que «não será porventura o instrumento ideal» e tem um «texto ambíguo» ■ No julgamento sobre corrupção no Ministério da Saúde, é ouvido Gomes da Silva, considerado a principal testemunha de acusação ■ É assinado o protocolo para a instalação em Loures do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa ■ Novo debate junta nos ecrãs espanhóis González e Aznar ■ Uma multidão cerca o parlamento jugoslavo, na tarde em que é decidido o afastamento do presidente Cosic ■ Militares depõem o presidente da Guatemala, Jorge Serrano ■ Na véspera da sua reunião ministerial em Paris, a OCDE revê as suas perspectivas para 1993, prevendo que seja um ano de recessão na Europa ■ Começam as Festas de Lisboa, que decorrem durante todo este mês.

## EDITORIAL

# Descontentamentos sondagens e alternativas

**A**s sondagens parecem-se com o fogo de artifício pelo efêmero clarão que produzem, com uma diferença: o do fogo de artifício surpreende-nos durante a noite, o das sondagens anuncia-se ao amanhecer.

Aconteceu assim no passado sábado. Desta vez dois órgãos da imprensa escrita, logo amplificados por vários da imprensa oral, dispararam bolas, estrelas e faíscas cor-de-rosa ao contrário das cor de laranja que disparavam há tempos atrás.

É conhecido o desprestígio das sondagens e a falta de credibilidade em que são tidas crescentemente pelos erros colossais e os abusos cometidos.

É evidente que um painel “profissionalizado” de poucas centenas de detentores de telefone é, muito mais, um instrumento para pressionar e influenciar a opinião pública do que para detectar a evolução das correntes que nela se manifestam.

É evidente também que a manipulação dos resultados de inquéritos de opinião onde se misturam detergentes e margarinas com políticos e intenções de voto e onde se escamoteia a massa dos indecisos, pode produzir títulos de jornal mais ou menos sensacionais que ajudam a vender papel, mas não dá nenhuma indicação séria do que verdadeiramente pensam os inquiridos.

**Em relação às últimas sondagens anunciadas o que apetece dizer é que o descontentamento com a política do Governo é tão evidentemente intenso e vasto que até as sondagens não podem deixar de o reflectir.**

Começa a tornar-se claro que a demagogia e os expedientes a que o Governo e o PSD jogaram e jogam mão para alijar as suas indeclináveis responsabilidades na crise económica e nas duríssimas consequências sociais, não conseguiram aplacar, antes estão a exasperar o descontentamento.

O país não acredita nos “pacotes” miraculosos recheados de milhões e nem se deixa convencer, agora que tudo corre mal, que a culpa pertença exclusivamente à conjuntura externa que sempre foi ignorada quando tudo corria melhor.

O país acusa, concretamente, o Governo de Cavaco Silva.

**O descontentamento expresso em protesto, em acção e em luta ou ainda latente e à procura de expressão, é o grande protagonista da vigente actualidade política.**

As forças democráticas não podem deixar de lhe dar a maior

atenção e de procurarem corresponder-lhe com as suas propostas e iniciativas.

**A**notamos, a propósito, a declaração de António Guterres de que “o PS não age em função de sondagens” e que quer “dar uma resposta aos problemas que angustiam os portugueses”.

É, por isso mesmo, especialmente oportuno perguntar:

— Como quer fazê-lo se, em tantas questões essenciais, o PS compartilha ou aproxima-se das opções e das orientações, seguidas pelo Governo do PSD e que se contam entre as causas principais de crise económica e social, como por exemplo, no plano interno, as posições em relação às privatizações e ao desmantelamento do sector empresarial do Estado, e, no plano comunitário, o apoio a Maastricht e

***O descontentamento, o protesto, a resistência e a luta que alastram no País contra o Governo do PSD e a política por ele seguida constituem uma base em desenvolvimento para alicerçar uma alternativa democrática.***

às exigências de convergência nominal impostas no quadro da UEM?

— Como quer fazê-lo se, no plano social e em matérias tão sensíveis para os trabalhadores como a política salarial e o emprego, têm vindo a ser publicamente defendidas por representantes oficiais do PS posições que mal se distinguem das do Governo?

— Como quer fazê-lo se o PS persiste na concepção bipolarizadora da vida política nacional e na pretensão inconsistente de se apresentar como alternativa sozinho, não estando sequer afastado o perigo de cair na tentação de voltar aos caminhos do “bloco central” como forma de regressar ao poder?

**O descontentamento, o protesto, a resistência e a luta que alastram no País contra o Governo do PSD e a política por ele seguida constituem uma base em desenvolvimento para alicerçar uma alternativa democrática.**

As perspectivas que assim se apresentam exigem, no entanto,

para que possam expandir-se, tanto a definição de uma política diferente, como a apresentação de uma proposta credível de solução de Governo.

É evidente que o PS sozinho (ou aliado à direita) não pode, nem nunca poderá, corresponder a estas exigências.

**Já uma convergência das forças democráticas, tendo como núcleo central o PCP e o PS, estaria em condições de fazê-lo. Isso significaria, ninguém duvida, a multiplicação das energias que animam a vontade de mudança e por fim a concretização da grande viragem democrática de que o País carece.**

É o PS que tem recusado esta perspectiva.

**E**ntretanto, como salientou Carlos Carvalhas ao discursar no Encontro de Quadros Intelectuais do PCP, “vivemos hoje um difícil período da vida nacional, com graves ameaças à soberania e independência nacionais, com graves regressões na democracia política económica, social e cultural”.

Em vez da proclamada “estabilidade”, o que o Governo do PSD representa para Portugal é a continuada e crescente desestabilização social, económica, política e institucional e a agressão aos direitos e interesses legítimos das mais variadas classes, camadas e grupos sociais.

Não há praticamente nenhum dia em que não surjam novos atentados contra o aparelho produtivo e a situação dos trabalhadores (como os mais recentes projectos para o desmantelamento da TAP) e novas medidas contra as condições de vida das populações, como os novos aumentos da gasolina e do gasóleo que arrastarão novos aumentos de preços.

A luta de massas, sempre decisivas na evolução das sociedades, assume no presente quadro do País a maior importância.

É preciso participar e dar maior apoio à jornada de luta promovida pela CGTP no próximo dia 5 de Junho e aos outros processos específicos de resistência e luta que estão em desenvolvimento.

**O Governo, o PSD e toda a direita são os grandes responsáveis pela crise em que o País está mergulhado, mas adquirem responsabilidades também os que não contribuem para o pleno aproveitamento do descontentamento e do espírito de luta para mudar a situação e impor uma política diferente.**

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

**PROPRIEDADE:** Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72.  
**DIRECÇÃO E REDACÇÃO:** Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64  
**ADMINISTRAÇÃO:** Editorial “Avante!”, SA — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriciada: 47058. NIF — 500 090 440  
**DISTRIBUIÇÃO:** DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73  
**Alterações de remessa:** Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 814 61 73

**DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS** — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.  
**Sede:** Rua do Norte, 115, 1.ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04.  
**Delegação Centro:** Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra. Telef. (039) 71 35 77  
**Delegação Norte:** R. Monte dos Pisos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50  
**ASSINATURAS:** Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73  
**PUBLICIDADE:** Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73  
**Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA**  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

#### TABELA DE ASSINATURAS \*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.780\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_, Telef. \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial “Avante!” acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

# Intervenção de Carlos Carvalhas

## Os intelectuais hoje em Portugal

### Caminhos e reflexões

A encerrar os trabalhos do Encontro, o Secretário-geral do PCP proferiu um discurso, já em sessão pública aberta à comunicação social. É essa intervenção de Carlos Carvalhas que aqui reproduzimos na íntegra. Os subtítulos são da responsabilidade da Redacção.

São conhecidas as nossas preocupações, balanços e orientações que se encontram expressos em materiais dos nossos Congressos e de vários Encontros sobre o desenvolvimento do trabalho partidário nesta área, tendo em conta o que são hoje os **intelectuais em Portugal**, quer nas suas classificações clássicas profissionais, quer nas suas modernas funções, na sua diversidade e complexidade, que a investigação sociológica vai aprofundando.

É também conhecido que no nosso último Congresso, tendo em conta a evolução da sociedade portuguesa, se considerou, **no quadro das alianças sociais básicas**, a aliança da classe operária com os intelectuais (bem como outras camadas intermédias).

Daqui decorre a necessidade de se levar à prática o que para nós se estabeleceu e classificou como orientação, e em que este Encontro se insere, no sentido de aprofundar esta problemática, tendo em conta o desenvolvimento da intelectualidade na sociedade portuguesa.

Mas também, como foi sugerido por Óscar Lopes, temos a necessidade de «discutir e de prever cenários plausíveis para um Projecto Nacional» que substitua o neo-sebastianismo colonialista, hoje materialmente inviável, mas ainda capaz de agitar miragens de um Quinto Império, carregado de saudosismo colonialista e bélico, de fantasmas «nacionalistas», ou uma «integração europeísta de simples abdicação das possibilidades efectivamente existentes de autodeterminação nacional e social majoritária».

**Caminho e reflexão** que têm de ter em conta, como nos recordou Barata Moura, «que a função intelectual constitui um domínio concreto, que não se compadece mais com as piedosas ficções de laboração solitária e dileitante, na tranquilidade monástica de uma cela, no silêncio recatado de um laboratório, na desordem imperturbada de um gabinete», mas que é na realidade elaborada e laborada por aquele «operário



global combinado» de **que já Marx em «O Capital» nos falava. Caminho e reflexão** que não poderão desconhecer as profundas contradições existentes no nosso país e a nível planetário, e a impossibilidade do *statu quo* ou a sua superação pelas chamadas ajudas comunitárias ou outras, bem expressas no último relatório da ONU sobre o «desenvolvimento da humanidade», que sublinha o já afirmado em relatório anterior, de que «são os pobres dos países ricos que dão aos ricos dos países pobres» e que são os pobres dos países pobres que alimentam a acumulação de capitais dos países mais ricos.

O que nos mostra que velhos e novos desafios se nos colocam e nos incitam ao combate pela superação das relações de classe e de dominação, e que **incitam todos aqueles que, no nosso país e no mundo, procuram e procurarão o caminho da emancipação humana.**

**Caminho e reflexão** que não desconhecem as possibilidades oferecidas, como nunca, pelo desenvolvimento cientí-

cenários correm o risco de se tornarem realidade. Em vez de transformações de alcance histórico e de passos em frente na libertação do homem teremos as regressões e as derivas de todos os autoritarismos, de todos os fundamentalismos, nacionalismos, racismos e xenofobias.

### Uma grande encruzilhada de caminhos

Neste fim de século, a humanidade encontra-se numa grande encruzilhada de caminhos. Possibilidades inéditas de passos em frente no domínio da civilização, das relações entre os homens, no melhoramento constante do seu nível e qualidade de vida ou passos atrás com graves regressões culturais e sociais.

## Aprofundar o debate e a intervenção

A história do PCP é também, e desde a sua fundação, a história da integração complexa e mutável de intelectuais na organização revolucionária que os trabalhadores portugueses, há 72 anos, vêm construindo», afirma-se na Declaração saída do Encontro de Quadros Intelectuais do PCP, realizado num hotel de Lisboa, no passado domingo e em que participaram dezenas de intelectuais comunistas. Professores, escritores, cientistas, quadros técnicos aprofundaram o debate, no prosseguimento de reuniões nacionais anteriormente realizadas, e vieram de todo o país a este Encontro, que culminou com uma sessão aberta à comunicação social, na qual tomou a palavra o Secretário-geral do PCP, em intervenção que publicamos na íntegra.

Sob o lema «Os Intelectuais hoje em Portugal», o Encontro decorreu durante todo o dia, com uma ordem de trabalhos que contemplou dois pontos: o primeiro sobre a intervenção dos intelectuais no desenvolvimento do país, na produção, na definição das políticas sectoriais, na promoção da cultura e na criação literária e artística; o segundo, sobre a intervenção dos intelectuais no associativismo sindical e profissional, na resistência à política de direita e no Partido.

Com a camarada Elvira Nereu a dirigir a primeira parte do Encontro, registaram-se as primeiras intervenções que introduziram os temas em debate. Tomou primeiro a palavra Carlos Brito, da Comissão Política, que fez algumas observações prévias, recordando o

trabalho anterior entre os intelectuais comunistas, num processo iniciado em Outubro do ano passado e com a realização de reuniões nacionais em que alguns dos presentes haviam também participado.

Carlos Brito lembrou ainda a participação dos intelectuais na preparação do XIV Congresso do PCP e o trabalho destes na procura de respostas a algumas questões importantes - como melhorar o trabalho do Partido com os intelectuais comunistas; como melhorar a intervenção e a projecção do Partido na vida cultural do país.

### Reflexão e iniciativa

«Aqui estamos, pois, no terceiro momento desta

dinâmica», disse Carlos Brito, «que a nosso ver deve reunir e combinar a reflexão e a iniciativa, continuar a aprofundar o conhecimento das questões que nos colocamos, dilucidar questões teóricas e de orientação e, ao mesmo tempo, avançar em acções e medidas concretas que se traduzam no reforço do Partido, desde o melhor funcionamento das organizações ao recrutamento de novos membros para o Partido, aumentando a sua projecção na vida intelectual do País, encontrando novas vias para o diálogo e a acção comuns com intelectuais de diferentes opções democráticas».

Ainda de manhã tomaram a palavra os camaradas Barata Moura, Edgar Correia, da Comissão Política, Manuel Gusmão e Aurélio Santos, todos em intervenções que introduziram grandes temas para o debate que se veio a seguir. Barata Moura iniciou a sua intervenção com uma citação de Gramsci: «Todos os homens são intelectuais (...); mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais». E salientou, a partir desta observação, três aspectos que viria a desenvolver: a universalidade da intelectualidade; a especificação social da função dos intelectuais; o carácter de função de que a intelectualidade se reveste. Mais adian-

te, salientou que «uma abordagem mais aprofundada da problemática dos «intelectuais», para além de uma generalidade de aspectos muito importantes, que poderemos surpreender e estudar em outros períodos da história (...) não pode deixar de ponderar três traços de enquadramento novos (...) - o alargamento da institucionalização da actividade intelectual; a intelectualização, em crescimento, de todo o sistema produtivo e a industrialização da própria produção intelectual. Temas vastos que Barata Moura aprofundou no trabalho que expôs.

Coube ainda a Barata Moura, no final dos trabalhos, expor, em interessante síntese, as contribuições de cada um no decorrer do Encontro.

Referindo-se a Edgar Correia, apontou na intervenção deste, o realce dado à necessidade do delineamento positivo das propostas, à questão da Europa como grande questão nacional, com a articulação, nos últimos meses, de várias lutas sectoriais, e à actual degenerescência ou formalização da democracia. «Olhar reflectido sobre a realidade próxima do sector das artes e letras e das ciências sociais», assim se referiu B. Moura à intervenção de Manuel Gusmão, «análise muita fina da sua contra-

ditoriedade». Destacou ainda dois outros pontos importantes - a questão de uma política global da produção cultural, e sérias reflexões a fazer sobre o fenómeno da internacionalização nestes sectores.

A intervenção de Aurélio Santos, no dizer do orador que procedeu à síntese, «pode quase constituir um enunciado de pontos para o prosseguimento dos nossos trabalhos», tendo procedido a uma «primeira tipologia relativamente a uma tentativa de clarificação, dentro do próprio sector, das actividades intelectuais, que nos pode ajudar a avançar neste debate», «depois o estudo quase sociológico de como é que a intelectualidade se arruma e trabalha no nosso país, e depois a parte, mais política, desde o que significa, no nosso Programa essa aliança básica da classe operária com os intelectuais até às dificuldades por que passamos no lidar com esses sectores».

A estas intervenções seguiu-se e alargou-se o debate que continuou da parte da tarde com a direcção da camarada Helena Medina, enquanto o projecto de declaração, que sairia do Encontro, era apreciado pelos participantes, que lhe introduziram algumas emendas.

José Saramago, cuja primeira intervenção marcaria

o desenrolar dos trabalhos, introduziu no debate, entre outros, dois pontos que seriam depois retomados pelos oradores seguintes - a questão da intelectualização e a questão da robotização. Contradição que alguns dos presentes sublinharam e que outros não consideraram como tal. A «expansão interna da língua portuguesa», formulação que usou em contraposição com a preocupação muitas vezes verificada de afirmar a língua no estrangeiro enquanto que, internamente, se verifica uma degradação da mesma e do seu uso, foi também uma preocupação que o escritor deixou na sua intervenção e que veio a ser retomada por outros dos participantes.

O papel do intelectual, a forma como esse papel é entendido por si e pela sociedade, foi outro dos temas introduzidos pelos oradores seguintes, tal como a questão do que é ser comunista no exercício profissional, as questões da ética, da comunicação, da criatividade e da tecnologia, da reprodução da cultura, da consciência do assalariamento de vastas camadas de intelectuais, as novas gerações de intelectuais, os problemas de organização, o vasto trabalho dos comunistas. Intervenções concordantes e contraditóri-

## Carlos Carvalhas

Mas, para a ...«avaliação das perspectivas de evolução social e política do mundo contemporâneo é indispensável ter em conta que enquanto o capitalismo se formou e impôs como sistema dominante num processo abrangendo vários séculos, o socialismo, surgindo no século XX, apenas conheceu durante décadas os seus primeiros avanços históricos.»

O sistema capitalista não resolve os problemas da humanidade.

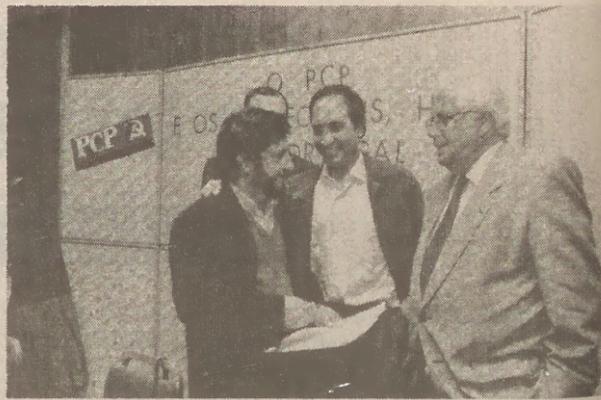
«Num prazo histórico mais ou menos prolongado, por vias diversificadas e num processo comportando necessariamente redefinições e enriquecimentos de projecto, através da luta de emancipação social e nacional dos trabalhadores e dos povos, é a substituição do capitalismo pelo socialismo que, no limiar do século XXI, continua inscrita como uma possibilidade real e como a mais sólida perspectiva de evolução da humanidade.»

E, «A democracia avançada que o PCP propõe, incorporando uma concepção de regime e a definição de uma política democrática, caracteriza-se fundamentalmente por constituir uma projecto de sociedade cuja construção se apresenta como inteiramente correspondente aos interesses populares e às necessidades nacionais (...).»

**Caminho e reflexão** que têm de ter em conta que o trabalho humano se tem modificado em profundidade. Cada vez mais, a actividade de pensamento e de comunicação tendem a fazer desaparecer as clivagens entre concepção e execução, entre investigação e produção, o que exige, no presente e no futuro, homens e mulheres qualificados e responsáveis, cidadãos do nosso tempo.

Mas qualificação e formação ao serviço de quem e de quem? Qualificação em abstracto para que uns poucos acumulem? Não vemos nós alguns «sindicalistas» coincidirem com o grande patronato na colocação do acento tónico nesta questão, como se tudo decorresse daqui? Só que, tais apoletas encontram pela frente uma elevada consciência social e política de muitos trabalhadores que conhecem bem as relações de exploração. Orgulhamo-nos de, no nosso país, ter contribuído, como ninguém, para dar, desde a luta e resistência contra o fascismo, uma consciência e uma dignidade a milhares de oprimidos, que lutam e resistem. As respostas do poder são conhecidas: limitações à lei da greve, repressão nas empresas, ataques aos seus direitos, revisão da lei da imprensa, lei do segredo de Estado.

**Questão velha.** Já Tocqueville, o proclamador da democracia na América, não imaginava outras soluções senão o estado de sítio, as condenações, o encerramento dos jornais, pois, segundo ele, as massas operárias «tinham-se convencido - esses pobres diabos - que o bem dos ricos era de alguma forma o produto de um roubo feito a si próprios». **Caminho e reflexão** que não podem deixar de ter em conta a acentuação das desigual-



dades, a desprotecção de um elevadíssimo número de cidadãos, a dramática situação dos reformados e pensionistas, as dificuldades dos agricultores, pescadores, o agravamento da situação de milhares de pequenas empresas, a desindustrialização e a crescente subcontratação da economia portuguesa.

O aumento do desemprego e da precariedade e as incertezas do dia de amanhã tocam hoje todas as camadas, tornando cada vez mais chocantes essas «elites» que reinam sobre as massas de desempregados, na fórmula feliz de Claude Julian. A mesma insensibilidade que se expressa nas afirmações arrogantes de Cavaco Silva sobre o problema do escoamento da fruta ou nas pedantes e burlescas tiradas do ministro das Finanças, do estilo: «As oposições interpelam mas a convergência continua.» Isto é, continua a convergência nominal do interesse das grandes potências, à custa da convergência real do interesse das economias mais débeis e periféricas.

**Caminho e reflexão** que não podem deixar de ter em conta que vivemos numa época em que os sons e as imagens triunfam, que se promove a informação-espectáculo e a política-espectáculo, encorajando em casa os cidadãos a um registo passivo, promovendo a falta de sentido crítico e o iletrismo, primeiro passo para a marginalização escolar, cultural e social, dando origem a um novo tipo de excluídos. Ávidos de distração, «desapossados de ferramentas intelectuais de base, muitos cidadãos contemplam de longe uma sociedade que, depois de os ter divertido, os abandona à sua indignidade.»

O universo anestésico do pequeno *écran* e a sua aculturação são de uma notável eficácia. Janela pretensamente aberta para o mundo, espelho pretensamente sincero sobre a realidade portuguesa, tal janela continua na sua função, salvo raras excepções, de **distorção e ocultação.**

Mas neste combate de emancipação, o trabalho dos intelectuais é da maior importância.

### Somos exigentes

Como já foi afirmado, a constituição de partidos revolucionários **constituiu** um primeiro progresso histórico, pois que os operários e camponeses **puderam aceder de pleno direito a este intelectual colectivo.**

Mas há que ter em conta que a necessidade de uma inteligência do real para transformar e a incorporação crescente do trabalho intelectual no conjunto da produção e das actividades sociais condena em definitivo toda a orientação da sociedade por cima, como aliás nos mostra toda a experiência.

Nada de sólido, de eficaz, de humano, se constituirá do alto, sem se enraizar permanentemente sobre o movimento dos povos sem a sua intervenção real criativa e construtiva.

Somos, por isso, exigentes quanto à concepção de poder, como o demonstramos no poder autárquico, onde justamente nos podemos reivindicar dos atributos de trabalho, honestidade e competência.

Concebemos o **poder** como um poder democratizado, descentralizado, desburocratizado. Defendemos que, sobre as bases da justiça e da liberdade, novas relações humanas de dignidade, de solidariedade, de tolerância e de responsabilidade poderão substituir as relações de exploração, de competição, de mais e mais violência, que envenenam a sociedade actual.

É para nós claro que os portugueses podiam e podem **viver melhor e mais tranquilos**, numa sociedade mais justa.

Insistimos em que o nosso país tem que dizer não ao alastramento das manchas de pobreza, à desertificação do interior, e que não pode continuar a alimentar os privilégios da especulação e da fortuna.

É para nós claro que a explosão das ciências e das técnicas abre novos horizontes à humanidade, o que exige, também, uma escola de qualidade, de igualdade e de democracia.

O nosso sistema educativo está cada vez mais inadaptado aos desafios actuais. Desadaptado, elitista e injusto. É um produtor massivo de insucessos escolares, que tocam em primeiro lugar os jovens oriundos das famílias populares.

O conhecimento científico e técnico como força produtiva directa, o desenvolvimento como um processo integrado com várias dimensões - económica, social, cultural, científica, política e ecológica - são realidades que aprofundam o **sentido, objectivos e funções da educação para o nosso tempo.**

Por isso, e em contraste com a política do PSD, defendemos um sistema educativo concebido para formar e não para seleccionar, que desenvolva e qualifique todas as **crianças e jovens, e não apenas uma elite**, e que dê a possibilidade a todos os portugueses de acederem a qualquer momento a um leque diversificado e actualizado de possibilidades educativas, o que no nosso caso tem de passar pela revalorização do ensino público, como condição de salvaguarda da liberdade de aprender e de ensinar.

A amputação do direito ao ensino é uma realidade, como é no direito à cultura, e isto numa época em que os progressos consideráveis dos meios técnicos de comunicação e de difusão podiam permitir uma apropriação massiva da cultura nas suas

diversas dimensões. Mas também neste campo os exemplos mostram que a deterioração das condições de vida limita as possibilidades e muitas vezes a disponibilidade de espírito dos cidadãos, para se instruírem, distraírem e cultivarem. O desenvolvimento da cultura passa também pelo recuo das desigualdades.

Reciprocamente, todo o desenvolvimento nacional, económico, social, humano, todo o progresso da democracia, pressupõe o desenvolvimento da cultura, concebida como factor de valorização humana e de emancipação social e nacional.

A menção da cultura no discurso governamental não passa na maioria das vezes de algo de ornamental e decorativo, algo de prestígio, sem uma concepção e uma prática efectivas da sua importância para a construção de um projecto nacional para o País.

O PSD corporizou uma política que exclui a cultura como componente da democracia, reservando-lhe apenas um papel de **objecto** de consumo, de especulação, de tráfico de influências, de propaganda e de ostentação e, em vésperas de eleições, servindo-se do Orçamento do Estado e dos sacos azuis, de veículo de eleitoralismo e de promoção da imagem do poder. Como se afirma na «Declaração», «a intervenção da direita e do seu governo caracteriza-se por uma relação **instrumentalizadora e dualista com os intelectuais**; por uma atitude de bloqueio, distorção e manipulação perante a produção intelectual e a actividade cultural em geral.»

### Ameaças à soberania

Vivemos hoje um **difícil período** da vida nacional, com graves ameaças à soberania e independência nacionais, com graves regressões na democracia política, económica, social e cultural.

O PSD, no poder, tem procurado inculcar na opinião pública e no movimento popular, com a cumplicidade do PS, uma linha de propaganda que identifica «o mercado» aos constrangimentos económicos para, daí, propagar a confusão difundida há vários decénios pela direita de que aceitar a «economia de mercado» corresponderia obrigatoriamente a aceitar os critérios do lucro capitalista.

A introdução de tais critérios serve de pretexto à ofensiva contra o Serviço Nacional de Saúde e à desresponsabilização crescente do Governo em áreas sociais fundamentais.

Na mesma lógica, defende-se que a apropriação capitalista, nomeadamente das empresas e sectores estratégicos, é sinónimo de eficácia.

Divinizou-se a falsa equação **mercado = modernidade = liberdade = desenvolvimento.** Mas hoje temos os resultados.

Derrocada do neoliberalismo e da social democracia. Aliás, vale a pena recordar que o exorcismo do fantasma de Lênine e de Marx em nome de um pseudo *aggiornamento* foi sempre acompanhado da estratégia de abandono da transformação da sociedade. E esses, perdendo o fio condutor, a mobilização das experiências e dos saberes, tornando-se candidatos a gestores do capital, rapidamente passaram a **diferenciar-se das forças da direita** ou neoliberais, na prática, não no verbo ou na retórica, por um ponto acima ou por um ponto abaixo, em relação à taxa de câmbio ou à taxa de inflação. A crise económica e social aí está a mostrar a eficiência da gestão do capital. O desemprego, o emprego precário, a pobreza e as exclusões tornaram-se fenómenos de massas, a evidenciar, para quem dúvidas tivesse, que o postulado que erige as normas capitalistas actuais em fórmula última do progresso humano é um **dogma** como qualquer outro. **Em nome do primado** do indivíduo, procura perpetuar-se as velhas hipocrisias da regra da lei do mais forte, contestando **asperamente** cada direito, cada poder duramente conquistado, cada esforço de intervenção das forças populares.

**Em nome da construção europeia** e da propaganda dos custos da não Europa, expressas nos relatórios de Padoa-Schioppa e do Livro Branco de Delors, que prometia a criação de milhões de empregos em 1993, o Governo aceitou todas as imposições, vendeu por um prato de lentilhas os períodos de transição e deixou cair o princípio da especificidade da agricultura portuguesa. Tudo isto numa linha de abdicação em relação à defesa da soberania e independência nacionais, nos planos económico, político, diplomático e militar.

Os resultados estão à vista.

**Em nome do Tratado de Maastricht**, mesmo sem estar em vigor, adoptaram-se os critérios da União Económica e Monetária, com a sua tradução nas altas taxas de juro, no escudo sobrevalorizado e nas medidas monetaristas que têm vindo a afundar o aparelho produtivo nacional.

Também **aqui falta autoridade** àqueles que criticam as consequências e absolvem as causas, isto é, àqueles que se integraram no «Bloco Central pró-Maastricht» e que agora, face aos resultados, procuram sacudir a água do capote defendendo a sua adopção mais gradual, ou a sua rectificação depois deste ter sido ratificado!

as seguiram-se, tendo tomado a palavra, sucessivamente, António Costa, Pedro Soares, Carlos Coutinho, Celeste Rocha, Eduardo Chitas, Mário Pereira, Carlos Rabaçal, Nelson Amador, Paulo Sucena, Luís Salgado, António Abreu, Mário Jorge, Manuel Mamede.

### Direcções fundamentais

Manuel Gusmão, no fim do debate, procedeu à apresentação da Declaração a sair do Encontro e das emendas entretanto introduzidas. Documento que, depois de abordar os objectivos da iniciativa e o quadro em que se procura «analisar os aspectos da evolução das profissões intelectuais e da função intelectual no país» e os «aspectos centrais das nossas respostas a essa evolução e das propostas que, enquanto intelectuais comunistas e Partido, fazemos aos intelectuais e à sociedade portuguesa», reconhece «a necessidade de uma maior intervenção do Partido nos problemas da intelectualidade e da cultura, assim como a necessidade de uma elevação do teor da participação dos intelectuais comunistas no trabalho do Partido.

«Entretanto, a nossa acção», afirma-se na Declaração, «distingue-se em

algumas direcções fundamentais:

1. Como prioridade que integra e globaliza as outras, defendemos um projecto, apresentamos um programa de expansão da cultura literária, artística, filosófica, tecnológica, científica e ecológica em Portugal, no respeito pela controvérsia científica, a pluralidade das opções estéticas e a diferença sociocultural.

2. Defendemos que é uma necessidade social global a participação dos intelectuais (como em geral dos cidadãos) na definição das políticas sectoriais de que são agentes imprescindíveis.

3. Defendemos e lutamos pelo direito à gestão democrática das instituições e actividades intelectuais, como condição da sua eficácia social e factor de desalienação do trabalho.

4. Apoiamos as reivindicações e as lutas socioprofissionais dos trabalhadores intelectuais. Essas lutas são importantes também porque se cruzam com a necessidade de evolução da qualidade das funções sociais exercidas no âmbito das suas profissões.»

«Um tal programa», afirma a Declaração, «cruza o projecto de uma democracia cultural com as outras dimensões da democracia que defendemos».



Em nome do «interesse nacional», o PSD impôs, através da sua maioria, com o apoio do PS, a aprovação dos acordos de Schengen, argumentando que Portugal tinha de se afirmar como país que estava na primeira linha da construção europeia. Hoje vemos que os acordos de Schengen foram suspensos em França, que o direito de asilo é posto em causa na Alemanha e que a tese da Europa-fortaleza vai ganhando adeptos no terreno, ao mesmo tempo que crescem os fenómenos de racismo e de xenofobia.

Em nome da eficiência, procede-se às privatizações, mas também aqui com o silêncio do PS. As negociações são evidentes e os resultados também são conhecidos. Alavancas fundamentais da economia vão passando para o controlo do estrangeiro, ao mesmo tempo que importantes sectores produtivos se vão afundando e a corrupção se banaliza.

O Governo do PSD, sustentado na sua maioria, beneficiando, em grande medida, a partir de 1989, dos reforçados instrumentos que lhe foram oferecidos pelo PS na revisão da Constituição, tem-se caracterizado, no essencial, pela governamentalização do Estado, a partidarização da administração pública, a ofensiva centralista contra o poder local, a recusa da regionalização, as persistentes manifestações de autoritarismo, arrogância e intolerância, a aceleração dos processos de privatizações, impulsionando uma enorme concentração de riqueza e de poder económico, o avanço na liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores no quadro do reforço da sua exploração.

Contrariando o discurso oficial, contrariando as sofisticadas operações de propaganda e autoglorificação, como as produzidas recentemente em Leiria pelo Primeiro-Ministro e na Assembleia da República pelo ministro das Finanças, um exame sereno e objectivo da situação nacional põe claramente em evidência que o Governo não foi capaz de aproveitar uma conjuntura económica externa muito favorável para Portugal, que não modernizou o aparelho produtivo, nem melhorou a sua especialização, e que agora, em época de vacas magras, se apressa a passar a factura para os trabalhadores e a desculpar-se com a conjuntura externa.

Contrariando e desmentindo a exaltação, pelo PSD e pelo Primeiro-Ministro, da «estabilidade» governativa, que a sua maioria garantiria, a realidade o que mostra é uma persistente desestabilização social, económica e institucional por orientações e medidas que agridem e ferem direitos e interesses legítimos das mais variadas classes, camadas e grupos sociais e profissionais.

Contrariando a «imagem», laboriosamente trabalhada e encenada, de desprendimento pelo poder, de seriedade e devoção ao interesse público, ao interesse nacional e não partidário, a verdade é que o governo do PSD é cada vez mais marcada pelo clientelismo, pelo nepotismo, por numerosos escândalos envolvendo destacadas figuras do Governo.

Aliás, se algum sentido ético houvesse neste Governo, já há muito que ministros como o da Saúde, da Educação e das Finanças tinham pedido a sua demissão.

Pela nossa parte, temos procurado estar sempre na primeira linha de combate a todas as orientações e medidas do PSD lesivas do interesse do povo e do País.

## Resistir à ofensiva

Temos estimulado a resistência popular à ofensiva global regressiva deste Governo.

Apoiamos e temos sido, e continuamos a ser, solidários no quadro da movimentação social com quantos lutam pelos seus legítimos interesses e justas reivindicações.

Temos desenvolvido na Assembleia da República uma firme actividade de fiscalização do Governo e aí temos dado voz a prementes aspirações populares, denunciado malfeitorias e apresentado um valioso conjunto de iniciativas legislativas.

Ao serviço da defesa dos interesses nacionais, temos prosseguido também com uma intervenção cuidada e de grande mérito no Parlamento Europeu.

Ao mesmo tempo, temos desenvolvido com grande empenhamento um trabalho e uma valiosa acção ao serviço das populações em parte muito significativa do território nacional. Em todo este trabalho há uma contribuição muito significativa dos quadros intelectuais, que deverão ter do Partido um crescente acompanhamento e estímulo de modo a que, numa via de dois sentidos, o PCP continue a aprofundar propostas e medidas, e a contribuir construtivamente, nas mais diversas esferas da vida nacional, com um generoso esforço para a solução dos problemas do povo e do País.

Ao nível das propostas, das soluções, dos programas sectoriais e globais, a intervenção do PCP continua a espelhar a reflexão criativa e inovadora do seu grande colectivo face à realidade e aos problemas nacionais, a afirmar-se como uma oposição firme e consequente, a evidenciar o sentido das responsabilidades, a força das convicções, a sensibilidade e a visão humanista de um grande partido de luta, de construção e de projecto.

## PCP



# Álvaro Cunhal com a Juventude no Porto

O Presidente do Conselho Nacional do Partido, camarada Álvaro Cunhal, encontrou-se, num debate promovido pela Juventude Comunista Portuguesa, com numerosos jovens que com ele conviveram no Porto, nas instalações da Escola Preparatória Gomes Teixeira. Mais de três centenas e meia de jovens, idos de todo o país, mas com uma forte representação da região Norte, de que cerca de dois terços dos participantes eram oriundos, assistiram e participaram com vivacidade no debate que decorreu sob o lema "Actualidade do Ideal Comunista".

Inicialmente, Rui Bernardino, da Comissão Executiva da Direcção Nacional da JCP, traçou os grandes objectivos do encontro e sublinhou que a Juventude Comunista não promovera o debate em torno do tema por ter dúvidas acerca da actualidade do ideal comunista, mas porque quer questionar sempre para aprofundar os seus conheci-

mentos e aperfeiçoar a sua acção e intervenção.

A intervenção de Álvaro Cunhal, de improviso, fez uma retrospectiva histórica dos grandes acontecimentos, desde a Revolução Russa de 1917 até aos nossos dias, sublinhando que os ideais que Marx, Engels e Lênine transmitiram não podem ser cristalizados, mas têm, ao contrário, de estar em permanente adequação em relação ao tempo actual e à realidade.

Numerosos participantes entre as centenas de jovens presentes e interessados, colocaram a Álvaro Cunhal muitas questões, a que o Presidente do Conselho Nacional do PCP respondeu com vontade, seguido com entusiasmo pelos seus interlocutores. Muitos temas foram abordados, comprovando a atenção, o interesse e o empenhamento dos jovens - e em particular dos jovens comunistas - perante os grandes problemas e realidades da nossa época. A situação de Timor e a condenação de



Xanana Gusmão; a solidariedade com Cuba e a resistência heróica do povo cubano face ao bloqueio dos Estados Unidos; a guerra na Jugoslávia e, no plano nacional, muitas situações relacionadas com a situação política actual e as perspectivas e propostas adiantadas pelo PCP, foram grandes temas abordados pelos jovens e respondidos pelo dirigente comunista.

No conjunto de problemas nacionais abordados, destacou-se particularmente a grande crise que afecta o Vale do Ave, a luta dos estudantes contra o pagamento

de propinas no Ensino Superior Público, os graves problemas que enfrentam os estudantes do Secundário no acesso ao Ensino Superior e, ainda, a situação precária dos jovens trabalhadores no nosso país.

Após o debate, que se prolongou por mais de três horas - muito para além do horário previsto -, seguiu-se um jantar, realizado no Centro de Trabalho da Boavista, no qual também participou Álvaro Cunhal, continuando o convívio com os jovens. Depois do jantar, a festa continuou.

## Inaugurado novo CT no Beato

Numa zona das mais degradadas da cidade, onde centenas de habitantes vivem em condições infra-humanas, em barracas sem o mínimo conforto, foi no domingo inaugurado o novo Centro de Trabalho do PCP na freguesia do Beato, no bairro de Chelas.

Dezenas de camaradas e amigos do Partido encheram, num fraterno convívio, as duas salas do Centro que foi possível pôr em termos funcionais e acolhedores, e o pátio debruçado sobre o vale de Chelas, onde pelo trabalho dedicado dos camaradas locais, a organização do PCP da freguesia do Beato projecta realizar durante o período estival animados convívios de carácter cultural e festivo.

Disse algumas palavras alusivas ao acto o presidente da Junta de Freguesia, da CDU e da Coligação Por Lisboa, membro do PCP.

O camarada Cunha, da Comissão de Freguesia do PCP, que içou a bandeira, disse algumas palavras referidas ao trabalho voluntário dos camaradas da zona e aos projectos de animação do Centro.

Também, a finalizar, falou o camarada Dias Lourenço que saudou a iniciativa da organização do Beato e o significado da inauguração no momento político que vivemos. Quando inimigos e adversários do PCP profetizam o fim do comunismo e a morte política do PCP, quando um reduzido punhado de renegados se passa com armas e bagagens para o campo do anticomunismo e mesmo da contra-revolução, os comunistas - no caso vertente da zona operária do Beato - metem mãos ao trabalho, mostram com a sua determinação e espírito de iniciativa que os comunistas e o

seu Partido estão vivos e bem vivos para continuar o combate por uma democracia avançada na perspectiva do socialismo, que estão aptos a travar com êxito nos tempos imediatos a batalha das autárquicas e manter, e se possível alargar, as posições da CDU e da Coligação "Com Lisboa".

É num contexto de importantes lutas e acções de operários, agricultores, pescadores, estudantes e professores, trabalhadores da Função Pública e da Saúde e outros que o Centro do Beato abre as suas portas e afirma a certeza dos comunistas de que dias melhores virão para o povo trabalhador e para o seu vigoroso Partido Comunista.

Com alegria, o convívio continuou pela tarde fora no meio do entusiasmo de todos.

## Aumento da pobreza em Lisboa

O crescimento das manchas de pobreza na região de Lisboa é consequência directa do processo de restauração do capitalismo monopolista que tem vindo da intensificação da exploração dos trabalhadores, da limitação ou liquidação de direitos fundamentais, da impunidade patronal e da alienação de responsabilidades por parte do Estado em matérias vitais como a habitação, a saúde, o ensino e a segurança social", afirmou António Abreu, do CN do PCP, no Colóquio organizado pela DORL e realizado em Lisboa na passada sexta-feira, e no qual participaram, além de representantes de Juntas de Freguesia, Sindicatos e outras entidades, o Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, Daniel Branco, a Dra. Inês Fontinha e o deputado ao PE, Sérgio Ribeiro. Por absoluta falta de

espaço, deixamos para breve mais informação sobre a iniciativa.

## O têxtil na Guarda

Pelas mesmas razões noticiamos apenas o Encontro-debate promovido pela DORG e pela Comissão Concelhia de Seia do PCP, sobre o Sector Têxtil, e que contou com a presença de cerca de 40 pessoas, trabalhadores, sindicalistas, eleitos autárquicos, destacando-se, pelo seu significado, a participação dos presidentes das câmaras municipais de Seia e de Gouveia e do Presidente da Junta de Freguesia de Seia. Participaram ainda os deputados comunistas José Manuel Maia e Arménio Carlos, que se encontravam de visita ao distrito.

# Por denúncia da CDU

## Escândalo em Castelo Branco

### Toda a Câmara no banco dos réus

A CDU exige a substituição dos responsáveis da Câmara Municipal de Castelo Branco e a concretização de uma Inspeção Geral de Finanças a todas as áreas e serviços desta autarquia. O escândalo prende-se com um acervo de irregularidades e ilegalidades praticado pelo anterior executivo (liderado pelo PSD e integrando o PS e o PRD), o que pode levar ao banco dos réus todos os seus elementos. A CDU é a força que, desde 1984, tem vindo tenazmente a denunciar a situação, que desembocou em novas conclusões de uma Inspeção Geral de Finanças realizada entre Novembro de 1990 e Maio de 1991, confirmando as irregularidades e ilegalidades já detectadas por uma sindicância realizada em 1986 à Câmara Municipal de Castelo Branco, feita na base de elementos recolhidos pela CDU.

A história merece ser contada, e o seu relato chegamos da CDU de Castelo Branco.

A Câmara de Castelo Branco, de maioria PSD há 13 anos consecutivos, pauta os seus vários mandatos por inúmeras irregularidades e ilegalidades.

Já em 1984, a CDU exigiu uma sindicância por vários motivos, entre eles: critérios de poder pessoal, política do facto consumado, desrespeito pelos outros órgãos autárquicos, deficiente política de gestão de pessoal, promoções e admissões ilegais, compras ilegais de materiais, actos sem deliberação, incumprimento de deliberações, irregularidades com as freguesias, ilegalidades nos títulos de dívida, falta de concursos, etc., etc.

A CDU, nessa altura, sozinha e sem apoio de qualquer outra força política (inclusive do PS), reuniu material suficiente e a sindicância, após grande insistência, acabou de se realizar dois anos depois, em 1986.

As conclusões publicadas em Outubro de 1986 reconheceram a existência de muitas irregularidades e ilegalizadas, mas não houve nessa altura consequências práticas.

Agora são de novo conhecidas irregularidades e ilegalidades através das conclusões de uma Inspeção Geral de Finanças realizada entre Novembro de 1990 e Maio de 1991, sendo de destacar que a semelhança e a tipologia dos factos são idênticas aos da anterior sindicância.

Só que agora parece que o processo se encaminha para que haja medidas práticas, ou seja, todos os vereadores do anterior mandato (note-se, todos do PSD, PS e PRD) poderão vir a sentar-se no banco dos réus, caso o Tribunal dê provimento às acusações apresentadas pelo Ministério Público.

#### PSD, PS e PRD: todos estão envolvidos

No passado dia 17 de Maio a CDU, em Conferência de Imprensa com a presença do **dr. Francisco Costa**, ex-vereador no período da sindicância, **Carlos Vale**, membro da Assembleia Municipal, e o arquitecto **Joaquim Bonifácio**, actual cabeça de lista da CDU à Câmara, analisaram o desenvolvimento deste processo e tomaram posição.

Carlos Vale, membro da DORCB e da Comissão Concelhia do PCP, actual eleito na Assembleia Municipal, fez a seguinte declaração:

«Os factos são conhecidos de todos, não valerá a pena estar a enumerá-los de forma exaustiva. Convém, no entanto, focar alguns aspectos, que é preciso não esquecer e que são importantes para todo o historial deste processo. E faço-o porque tem sido por vezes esquecido o papel da CDU e dos seus eleitos na denúncia das ilegalidades e irregularidades verificadas ao longo destes anos.»

E Carlos Vale prosseguiu:

«É bom lembrar que fomos nós os primeiros que em 1984 exigimos ao Ministério da Administração Interna e à Alta Autoridade Contra a Corrupção uma sindicância, que só

veio a ser realizada em 1986 e que provou ilegalidades e irregularidades enviadas a Tribunal e que não teve, infelizmente, o mesmo desenvolvimento que agora o relatório desta inspeção, quando a substância dos factos era da mesma ordem.

«Neste aspecto, os eleitos da CDU tiveram um papel importante, que não é fácil devido à natureza dos assuntos e pessoas envolvidas, de destacar o papel dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal e, muito particularmente, a acção decisiva do então vereador Dr. Fernando Costa.

«É que alguns desenvolvimentos que têm vindo a público não têm referenciado o empenhamento, que primeiro que todos os outros, temos feito e que nunca deixámos de fazer», sublinhou Carlos Vale, que elucidou ainda:

«Mesmo na posição mais recente, em que a própria Assembleia Municipal manifestou a sua preocupação pelos resultados do relatório da Inspeção, a CDU teve um papel importante na decisão de remeter o ofício à Câmara, pelo que esta posição é fruto das preocupações de uma Comissão de Trabalho da Ass. Municipal e não de ninguém individualmente, sem pôr em causa, obviamente, o empenhamento que cada um dos membros da Comissão desenvolveu». E acrescentou:

«É importante referir estes aspectos, porque embora a inspeção tivesse sido feita à Câmara, a Ass. Municipal foi referenciada no relatório por não ter exercido a acção fiscalizadora que lhe é exigida».

Neste ponto, Carlos Vale acusou:

«E neste aspecto, muitos são os responsáveis por a Assembleia Municipal, de uma forma partidarizada, aprovar cegamente muitas dessas irregularidades. E quase todos estão envolvidos, uns de uma forma mais directa, outros

## O exemplo de alguns atropelos

A CDU, sem pretender fazer um relatório exaustivo, considera que vale a pena focar alguns aspectos que continuam a pôr em causa os objectivos de transparência da actual gestão da Câmara Municipal de Castelo Branco:

— a estranha tentativa de mudar o local do Centro Coordenador de Transportes sem fundamentação crível;

— a recente aprovação do Plano de Pormenor da Quinta Nova e a forma hesitante e irresponsável como foi votado;

— a teimosia em levar por diante a construção de três blocos de prédios num pequeno espaço da Quinta do Dr. Beirão, contra a vontade dos moradores daquela zona. Como se sabe, este loteamento tem sido alvo das maiores aberrações urbanísticas, e já teve uma quantidade enorme de

alterações ao plano inicial, que apenas tem beneficiado alguns empreiteiros, «que sacodem a água do capote» culpando também a câmara por estes erros;

— o recente aparecimento de garagens num terreno que estava destinado a uma rua, portanto terreno público, como se prova da planta e, até há poucos dias, pelos lancis dos passeios que no próprio local desenhavam a rua e que foram já retirados;

— a forma como foram executadas as obras da Escola n.º 6 em instalações que não são da câmara e a falta de resposta às consecutivas solicitações que a CDU tem feito a uma clarificação desta situação.

São apenas alguns aspectos a juntar a tantos outros que confirmam que a actuação da câmara não se altera.

indirectamente. Nós tivemos sempre uma actuação de intervenção permanente, chamando a atenção para as ilegalidades e denunciando situações de uma forma consciente e coerente com a nossa postura de respeito pela legalidade e de defesa da causa pública, conforme se prova através das actas em que, além de votarmos contra documentos apresentados, fundamentámos sempre as nossas posições».

#### CDU: as únicas mãos limpas

O dirigente da DORCB do PCP e eleito da CDU na Assembleia Municipal, prosseguiu as acusações, sem tergiversar, afirmando:

«O que acabámos de dizer está provado. As forças políticas que compunham à altura o Executivo camarário estão todas elas envolvidas, como se prova pelas pessoas indicadas no processo em que toda a vereação é acusada.

«Nós, como se prova, também, em vários documentos públicos e através de actas da AM, denunciámos as ilegali-



O escândalo entrou em cheio na Câmara Municipal de Castelo Branco

dades e o papel da maioria PSD, mas também a forma como os vereadores das outras forças políticas se comportavam, não só não fazendo uma real oposição, nem denunciando as ilegalidades mas até participando com o seu voto favorável na aprovação dessas ilegalidades. E não temos conhecimento que os outros partidos tivessem tomado posição, nem retirado a confiança aos vereadores agora acusados.

«Estamos pois numa posição única e sem paralelo, o de sermos a única força política que sempre e de forma contínua e coerente denunciámos em devido tempo as ilegalidades».

«A evolução deste processo vem confirmar quão eram justas as nossas preocupações pela permanente situação de ilegalidade. É pois com satisfação que verificamos que a nossa actuação tem sido correcta, o que nem todos podem afirmar», acentuou Carlos Vale, na conferência de Imprensa, acrescentando:

«É do vosso conhecimento as condições em que foi aprovado o Plano de Actividades e Orçamento para 1993, em que os processos orçamentais utilizados são os mesmos que o Relatório das Finanças condena. A Câmara, a maioria PSD, prossegue assim, e de forma consciente, a política de "orelhas moucas" que sempre utilizou.

São também conhecidos vários processos que demonstram que a forma de actuação não mudou, existindo um novo rol de envolvimentos e actuações do Executivo que põe em causa uma possível mudança».

#### Governo e PSD em xeque

Entretanto, o Governo de Cavaco Silva e a maioria PSD que o sustenta na Assembleia da República estão longe de ficar inocentes, neste processo.

Em 26-3-92 através do deputado comunista **António Filipe**, e tendo em conta que a referida inspeção somente dizia respeito a uma amostragem de 15% da actividade camarária, perguntou-se ao Governo se pensava ordenar uma inspeção geral a todas as áreas e serviços da Câmara de Castelo Branco.

A resposta veio e afirmava que, «devido à ausência de queixas devidamente fundamentadas, não parecia justificar nova intervenção».

Com os novos desenvolvimentos, em levar a Tribunal os responsáveis da Câmara, a CDU é da opinião que já existem razões fundamentadas exigidas para uma rigorosa inspeção a todas as áreas e serviços. E é isso que vai solicitar.

Assim: tendo em conta esta evolução dos acontecimentos e de factores mais recentes «que comprovam que este Executivo mantém a prática de gestão de anteriores mandatos;

«Tendo em conta que o actual executivo de maioria PSD, com o mesmo presidente e alguns dos anteriores vereadores, responsáveis máximos da permanente situação ilegal da Câmara, e que estes irão certamente a Tribunal;

«Tendo em conta, ainda, que está em causa a transparência, a credibilidade e confiança perante a opinião pública e todos aqueles que esperam que os órgãos autárquicos sejam geridos com responsabilidade e respeito pela legalidade», a opinião da CDU é clara:

«Impunha-se que a Câmara Municipal fosse dissolvida, mas... atendendo que estamos a poucos meses das eleições autárquicas, o que seria uma exigência irrealista, impõe-se, no mínimo, que os vereadores e o presidente acusados e que estão no actual executivo peçam a suspensão dos mandatos pondo o lugar à disposição, até porque, citando o próprio presidente da Câmara, seria uma atitude bastante "pedagógica".

«Caso o PSD, enquanto partido, não substitua os referidos acusados, demonstra assim que continua a confiar naqueles e co-responsabiliza-se pelos actos ilegais e irregulares de que são acusados», conclui a CDU.

## PODER LOCAL

## Com Luís Sá Encontro Distrital da CDU define metas para Aveiro

Realizou-se no passado sábado, 29 de Maio, em Aveiro, um Encontro Distrital da CDU que contou com a presença de cerca de uma centena de activistas das diversas componentes Coligação (PCP, PEV, ID e Independentes), vindos da maioria dos concelhos do Distrito de Aveiro.

Luís Sá, da Comissão Política do Comité Central do PCP, participou nos trabalhos tendo proferido a intervenção de encerramento. A mesa foi constituída por António Salavessa, do Conselho Nacional do PCP, Maria Manuel Silva e José Amaro, da DORAV do PCP, João José Ferreira, da Comissão Executiva do Conselho Nacional do PEV, e por David Lopes Almeida, independente.

O Encontro destinou-se à abordagem dos diversos aspectos relacionados com as eleições autárquicas do final do corrente ano (escolha dos candidatos a formação das listas, programas eleitorais e planificação das campanhas), tendo cumprido plenamente os objectivos da sua convocação.

A intervenção de abertura foi feita por António Salavessa, que abordou a gestão feita pelas forças que dominam as autarquias do Distrito, tendo sublinhado que «não se verificam diferenças fundamentais na gestão pelo facto de o presidente ser de uma ou outra destas forças», para concluir que «o que fará efectivamente diferença será a presença ou o reforço da presença da CDU nesses órgãos autárquicos».

Prosseguindo na intervenção, deu conta dos objectivos da CDU no conjunto do Distrito e procedeu ao balanço do trabalho de preparação das listas.

Denunciando mais adiante que, «devido a pressões diversas, e por vezes bem fortes, não é fácil ser candidato ou activista da CDU na nossa região» e que tal facto é uma das dificuldades a ultrapassar, António Salavessa concluiu manifestando a confiança de que «com o reforço do trabalho não deixaremos passar a oportunidade para o alargamento e reforço das posições da CDU».

Foram proferidas cerca de duas dezenas de intervenções que contribuíram para que fosse possível a todos os participantes terem uma ideia mais aprofundada da situação do trabalho pré-eleitoral ao nível do Distrito, dos avanços já verificados e das dificuldades que é necessário ultrapassar.

Dessas intervenções referimos ainda a de Neca Rodrigues sobre o trabalho desenvolvido em Pedrido, que perspectiva uma nova freguesia CDU no final do ano, a de João José Ferreira sobre as questões do ambiente nos

por unanimidade, na sessão final.

**Luís Sá: «Um órgão autárquico fica diferente quando a CDU nele participa»**

Luís Sá encerrou o Encontro com uma intervenção, onde começou por refe-

reforçar a sua intervenção autárquica no Distrito de Aveiro, nomeadamente elegendo vereadores em vários Concelhos e concorrendo em todos em que for possível. Quanto às pretensões do PS em obter votos da CDU, «se os quiser terá de se sentar à mesa e negociar. Caso contrário, não tem autoridade para os pedir».

O PS, aliás, foi apontado pelo dirigente comunista



programas eleitorais, e a de David Almeida, um industrial de Águeda que foi presidente da Assembleia Municipal daquele concelho pelo PSD e até há pouco ligado àquele Partido, que explicou as razões do seu percurso — um passado republicano de oposição ao regime anterior ao 25 de Abril e um PSD afastado dos princípios programáticos iniciais e atolado na corrupção — e manifestou publicamente a aceitação do convite para integrar a Lista da CDU à Câmara Municipal de Águeda «no lugar que os amigos quiserem».

Durante o Encontro foi discutida uma «DECLARAÇÃO DO ENCONTRO» que foi aprovada,

rir o facto de o trabalho da CDU decorrer, ali, em situação muito difícil, «em particular porque se verificam múltiplas pressões do patronato e da administração pública, que geram receios em eventuais candidatos. Este facto é tanto mais grave quanto alastrou o trabalho precário e as carreiras e as promoções dependem do arbítrio das hierarquias».

Todavia chamou a atenção para a importância do papel da CDU como meio de fiscalização, para a sua capacidade de intervenção e de apresentação de alternativas. E frisou: «Mesmo em minoria, um órgão autárquico fica diferente quando a CDU nele participa». Neste quadro realçou as possibilidades efectivas de a CDU

como falsa alternativa ao PSD. «O voto útil no PS não tem qualquer utilidade», dada a sua semelhança da sua actuação com a da direita, disse. Daí que a unidade com o PCP seja, realmente, essencial para se obter uma alternativa à política da direita.

Luís Sá chamou igualmente a atenção para a degradação social que se verifica no Distrito de Aveiro (e não só...), situação que exige uma enérgica intervenção das autarquias na defesa dos interesses das populações, o que apenas se consegue através de eleitos que estejam, efectivamente, ao lado dos trabalhadores. E, aí, o voto na CDU não é uma aposta, mas uma certeza.



## Piscina de Grândola 2100 por semana em aulas de natação

Dois mil e cem alunos, de todo o concelho de Grândola, frequentam, gratuitamente, todas as semanas, as aulas de natação que a Câmara Municipal assegura a todas as crianças e jovens em idade escolar. Com efeito, a Câmara Municipal pôs ao serviço um autocarro e duas carrinhas que, semanalmente percorrem 1200 quilómetros, para que deste modo todas as crianças possam frequentar as aulas de natação, independentemente da sua escola se encontrar muito afastada, ou não, da sede do Concelho.

A Piscina Municipal, inaugurada em 22 de Outubro de 1992, é uma instalação moderna. Coberta e com água aquecida, permite a prática da natação durante todo o ano.

De referir que esta piscina teve em conta a utilização das energias alternativas, estando dotada de painéis solares para o aquecimento da água dos balneários e de formilhas a lenha para a temperatura da cuba da piscina.

Passadas que foram, já, 24 semanas de aprendizagem de natação, os transportes da Câmara percorreram 28 800 quilómetros, com um gasto correspondente de combustível superior a 900 contos.

No início do ano lectivo, a Câmara ofereceu a cada aluno uma touca de licra e uma caderneta de nadador, com informações úteis, permitindo aos alunos registarem a sua evolução através de autocolantes que são apostos nos espaços destinados aos diferentes escalões de aprendizagem, conforme vão sendo cumpridos.

As aulas decorrem de segunda a sexta-feira, das 8.30 h. às 18.30 h., abrangendo os diferentes níveis de ensino existentes no Concelho, sendo os alunos enquadrados, quer pelo Técnicos da Câmara e das Juntas de Freguesia, quer pelos professores da disciplina de Educação Física.

Ao fim de sete meses de existência, pode hoje dizer-se que a Piscina Municipal e a prática que permite estão a contribuir para a introdução de novos hábitos desportivos, culturais e sociais entre a população de todo o Concelho.

Além do ensino virado para as escolas, a Piscina Municipal destina-se ainda ao treino dos membros dos clubes do Concelho e de fora dele, sendo frequentada pelo público em geral.

Assim, num cômputo geral, mais de 2600 pessoas frequentam em média, por semana, a Piscina Municipal de Grândola. Se tivermos em conta que a população total do Concelho ronda os 13 500 habitantes, o ratio de utilização é bastante elevado.

## Viana do Castelo Reforçar a CDU e vencer o PSD

Num encontro de activistas da CDU, em Viana do Castelo, fez-se uma apreciação da situação autárquica no Distrito, no quadro das próximas eleições autárquicas, de que destacamos alguns pontos.

«Nas freguesias do distrito de Viana do Castelo geridas pela CDU, bem como nas autarquias CDU do resto do país de uma forma geral, tem sido implementada uma gestão dinâmica, empenhada, participada e transparente, que tudo leva a crer motivará a renovação da confiança depositada na CDU, com a possibilidade do exemplo de «honestidade, trabalho e competência» se estender

a outras freguesias», começa por assinalar o Comunicado, que prossegue:

«A CDU detém também consideráveis posições em minoria, que têm constituído um factor positivo e favorável à quebra do marasmo, ao respeito pelas regras democráticas e à contribuição para a maior transparência e moralização administrativa e um instrumento de intervenção e luta pelos interesses das populações».

Quanto à gestão do PSD no distrito, «a exemplo do que se passa no governo, afasta os cidadãos da gestão pública, fomenta a passividade, substitui a colegialidade

pelo presidencialismo e pelo poder pessoal sem controlo, caldo de cultura de ilegalidades e corrupções que vão surgindo aqui e acolá nas autarquias do PSD».

Também o PS, «em tantos aspectos e tantas vezes se confunde com a direita, que nem os seus excessos verbais contra o PSD, diferencia o seu projecto autárquico do daquele partido. E a recusa da direcção nacional do PS à concretização da possibilidade de uma coligação PS/PCP e seus aliados na CDU para o Município de Viana do Castelo, a exemplo do de Lisboa, demonstra que o PS está mais apostado nas suas preten-

sões hegemónicas e bipolarizadoras, que não levam a lado algum, do que em efectivamente derrotar a direita e afastar o PSD da gestão do Município de Viana do Castelo que detém desde 1976!», sublinha a CDU, que conclui, enunciando alguns objectivos eleitorais, nomeadamente retirar a maioria absoluta ao PSD na Câmara de Viana do Castelo com a eleição de pelo menos mais um vereador CDU; a eleição do primeiro vereador em Caminha e a eleição ou aproximação de eleição de vereadores nos concelhos de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Monção.

## PODER LOCAL

AUTARQUIAS 93

CDU

um bom trabalho  
melhores  
soluções

## Candidatos em Moura

Ludgero João Chagas Escoval, de 43 anos, é o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Moura, nas próximas eleições autárquicas. À Assembleia Municipal, a coligação escolheu como cabeça de lista Santiago Macias, de 30 anos.

A apresentação dos candidatos em Moura foi feita no passado sábado, dia 29, durante um jantar que reuniu uma centena de eleitos, candidatos e activistas da CDU com representantes da comunicação social regional e local. Participou no acto José Soeiro, dirigente do Partido Comunista Português.

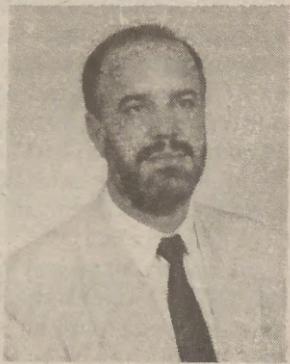
O candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Moura, natural da freguesia de Santo Agostinho, na cidade de Moura, é técnico industrial de planeamento e organização, tendo desenvolvido a actividade profissional na sua terra natal, em Lisboa e em Angola. Ludgero Escoval é o actual presidente da Junta de Freguesia da Brandoa, na Amadora, cargo para que foi eleito desde a criação da freguesia até hoje, durante quatro mandatos consecutivos. É membro do Partido Comunista Português e coordenador da CDU na Brandoa, freguesia com 40 mil habitantes. A par da sua militância política e da larga experiência autárquica, desempenhou intensa actividade no movimento associativo popular, em áreas que vão das cooperativas de habitação ao desporto, passando pela dinamização de cursos de alfabetização e pela fundação de uma biblioteca, tendo sido agraciado com a Medalha de Honra da Cidade da Amadora.

Santiago Macias, cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal de Moura, é arqueólogo e prepara neste momento, na Universidade Nova de Lisboa, a sua tese de mestrado sobre o Período Árabe em Portugal. Foi técnico superior da Câmara Municipal de Moura entre 1986 e 1992 e, desde então, integra o quadro da Câmara Municipal de Mértola, fazendo parte da direcção do Campo Arqueológico de Mértola. Tem apresentado e publicado em congressos internacionais (em Portugal, Espanha, Itália e Marrocos) trabalhos científicos nas áreas de arqueologia e história da Idade Média.

Durante a apresentação dos candidatos, foi também anunciado que Francisco Correia Farinho, pequeno agricultor, de 48 anos, encabeça a lista da CDU na freguesia de Santo Agostinho, em Moura.

A vitória da CDU na Câmara e na Assembleia Municipal, o reforço das maiorias nas freguesias da Amareleja, de Safara e de Santo Amador, e a conquista da presidência nas freguesias do Sobral da Adiça

e de Santo Aleixo da Restauração são os objectivos apontados pelos responsáveis da coligação em Moura para as autárquicas de Dezembro.



Ludgero Escoval



Santiago Macias

Durante o jantar do passado sábado, tanto Manuel Bravo, da organização concelhia do PCP e da CDU e actual vereador da Câmara Municipal, que apresentou os cabeças de lista, como José Soeiro e os candidatos, manifestaram grande optimismo em relação à obtenção de bons resultados nas próximas eleições locais.

Por um lado, foi sublinhada a qualidade das propostas da CDU, e, por outro, foi recordado o fraco trabalho da actual maioria PS/PSD no governo da Câmara de Moura.

## Odemira tem novo candidato

Cláudio José dos Santos Percheiro, de 42 anos, casado, natural de Odemira, técnico de Finanças, é o candidato da CDU à Câmara Municipal de Odemira nas próximas eleições autárquicas.

É membro do PCP, fazendo parte da Direcção Regional e da Comissão Concelhia de Odemira do Partido. Foi vereador da Câmara Municipal entre 1978 e 1983 e, no presente mandato, desde Abril ocupa o cargo em regime de permanência. Foi ainda deputado à Assembleia da República, pelo PCP, na III Legislatura (85/87) e parte da IV (87/89). É membro do Movimento Voluntário Desportivo e foi um dos fundadores do prestigiado Núcleo Desportivo e Cultural do Concelho de Odemira. É presidente da

Apresentando os seus cabeças de lista  
CDU quer mudar  
a má gestão de Cascais

Carlos Manuel Rosa Sota, natural de Cascais, onde sempre viveu, trabalhador da Função Pública — Administração do Porto de Lisboa e membro da Comissão Concelhia de Cascais e da ORL do PCP, é o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Cascais, enquanto Vítor José Ribeiro de Carvalho e Silva, gestor, vereador na Câmara Municipal de Cascais, é o candidato da CDU à presidência da Assembleia Municipal de Cascais. O anúncio foi feito numa iniciativa da CDU onde esteve presente o dirigente comunista José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Na apresentação — que contou com a presença dos jornalistas e de numerosos convidados, afirmou-se que «a Coligação Democrática Unitária — CDU apresenta-se à presidência da Câmara Municipal de Cascais com uma equipa conhecida, experiente e conhecedora do Concelho e dos seus problemas e necessidades, tendo sempre como princípios o cumprimento das propostas e dos compromissos, a honestidade e a transparência dos actos.

«Queremos uma gestão democrática e participada, com os trabalhadores do Município, com os munícipes, com os agentes sociais e empresariais. Queremos em suma, uma Câmara com regras claras, uma câmara flexível, dinâmica e moderna, uma Câmara capaz de responder com eficácia aos pequenos e grandes problemas do nosso Concelho», sublinhou-se, acrescentando-se:

«Quanto ao Concelho, entendemos que é urgente estancar a sua degradação e descaracterização e reduzir os enormes desequilíbrios



Carlos Manuel Rosa Sota, candidato da CDU à CM de Cascais, no uso da palavra. À sua esquerda está o dirigente do PCP José Casanova

que hoje existem, naturalmente tendo como grande objectivo o bem-estar da população e o seu desenvolvimento harmonioso, compatibilizando com o ambiente e a qualidade de vida. Uma política capaz de compreender as necessidades de todos e dotá-lo de infra-estruturas capazes de o projectar para o futuro de modo a que seja um Concelho em que vale a pena viver e visitar.

«Estaremos fortemente empenhados em responder aos novos desafios que o limiar do séc. XXI exigirá. Serão sempre bem-vindas e terão o nosso apoio todas as iniciativas que venham valorizar o Concelho. Queremos um Concelho com oferta de qualidade. Um Concelho onde todos tenham lugar, os que nos visitam e os que cá residem», conclui-se.

## Propostas concretas

Mais adiante a CDU abordou questões mais concretas:

«Não seremos menos empenhados, bem pelo con-

trário, na resolução de problemas que o PSD e PS, enquanto forças políticas têm tido nos últimos 15 anos a maioria dos mais importantes pelouros da gestão municipal, e que não têm sido capazes de os resolver e que constituem hoje situações que têm contribuído acentuadamente para a degradação do concelho e consequentemente para o baixo nível de qualidade de vida que a grande maioria da população usufrui. Serão nossas preocupações a recuperação e legalização dos bairros ilegais — não podemos esquecer as 35 000 pessoas que lá residem —, a erradicação das «barracas» e das condições sub-humanas em que vivem milhares de pessoas, a rede viária actual e futuras vias estruturantes e acessibilidades, a humanização dos locais de residência, a salvaguarda do património natural, histórico e cultural, a descentralização dos serviços públicos, o Plano Director Municipal como instrumento determinante do ordenamento, e gestão do território, a redução do

enorme deficit de equipamentos sociais/desportivos e de lazer, assim como, o saneamento e a higiene e limpeza».

Será também uma das grandes preocupações da CDU a qualificação do interior. A sua gestão assentará no conceito do concelho global, embora percebendo e atendendo às diferenças naturais entre o interior e litoral. Por outro lado, a CDU pretende criar mecanismos e dinâmicas, por forma a potencializar o concelho no âmbito económico, social e cultural, com o objectivo de reduzir significativamente a centralidade de Lisboa.

E acrescentou-se:

«Naturalmente que as nossas propostas não se esgotam hoje e aqui, bem pelo contrário. Há muito — o que aliás é um comportamento normal da nossa parte — que temos vindo a contactar os munícipes do concelho, movimentos associativos e culturais, entidades empresariais e sociais, procurando as melhores soluções e que as mesmas venham a ser contempladas no nosso programa por forma a corresponder aos interesses da maioria da população do Concelho de Cascais.

«Se a CDU ganhar a presidência da Câmara como esperamos, será também nosso compromisso de honra, atribuir pelouros a todos os vereadores, independentemente da força política que representarão», afirmou a CDU, concluindo.

«Estamos convictos que é preciso mudar a actual gestão do Concelho e que Cascais precisa de uma gestão CDU, a exemplo da maioria das Câmaras da Área Metropolitana de Lisboa.

«Afirmamo-lo na base do trabalho realizado, mesmo em condições muito adversas.

«Afirmamo-lo pelas propostas que temos para mudar o actual rumo e projectar o Concelho de Cascais para um desenvolvimento harmo-

Comissão Especializada de Fogos Florestais do concelho e da Comissão Municipal de Protecção Civil.

Actualmente é presidente da Assembleia Geral da Associação de Municípios do Distrito de Beja.

A apresentação do candidato foi feita no dia 31 de Maio, durante um pequeno-almoço com a Comunicação Social promovido em Beja numa esplanada da cidade. Neste encontro com a Comunicação Social participaram, para além do candidato, João Honrado, mandatário concelhio da CDU, António João, membro do Secretariado da DORBE do PCP, Manuel Cruz, vereador da Câmara, e os presidentes das Juntas de Freguesia do concelho, Manuel dos Reis, Armando Matos e Joa-

quim Maurício, das freguesias de Santa Maria, Salvador e Vale de Santiago, respectivamente.

Os nomes  
de Alcobaca

Em Alcobaca, foram apresentados, no passado dia 28 de Maio, os primeiros candidatos da CDU à Assembleia Municipal e Câmara Municipal, respectivamente José Miguel Subtil e Rogério Raimundo.

Na ocasião os candidatos apresentaram sínteses de propostas de acção nas várias áreas de intervenção autárquica, subordinadas à necessida-

de de uma política distinta da seguida pelos executivos PSD, CDS e PS, responsáveis pela perda de importância relativa de Alcobaca em relação aos concelhos vizinhos, pela não valorização das potencialidades do município e por imprevidências que colocam o futuro das populações em situações de risco ambiental e outras de carácter económico e social.



## TRABALHADORES

# CGTP-IN sai de novo à rua no sábado

## Manifestações e concentrações em todo o País

É no próximo sábado que trabalhadores de todo o País vão sair à rua para manifestar o seu descontentamento com uma política que lhes está a custar caro. Esta grandiosa jornada de luta foi convocada pela CGTP-IN no 1º de Maio, durante as comemorações do Dia Mundial do Trabalhador e será constituída no fundamental por manifestações e concentrações em diversas regiões.

São objectivos da jornada reclamar uma correcção do aumento salarial da Administração Pública, do salário mínimo nacional e das pensões mínimas da Segurança Social;

- aumentos salariais que tenham em conta a melhoria do poder de compra;
- redução do horário de trabalho para máximo de 40 horas semanais;
- erradicação dos salários em atraso, o fim dos despedimentos arbitrários, a manutenção e criação de novos empregos, o fim os empregos precários e a valorização da mão-de-obra, como factores determinantes para o desenvolvimento e progresso do País;
- a manutenção e melhoria do Serviço Nacional de Saúde;
- o desbloqueamento imediato dos contratos colectivos e o exercício da negociação colectiva;

• o fim imediato da política de criação de excedentes e de desarticulação dos serviços da Administração Pública;

• o exercício do direito à greve e à acção sindical nos locais de trabalho, o fim das perseguições a dirigentes, delegados e activistas sindicais.

Entre as principais acções já anunciadas contam-se: no Algarve - concentração em Faro pelas 16 horas; Aveiro - concentração e manifestação, pelas 15 horas; Beja - concentração e manifestação em Beja e Aljustrel; Braga (4 de Junho) - concentração e manifestação em Guimarães, pelas 18 horas; Bragança - acções junto das empresas e população; Castelo Branco - manifestação na Covilhã, pelas 16 horas; Coimbra (4 de Junho) - concentração, pelas 16 horas; Évora - concentração, pelas 16 horas; Guarda (4 de Junho) - concentração, pelas 16.30; Lisboa - manifestação Marquês de Pombal-Rossio; Portalegre - concentração em Benavila-Avis, pelas 17 horas; Porto - desfiles e manifestação na Praça da Liberdade, pelas 15 horas; Santarém - concentração no Entroncamento, pelas 17 horas; Viana do Castelo - concentração pelas 11 horas; Vila Real - plenário de dirigentes e activistas; Viseu - concentração pelas 11 horas.

## Metalurgia em jornada de luta pelo emprego e salários

Os metalúrgicos participaram em força na jornada de luta de dia 27, promovida no norte e sul do País reivindicando a melhoria dos salários e a defesa dos postos de trabalho.

Em Lisboa, os trabalhadores da indústria naval cumpriram uma greve no 2º período de trabalho e concentraram-se pelas 16 horas à porta do Primeiro-Ministro. Esta acção foi decidida na véspera, durante a assembleia geral de trabalhadores da Setenave/Solisnor que analisou a proposta da empresa de conceder aumentos de 5 por cento, para além da participação na jornada de luta, os trabalhadores decidiram cumprir uma greve de hora e meia por período de trabalho, nos dias de ontem e hoje. Foi ainda decidido que os trabalhadores não efectuarão horas extra no decurso deste processo.

Num comunicado distribuído à população, condenam o encerramento anunciado da Lisnave e o despedimento de 4 mil trabalhadores existentes na Setenave/Solisnor, Lisnave, ENI e Lisnico, salientando que só as duas primeiras empresas já tiveram 17 mil trabalhadores.

Por outro lado, para concluir a necessidade de um programa claro e completo de construção de novos navios, o texto afirma que «o nosso comércio externo continua a assentar essencialmente na via marítima, mas em 1990, a participação da frota nacional nos transportes marítimos de mercadorias foi de 14 por cento do total importado e 5,6 por cento do total exportado. O nosso país teve um prejuízo de 148, 182 e 194 milhões de contos, em fretes e afretamentos de navios, respectivamente, em 1989, 1990 e 1991. Só no 1º semestre do ano anterior, o saldo negativo foi de 103 milhões».

### Plenário no Porto

Também na passada quinta-feira o Sindicato dos Traba-

lhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito do Porto realizou, no âmbito da jornada, um plenário público que aprovou uma resolução com as principais exigências do sector.

Os trabalhadores presentes na Praça General Humberto Delgado reafirmaram a sua determinação em prosseguir a luta pela revisão justa do CCTV, pela satisfação das reivindicações nas empresas e pelo desenvolvimento do sector com a viabilização das empresas e a salvaguarda dos postos de trabalho. O plenário decidiu a participação na jornada de luta da CGTP-IN mar-

cada para a próxima segunda-feira.

Como indica uma análise sindical a 15 empresas do sector situadas no distrito do Porto «verifica-se que dos 8815 postos de trabalho que existiram, 5368 foram eliminados, restando 3437 trabalhadores que continuam a viver na incerteza». A SEPSA, uma destas 15, já encerrou e prepararam-se para fechar mais oito empresas. Os sindicatos entendem que as restantes seis unidades só poderão ter ainda hipóteses de continuar a sua laboração mediante «uma viragem na política económica e social no nosso país».



Trabalhadores da indústria naval concentrados junto à porta da residência oficial do Primeiro-Ministro

## 6.º Congresso da FEQUIFA exige modernização do sector químico e farmacêutico

Com cerca de 130 delegados inscritos, decorreram, sexta e sábado em Lisboa, os trabalhos do 6º Congresso da FEQUIFA - Federação dos Sindicatos da Indústria Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, que foram encerrados pelo Coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva.

O congresso que se realizou sob o lema «Dignificar o trabalho, defender o emprego e elevar o nível de vida» aprovou, durante a primeira sessão, várias alterações estatutárias, seguindo-se uma intervenção de fundo apresentada pelo Conselho Nacional que reflectiu a situação do sector químico e farmacêutico e as suas perspectivas de desenvolvimento.

Como foi salientado, «nos últimos três anos, o sector químico e farmacêutico não se modernizou, não aumentou a sua capacidade competitiva, não diminuiu a sua dependência face à concor-

rência externa, não garantiu postos de trabalho».

A diminuição significativa do investimento, o encerramento de várias unidades produtivas e a utilização da capacidade instalada, que no final de 1992 era já inferior a 70 por cento são outros aspectos retratam a situação actual.

A crise que o sector atravessa reflecte-se igualmente nas trocas comerciais, em que, segundo as estimativas do INE para 1990, registou-se um saldo negativo na ordem dos 203,5 milhões de contos.

Neste cenário, como foi sublinhado no congresso, a generalidade das empresas procura a redução de pessoal através das reformas antecipadas, rescisões forçadas, despedimentos colectivos; e precariza o emprego, recorrendo aos contratos a prazo, trabalho independente, subcontratação e outras formas.

O Congresso considerou serem desastrosos para o sector os resultados da integração de Portugal na CEE, criticando o Governo por ter favorecido activamente o investimento estrangeiro, criando as melhores condições para que os grupos transnacionais possam controlar com-

pletamente as actividades com carácter estratégico para a indústria portuguesa.

Os sindicalistas pronunciaram-se pela manutenção no Sector Empresarial do Estado do subsector da refinação do petróleo, do gás natural, dos adubos e da pasta de papel, a fim de ser-

virem de base ao desenvolvimento harmonioso do sector químico e farmacêutico.

O 6º Congresso da FEQUIFA aprovou ainda um conjunto de moções e documentos, destacando-se os Objectivos reivindicativos imediatos e o Programa de acção.



## TRABALHADORES

LISTA UNITÁRIA VENCE  
NOS METALÚRGICOS

A Lista Unitária que se candidatou à direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa, sob o lema «Por um sindicato forte com a participação dos trabalhadores», recolheu 98 por cento dos votos expressos, registando-se uma participação nas eleições de 72,5 por cento de associados com direito de voto.

Os cadernos eleitorais registaram 20 mil eleitores, ou seja, mais dois mil que nas eleições de há três anos atrás. A direcção central e as direcções locais sofrem uma renovação de 40 por cento, onde se destacam jovens e mulheres. Na tomada de posse, que contou com a presença do coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, a direcção eleita assumiu o compromisso de inserir a luta do sector na luta mais geral dos trabalhadores portugueses e desenvolver todos os esforços para reforçar o prestígio, a influência e a natureza de classe da CGTP-IN.

POBREZA  
EM PORTUGAL

Setenta por cento da população portuguesa vive no limiar da pobreza, se os seus rendimentos forem comparados com os salários médios auferidos nos países da Comunidade Europeia, afirma um telex da Lusa com base num relatório de uma organização não governamental britânica. Portugal tem o maior problema de pobreza dos doze comunitários, considerando o Conselho de Ministros da CEE que «se encontram nesta situação todos os que auferem um rendimento inferior a 50 por cento da média semanal da comunidade, ou seja, metade de 36 contos por semana». Dados nacionais referentes a 1985 indicavam que mais de três milhões de pessoas viviam no limiar da pobreza. O estudo foi realizado pela organização «Low Pay Unit», recentemente publicado pelo jornal «The Observer», e será apresentado, este mês, na próxima cimeira da CEE, a realizar em Copenhaga.

LIBERDADE  
DE INFORMAÇÃO

O Sindicato dos Jornalistas manifesta num comunicado «a sua grande apreensão» pela «tentativa de transformar os jornalistas e a comunicação na principal força de bloqueio. Referindo as limitações impostas aos jornalistas na Assembleia da República, as propostas de revisão do regime geral da difamação e a retomada do projecto de lei sobre o segredo de Estado, o SJ afirma que «a intenção só pode ser a de fechar cada vez mais os canais de acesso à informação precisamente quando se exige que se assegure na prática o princípio constitucional da Administração Aberta».

O Sindicato sublinha que «este ataque generalizado aos jornalistas e à informação» coloca em perigo «a liberdade de informação, que se inscreve no inalienável e universal direito à liberdade de expressão, factor essencial ao exercício da democracia e ao próprio desenvolvimento social. Trata-se de uma questão de regime que interessa a toda a sociedade e não em especial aos jornalistas».

IMPOSTOS  
EM GREVE

Os trabalhadores dos impostos paralisaram na segunda-feira em defesa da reestruturação de carreiras e dos serviços da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos. A correcção de anomalias do novo sistema retributivo, a regulamentação do subsídio de disponibilidade permanente, a abertura de concursos e a reposição de remunerações acessórias são outras das reivindicações dos trabalhadores em luta.

A greve que foi convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos e registou um nível de adesões na ordem dos 75 por cento, protestou igualmente contra a aplicação da lei dos disponíveis no sector.

DISPONÍVEIS  
EM ÉVORA

62 trabalhadores da segurança social do distrito de Évora receberam na passada sexta-feira as suas cartas de despedimento, na sequência da aplicação da lei dos disponíveis, ficando na situação de desempregados com direito a auferirem 60 por cento do salário e sem garantia de qualquer indemnização. A União dos Sindicatos do Distrito de Évora expressa a sua solidariedade e o seu apoio aos trabalhadores e apela à participação massiva na manifestação anunciada para sábado nas ruas de Évora, «pelos salários e emprego e por uma política diferente».

CONFLITO  
NA VITROHM

Os trabalhadores da fábrica de componentes eléctricos Vitrohm Portuguesa, de Trajouce, concelho de Cascais, cumpriram uma greve de 24 horas na passada sexta-feira, para reivindicar aumentos salariais e a correcção de discriminações remuneratórias entre trabalhadores dos mesmos grupos profissionais. É igualmente exigida a redução do horário geral de 42 para 40 horas por semana, a passagem dos contratados a prazo a efectivos, entre outras questões. A empresa, que é subsidiária de uma multinacional alemã, emprega actualmente cerca de 450 trabalhadores, sendo a maioria mulheres.

Trabalhadores das autarquias  
manifestam-se em Lisboa  
Administração Pública  
ameaça greve nacional

Milhares de trabalhadores das autarquias, vindos de vários pontos do País, manifestaram-se na passada sexta-feira no Rossio, em Lisboa, protestando contra os «aumentos de miséria de cinco por cento» impostos ao sector e admitiram a possibilidade de cumprirem uma greve nacional, junto com os restantes trabalhadores da administração pública, já em Junho ou Julho, caso o Governo persista em não dar resposta às reivindicações do sector.

A acção, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), reuniu, segundo fontes sindicais, cerca de 5 mil pessoas, que chegaram à capital oriundas da Lourinhã, Loures, Porto, Castelo Branco, Fundão, Grândola e Vila Franca de Xira.

Os manifestantes exigiram a reabertura de negociações «sérias e credíveis», uma revisão salarial que «respeite a reposição do poder de compra, os ganhos de produtividade e a aproximação aos salários da administração pública da Europa; a integração do adicional de

2 por cento na massa salarial de 1992; a segurança de emprego e a aplicação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco».

Os trabalhadores reivindicam ainda um aumento intercalar do ordenado mínimo da Administração Pública, actualmente dois mil escudos abaixo do mínimo nacional.

Durante a concentração, os manifestantes aprovaram um caderno reivindicativo que entregaram no Ministério das Finanças e na Secretaria de Estado do Orçamento, logo após o desfile entre o Rossio e a Praça do Comércio, passando pela Rua Augusta. Os presentes gritaram palavras de ordem com «a luta continua, Cavaco para a rua», «contra tanto mal, só uma greve geral», ou «deixe trabalhar os trabalhadores da Administração Local» e ainda «Cavaco escuta, os trabalhadores estão em luta».

Jovens do STAL  
promovem encontro

No passado fim-de-semana, a estrutura de jovens do STAL realizou, em Lisboa,



o seu primeiro encontro nacional que juntou cerca de meia centena de participantes representando as várias regiões do País.

Os jovens presentes, além de um caderno reivindicativo, aprovaram vários documentos que reflectem várias preocupações relativas à inexistência de formação profissional, à praga dos

contratos a prazo e dos recibos verdes, ao não cumprimento da lei do trabalhador-estudante e baixos salários. O Encontro aprovou ainda um plano de dinamização da organização em todo o País e debruçou-se sobre a solidariedade com Timor-Leste e a paz em Angola que foram objecto de moções.

A luta pode endurecer  
Professores acusam ME  
de autismo negocial

Integradas numa jornada nacional de luta promovida pela FENPROF, decorreram no final da passada semana diversas acções de professores que manifestaram total oposição à actual política do Ministério da Educação, acusando-o de «autismo negocial absoluto».

Uma moção, aprovada dia 27, pelo plenário de professores da grande Lisboa, indica que «os professores portugueses vivem momentos de preocupação e de angústia perante o seu futuro profissional».

O sector denuncia a «Reforma Educativa lançada e concretizada sem a participação dos principais implicados e sem condições para a sua aplicação da qual resultou o agravamento das condições de trabalho para muitos professores».

Concretamente, o plenário considerou que o ME «não se mostra minimamente preocupado em respeitar os direitos profissionais dos professores e educadores, o seu direito ao emprego e à estabilidade profissional, à contagem do tempo de serviço prestado», exigindo «respostas positivas aos múltiplos problemas de ordem remuneratória, profissional e de carreira que afectam a generalidade dos professores».

Por outro lado, a formação contínua «tem vindo a ser subvertida nos seus princípios positivos, mercê de uma regulamentação que faz prevalecer em absoluto a sua articulação com a progressão na carreira».

Os professores reunidos responsabilizaram o ME pela «criação e agravamento do ambiente de descontentamento e desmotivação que se vive nas escolas» e sublinharam a sua disposição «em avançar com o endurecimento das formas de luta, que poderão passar por pôr em causa o normal início do próximo ano escolar».

## ME limita faltas

«Abuso de poder» foi como o Sindicato dos Professores do Norte qualificou a acção do Ministério relativamente às normas de cômputo de faltas dos docentes para efeitos de contagem de tempo de serviço. Segundo uma nota do SPN, «pretende assim o Ministério limitar o número de faltas a que

os professores têm direito, bem como considerar duplamente algumas delas, nomeadamente as faltas por antecipação de férias», retardando, em muitos casos por meses, a progressão dos professores na carreira».

Entretanto, na capital nortenha, mais de 800 docentes afectos ao SPN aprovaram, na sexta-feira, uma moção com as principais reivindicações do sector, reafirmando a sua «clara recusa» em aceitar que o ME tente, «sem contrapartidas e sem justificações claras, aumentar o horário de trabalho dos professores, nomeadamente através da regulamentação da componente não lectiva».

Em Faro, cerca de duas centenas de professores de diversos graus de ensino do Algarve reclamaram a revisão da reforma educativa e criticaram, num documento distribuído na doca de Faro, onde foi lido o «sermão aos peixes», a perspectiva economicista do Governo na área da educação e ensino, «perdendo-se a oportunidade para a reestruturação e dignificação do sector».

Comunicações  
à porta de Cavaco

Membros de CTs e activistas das ORTs do sector das comunicações concentraram-se, ao fim da tarde da passada quinta-feira, junto à residência do Primeiro-Ministro, a quem pediram uma audiência para entrega das conclusões do encontro realizado durante o dia na sede STTLP. A Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual, que promoveu a acção, denuncia que o conjunto de medidas, tendentes ao desmantelamento do sector e à liquidação do SEE, tem acelerado a tentativa das Administrações de retirarem direitos e regalias. O sector protesta contra a redução de postos de trabalho que se tem vindo a registar através das reformas antecipadas, da pré-reforma e rescisões de contrato.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Pela transparência  
contra a corrupção

## PCP avança com medidas

Garantir a transparência da vida política adoptando simultaneamente medidas dissuasoras da corrupção, tais são, nas suas linhas essenciais, os objectivos que presidem ao articulado de quatro projectos de lei da autoria do Grupo Parlamentar do PCP entregues na passada semana na Mesa da Assembleia da República.

çado através do seu líder parlamentar, Octávio Teixeira, o repto aos restantes partidos políticos com assento na Assembleia para não só apresentarem os seus projectos de lei sobre esta matéria, como aceitarem que o debate e votação sejam efectuados antes do encerramento da presente sessão legislativa.

A garantia de acesso público às declarações de incompatibilidades e impedimentos, advogada noutro dos diplomas subscritos pelos parlamentares comunistas, insere-se igualmente num esforço visando uma maior transparência na vida pública. Neste caso, garante-se o livre acesso de qualquer cidadão às declarações de inexistência de incompatibilidade ou impedimento, bem como às declarações de rendimentos dos titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos.

No que se refere às declarações de incompatibilidades, acolhendo críticas da Procuradoria Geral, o diploma propõe que estas sejam feitas de forma positiva, ou seja, através de declarações de todos os cargos exercidos pelo políticos e titulares abrangidos por essas declarações, e não pela negativa, pela mera declaração de que não sofrem de incompatibilidades.

Alterar o limite das despesas com as campanhas eleitorais autárquicas, acabando já para as próximas eleições com a situação actual que impõe um limite incumprível de 500 escudos por candidato, constitui, por sua vez, o objectivo do quarto projecto de lei agora apresentado.

Os novos limites, segundo o diploma, são ponderados pelo número de mandatos e pelo número de cidadãos inscritos nos respectivos cadernos eleitorais, por forma a "atender às diferentes realidades do ordenamento do território nacional", não podendo a soma desses limites de despesas no conjunto do País ultrapassar o limite em vigor para as eleições legislativas.



Ao avançarem com estes diplomas sobre uma matéria de que muito se tem falado ultimamente, os deputados comunistas voltam a evidenciar não apenas a sua capacidade de iniciativa política e de resposta a problemas candentes da vida nacional, como também a sua determinação em agir e passar das palavras à prática.

Falar de falta de fiscalização e de incumprimento dos limites para as campanhas eleitorais, de falta de transparência na vida pública ou de fenómenos de corrupção ganham, pois, a partir de agora, uma nova dimensão e sentido de responsabilidade, num quadro de debate que requer obrigatoriamente que se tenha como ponto de referência a análise destes diplomas e das suas propostas concretas susceptíveis de serem adoptadas no imediato.

Daí que o Grupo comunista, face à importância e actualidade do tema, tenha lan-

No projecto sobre o regime de fiscalização das contas dos partidos políticos, de acordo com a explicação dada em conferência de imprensa por Octávio Teixeira e João Amaral, as propostas do PCP vão no sentido de que a entidade fiscalizadora seja o Tribunal de Contas e que seja obrigatória a publicação das contas no Diário da República, prevendo-se que nos casos de incumprimento seja suspenso o pagamento das subvenções.

Quanto ao projecto que prevê a limitação das despesas confidenciais das empresas, trata-se de uma medida considerada pelo PCP como indispensável para a transparência da vida política nacional, na medida em que a actual permissividade na realização de despesas confidenciais e não documentadas por parte das empresas, dos interesses económicos, constitui uma fonte potencial de corrupção.

Homenagem  
a Sousa Tavares

A Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto de pesar pela morte de Francisco Sousa Tavares, tendo guardado um minuto de silêncio em memória do jornalista que se destacou como um lutador pela liberdade.

O seu percurso e alguns dos traços mais distintivos da sua personalidade foram depois recordados, numa singela homenagem, em breves declarações de representantes de todos os partidos com assento parlamentar. Fernando Amaral (PSD) assinalou o "humanismo profundo que dominava os rasgos do seu pensamento", enquanto Nogueira de Brito (CDS) pôs o acento tónico na "clareza, frontalidade e inteligência" com que apreciava as diferentes situações.

"Incapaz de obediência, insusceptível de arregimentação, havia nele um D. Quixote sem contraponto de Sancho Pança. Parecia por vezes um cavaleiro de outras eras arremetendo contra tudo e contra todos em defesa da sua dama de sempre - a liberdade", realçou Manuel Alegre (PS).

Para João Amaral (PCP), falar de Francisco Sousa Tavares é falar de um "homem coerente que em momento algum deixou de dizer na praça pública aquilo que pensava e quais as suas convicções" e, por isso, "tão grande como a sua frontalidade só foi a sua própria verticalidade em todos os actos que praticou".

Governo foge à realidade  
Política económica  
na base da crise actual

- acusa Octávio Teixeira

Passada a pente fino num debate a ela inteiramente dedicado na passada semana por iniciativa do PS, a política económica do Governo voltou a ser duramente criticada e responsabilizada pela actual crise e recessão que atingem o País. Incapacidade para promover mudanças na estrutura e especialização produtivas, aposta prioritária no investimento estrangeiro, opções erradas em matéria cambial e no plano das taxas de juro, submissão cega aos ditames do exterior, designadamente às instituições comunitárias, foram algumas das acusações que durante toda a sessão choveram sob a bancada do Governo.

Escamoteando a realidade económica e social, visível por exemplo no disparar do desemprego ou na evolução negativa da produção real na agricultura e na indústria transformadora, o Governo voltou assim a dar sinais de autismo, teimando em não assumir as suas responsabilidades pelo quadro actual.

Qualquer vontade no sentido de arrear caminho ou adoptar medidas credíveis que travem a recessão, combatam os seus efeitos e viabilizem a recuperação económica do País, estiveram ausentes do discurso governamental e da sua maioria e a única novidade, se assim se pode dizer, deixada à Câmara por Braga de Macedo, acabou por ser a troca do discurso do "oásis" e da "democracia de sucesso" pela ideia de que a "questão da recessão portuguesa é artificial".

Um argumento quase hilariante que acabou por servir

de mote a algumas das intervenções dos deputados da oposição. Entendendo que a política económica do Governo "não tem defesa" e que o "primeiro-ministro esgotou o seu crédito de confiança", o líder socialista António Guterres concluiu mesmo que "o drama" desta política é que "já ninguém confia nela, nem mesmo os mais destacados economistas do seu próprio partido".

Num discurso onde não faltaram os factos concretos que fundamentam "o fracasso inforsismável da política do Governo", Octávio Teixeira, presidente da formação comunista, preocupou-se sobretudo em demonstrar como as "causas da recessão são fundamentalmente de ordem interna", têm uma natureza estrutural, e radicam nas orientações erradas do Executivo.

Enumerando-as, Octávio Teixeira recordou a ausência de alterações estruturais no tecido e na especialização produtivas nos últimos seis anos; a estratégia de aposta prioritária no investimento estrangeiro, ele próprio actualmente em crise, como forma de compensar os efeitos da política de destruição do sector produtivo nacional; a política de inteira submissão ao exterior, designadamente às instituições comunitárias; a inoportuna e desajustada integração do escudo

no mecanismo das taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu; a desastrosa opção pela estratégia do escudo caro e de elevadas taxas de juro para o sustentar".

Verberado por Octávio Teixeira foi ainda o facto de o Governo optar pela chamada estabilidade financeira - quando a crise que atinge o País é estrutural "e as suas consequências tendem a ser profundas e dolorosas" -, uma opção cujo saldo do seu ponto de vista redundava num perfeito fracasso, como se pode aferir pela "recessão na agricultura, nas pescas e na indústria, no descalabro registado nas exportações no primeiro trimestre deste ano, na crescente penetração das importações no mercado interno, na progressão geométrica do desemprego".

Daí que a teimosia do Governo na manutenção desta política - e esta foi outra ideia central a que Octávio Teixeira deu particular ênfase - mais do que resultante da sua arrogância, mais do que uma real falta de vontade política para combater recessão, possa ser interpretada como um propósito deliberado de prolongar em ordem a "promover a tão apregoada «reestruturação da economia portuguesa» não através de uma política activa mas pela via das falências e dos despedimentos em massa".

Juantorena  
no Parlamento

Alberto Juantorena, o grande atleta cubano que conquistou duas medalhas de ouro - 400 e 800 metros - nos Jogos Olímpicos de Montreal e é actualmente deputado por Havana na Assembleia Nacional do Poder Popular do seu país, esteve em Portugal entre 26 e 30 de Maio.

Durante a sua permanência, manteve contactos com organizações desportivas do distrito de Setúbal e visitou a Assembleia da República onde, a convite do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Cuba, almoçou com deputados de todos os partidos.

Actualmente vice-ministro dos Desportos e vice-presidente do Comité Olímpico, Alberto Juantorena, acompanhado pelo embaixador Germán Blanco, assistiu depois a parte da sessão plenária desse dia, tendo sido aplaudido pelos seus colegas portugueses quando o presidente anunciou que estava presente na tribuna.

No início do mês, o embaixador de Cuba foi recebido pela Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia e durante mais de três horas debateu temas da política, da economia e da vida social do seu país, em resposta a perguntas formuladas pelos membros da referida Comissão.

## Lei da Greve

Comissões de trabalhadores e associações sindicais de empresas e sectores onde já foi tentada a definição de serviços mínimos nos termos da nova Lei da Greve vão participar hoje na Assembleia da República num encontro com os deputados comunistas.

Inserida na preparação da interpelação do PCP ao Governo, esta reunião incidirá na problemática do direito à greve e conta igualmente com a participação de vários especialistas, incluindo juristas e outros interessados.

## Acção popular

A Assembleia da República aprovou hoje oito dias os projectos de lei do PS e PCP que garantem o exercício de acção popular. Para Almeida Santos, trata-se de um "direito que a Constituição confere a todos com vista à prevenção, cessação ou à perseguição judicial de infracções contra a saúde pública, a degradação do ambiente e da qualidade de vida e da degradação do património natural".

Referindo-se à importância da matéria, o deputado comunista António Filipe manifestou esperança de que "não se irá desperdiçar a oportunidade de concluir um processo legislativo tão relevante para a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos", acrescentando que a "regulação legal de tal direito constitucional de acção popular permitirá um enorme salto em frente na participação democrática dos cidadãos, na renovação da prática da administração e dos tribunais e na defesa dos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados".

## NACIONAL

## Timor

## Compromissos impedem debate no Parlamento Europeu

Dias depois da condenação de Xanana Gusmão a prisão perpétua, o Parlamento Europeu reuniu em Estrasburgo, mas o tema não chegou sequer a ir a plenário. O complexo malabarismo político das forças em presença, acabou por remeter a questão para um secundaríssimo plano, apesar da diplomacia indonésia ter atacado em força, fazendo deslocar ao PE um pretenso "embaixador" de Timor, no âmbito de uma autodenominada Associação de Amizade Parlamento Europeu-Indonésia.

A história conta-se em meia dúzia de linhas, mas muitas mais são necessárias para mostrar como, estando ausente da sessão, Timor-Leste acabou por estar muito presente à margem do plenário. Sobrecarregada com os mais diversos assuntos, a ordem de trabalhos do PE para a sessão de Maio não incluía desta vez qualquer referência a Timor-Leste. O facto poderia ser compreensível não fora o caso de, entretanto, Xanana Gusmão ter sido condenado a prisão perpétua. Impunha-se uma tomada de posição, imediata e inequívoca, do PE, que em tantas outras ocasiões veio a público exigir à Indonésia o respeito pelas decisões da ONU em relação a Timor-Leste e o respeito pelos

mais elementares direitos humanos. Assim o entenderam os eurodeputados portugueses de diferentes grupos políticos, que avançaram cada um de per si com propostas de resolução, susceptíveis de serem transformadas numa proposta de resolução comum.

Dada a importância e oportunidade do tema, esperava-se a respectiva inclusão na ordem de trabalhos e aceitação para votação. Tal não veio porém a suceder. Inesperadamente, um acordo de bastidores decide que a posição do PE será limitada ao envio de uma carta do respectivo presidente às autoridades indonésias, reafirmando as posições anteriormente assumidas pelo Parlamento Europeu.

Surpreendidos, os eurodeputados portugueses (comunistas, sociais-democratas e arco-íris) apresentam recursos daquela decisão. Em vão. Os recursos são rejeitados pelos socialistas.

É incompreensível este critério de prioridades, que subestima a importância e urgência de fazer subir a plenário a questão de Timor-Leste quando a Indonésia acaba de cometer mais um brutal atentado aos direitos humanos, remetendo o PE a expressão da sua indignação (?) para a via postal.

Mais incompreensível é ainda que tal suceda quando, à margem da sessão, um pretenso "embaixador" timorense/indonésio, Lopes da Cruz (ex-UDT), promove um encontro com parlamentares e jornalistas para acusar Portugal do drama timorense e louvar a Indonésia pelos 'abnegados' esforços em prol da paz, do progresso, do desenvolvimento e do bem-estar dos timorenses.

## Ofensiva indonésia

Iniciativa do "lobby" indonésio no PE, apoiado por eurodeputados holandeses, o encontro serviu igualmente para publicitar a dita "Associação de Amizade Parlamento Europeu-Indonésia" (EPIFA), que continua a ostentar no seu nome a designação daquele órgão comunitário apesar do presidente do PE, Egon Klepsh, ter já afirmado - em resposta a um pedido de esclarecimento de Sérgio Ribeiro - que apenas representa os eurodeputados que a integram. Segundo Egon Klepsh, o único órgão parlamentar reconhecido

como responsável pelas relações com os membros da Associação de Países do Sueste Asiático (ASEAN), a que



Malabarismos políticos tentam silenciar a voz de Timor-Leste no Parlamento Europeu

pertence a Indonésia, é a delegação interparlamentar para as relações com os mesmos.

O modo de funcionamento deste "lobby" indonésio ficou claramente definido nesta passagem por Estrasburgo. Após uma reunião literalmente às moscas, em que num português correctíssimo Lopes da Cruz leu uma declaração de branqueamento do regime de Suharto, a EPIFA divulgou um comunicado anunciando o "sucesso" da iniciativa e reivindicando ter "organizado um encontro político histórico, o primeiro entre dirigentes

políticos timorenses e um eurodeputado português" (o socialista Cunha Oliveira). Sucede que nada disto é ver-

dade. A reunião foi um fiasco, os deputados primaram pela ausência e da meia dúzia de presentes não faltou quem, alto e bom som, recusasse qualquer legitimidade a Lopes da Cruz para falar em nome do povo timorense, antes de abandonar a sala.

Por seu turno, o eurodeputado português Cunha Oliveira desmentiu ter mantido qualquer encontro com alegados líderes políticos timorenses. Em nota divulgada à imprensa, o deputado socialista desmente a EPIFA, afirmando que "não houve nenhum encontro com líderes políticos de Timor-Leste" pois "eles ou estão presos ou estão clandestinos no estrangeiro". A mesma nota, que protesta contra a inclusão do nome do Parlamento Europeu na designação oficial da EPIFA, apela aos deputados de todos os grupos políticos para se absterem de aceitar "qualquer convite dos indonésios ou dos seus amigos para visitar turística e culturalmente a Indonésia e as ilhas de Timor e Bali, enquanto Jacarta não abrir as portas à delegação que o PE decidiu enviar a Dili". Um alerta já anteriormente feito pelo eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro, que chamou a atenção para o facto de a

EPIFA convidar os europarlamentares a efectuar, em Novembro próximo, um périplo turístico, beneficiando de "tarifas reduzidas".

De referir, para que o retrato da EPIFA fique completo, que a mesma anunciou que o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, foi convidado a participar na sessão plenária de Junho do PE, como se de decisão comunitária se tratasse, quando afinal o convite da EPIFA é apenas extensível às reuniões deste grupo restrito de europarlamentares.

## Fernando Moran eleito por aclamação

A questão de Timor-Leste esteve ainda presente em Estrasburgo numa outra iniciativa, de carácter bem diverso da anterior. O Intergrupo Timor do Parlamento Europeu reuniu e elegeu por aclamação o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol, Fernando Moran, para seu presidente. Actual chefe da delegação do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) no PE, Fernando Moran, de 65 anos, sucede a Simone Veil na condução dos assuntos do Intergrupo de eurodeputados que defendem a causa de Timor-Leste. Simone Veil abandonou o cargo ao assumir funções ministeriais no novo governo francês.

Em declarações ao "Avante!", Fernando Moran lamentou que a condenação de Xanana Gusmão não tivesse sido debatida no Parlamento Europeu, pois este era "o momento indicado" para o efeito. Recordando que o dirigente timorense foi julgado por "delitos políticos e não comuns", o deputado espanhol sublinhou a necessidade de aprofundar o debate sobre Timor, que "é um problema internacional e não apenas de Portugal", de forma a influenciar e contrariar a política dos países da CEE que persistem em manter acordos com a Indonésia.

## Caso de Évora Médicos pedem demissão de ministro

O Sindicato dos Médicos da Zona Sul acusou na segunda-feira o ministro da Saúde de ser responsável, «por cumplicidade moral», pelas mortes verificadas na unidade de hemodiálise do Hospital Distrital de Évora.

«Ao ilibar o Conselho de Administração do Hospital Distrital de Évora e mantendo-o em funções, o ministro da Saúde (...) toma a iniciativa de não respeitar a legislação elaborada pelo seu Governo e acaba por se tornar cúmplice moral pelas mortes verificadas», afirma o sindicato em comunicado.

O sindicato, reportando-se ao resultado do inquérito promovido pelo Ministério da Saúde (que ilibou o Conselho de Administração no «caso do hemodialisados»), considera que o ministro Arlindo de Carvalho «abre um grave precedente

para a futura impunidade de todos os membros destes órgãos de gestão hospitalar».

Já anteriormente a própria Ordem dos Médicos condenara os resultados do inquérito, enquanto a Associação dos Insuficientes Renais exigira mesmo a demissão do Conselho de Administração do Hospital.

No comunicado do Sindicato dos Médicos do Sul, as críticas ao governante são reforçadas ao dizer-se que «tanto mais que, ainda em Outubro do ano passado, elogiava esta unidade de hemodiálise pela "grande produtividade a baixos custos", e os resultados estão à vista».

Sobre o Conselho de Administração do Hospital Distrital de Évora o sindicato condena a sua actuação no processo e «recusa peremptoriamente a criação de bodes expiatórios, em particular a nível dos médicos da unidade».

«Não é possível ilibar o Conselho de Administração da grave situação vivida na unidade de hemodiálise e que ainda continua a provocar mortes», alega o sindicato.

Caso contrário, a acreditar na «versão oficial do inquérito ministerial, (...) o Conselho de Administração teria de ser igualmente responsabilizado por ausência total no cumprimento das suas competências legais».

Deste modo, conclui o sindicato, «torna-se ainda lícito que o Ministério da Saúde paga mensalmente avultados vencimentos e mantém em funções um Conselho de Administração que não cumpre minimamente as suas atribuições e competências legais».



O caso das mortes em Évora leva à exigência de demissão do ministro da Saúde

## Pioneiros Corrida pelos direitos da criança

Foi grande a festa e a animação durante todo o passado domingo no Parque Zeca Afonso, na Baixa da Banheira, numa iniciativa dos Pioneiros de Portugal que envolveu cerca de mil crianças.

«Lembrar todos os dias os direitos da criança» e «exigir que a Convenção sobre os Direitos da Criança seja uma realidade em Portugal» foram os lemas da iniciativa. Durante a manhã realizou-se a quarta corrida desportiva pelos Direitos da Criança, envolvendo 276 crianças de idades compreendidas entre os seis e os 14 anos.

A festa continuou pela tarde com música, pinturas, jogos e a distribuição de rebuçados e balões e de uma mensagem sobre o Dia Mundial da Criança, comemorado terça-feira passada.

## TEMAS

# Conferência sobre o Mundo Rural Mudar quase tudo para bem do País

«É necessário salvar o Mundo Rural». Nesta frase ficou condensada a intencionalidade das intervenções feitas na Conferência realizada no domingo passado em Lisboa, sobre os problemas das regiões economicamente mais atrasadas no nosso país e onde a agricultura tem um papel decisivo na vida das populações. A organização desta Conferência sobre o Mundo Rural coube à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e nela participaram 23 organizações de agricultores, de todas as regiões do país, para além da CGTP, Associação Nacional de Municípios, Associação Nacional de Fre-

guesias, Junta Metropolitana de Lisboa, Juventude Agrária Rural Católica, Acção Católica Rural, Federações dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses e da Função Pública e ainda a Federação Nacional de Caçadores e Proprietários.

A proposta, apresentada na intervenção final feita pelo dirigente da CNA, Armando de Carvalho, de criação de um Movimento para a Defesa e Desenvolvimento do Mundo Rural e a exigência da confluência de políticas relativas a diversas áreas bem como a diversificação das actividades económicas com base num indispensável desenvolvimen-

to da actividade produtiva agrícola, foram algumas das principais conclusões desta Conferência onde apresentaram comunicações, a convite dos organizadores, o padre António Fontes, o Prof. Doutor Carlos Cabral, do Instituto Superior de Agrinomia; a investigadora Engenheira Agrónoma, Fernanda Amaro, do Instituto Nacional de Investigação Agrária, e o Prof. Doutor Oliveira Baptista, do Instituto Superior de Agronomia.

Dos problemas levantados nesta conferência ressaltou-se, entre outros assinalados, a destruição da agricultura, fruto da política governamental e comunitária com a discriminação dos seguintes exemplos: os preços pagos aos agricultores são cada vez mais baixos enquanto os custos de produção são os mais caros da Europa; por outro lado, os baldios estão de novo ameaçados, as cooperativas estão em graves dificuldades financeiras enquanto dezenas de matadouros foram encerrados e as alterações verificadas na EPAC e Juntas das Frutas, do Vinho, dos Produtos Pecuários levaram ao desaparecimento de instalações e serviços.

Na base dos actuais problemas do Mundo Rural, como foi salientado nesta Conferên-

cia, estão pois os problemas da agricultura.

Assim, aumentando a pressão populacional nas regiões do litoral, nos últimos dez anos nove por cento da população saiu das zonas rurais para as cidades, enquanto decisões governamentais tendem a agravar a situação. É o caso do encerramento de minas, linhas férreas no interior do país ou de serviços como repartições de finanças, tribunais, delegações da Segurança Social ou dos serviços do Ministério da Agricultura.

## Por uma vida «normal»

Entre as exigências feitas nas conclusões finais da Conferência, expressas numa «Carta de Defesa do Mundo Rural Português» está o desenvolvimento da agricultura assegurando um tecido denso de explorações agrícolas familiares, a criação de empregos nas freguesias e concelhos rurais; a aplicação de incentivos e ajudas ao artesanato, comércio e às pequenas e médias empresas e a defesa e desenvolvimento dos serviços públicos com o reforço da autonomia e capacidade financeiras das autarquias rurais.



Os participantes na Conferência propuseram a criação de um «Movimento para a Defesa e Desenvolvimento do Mundo Rural»

Outras exigências apresentadas dizem respeito a compensações, através do Orçamento de Estado e de políticas respeitantes às zonas rurais, às dificuldades e obstáculos naturais das actividades sociais e económicas no meio rural; a constituição de apoios específicos para a construção e reabilitação das habitações rurais e a preservação da sua cultura e ainda a procura de um espaço rural ordenado e dotado dos meios de comunicação e transporte necessários

ao funcionamento normal da vida social e económica.

O ministro da Agricultura fez-se representar na Conferência através do Engenheiro Agrónomo Matamouros Resende, enquanto estiveram presentes membros da Comissão Parlamentar de Agricultura, membros dos Grupos Parlamentares na AR e deputados europeus do PS e PCP e o Engenheiro Silvicultor Carlos Morais, vogal do Conselho Directivo do Instituto Florestal.

## Um grito de alerta

A realização desta Conferência sobre o Mundo Rural foi uma decisão do Conselho Nacional da CNA - Confederação Nacional da Agricultura - que na sua reunião de 10 de Janeiro passado lançou um apelo onde se explicam as razões que estão na base da iniciativa e que foram lembradas na intervenção de abertura do dirigente desta confederação, João Vieira:

«O Mundo Rural vive e caminha para uma crise de grandes proporções.

«São as crescentes dificuldades dos agricultores e da agricultura, eixo económico e social determinante da vida do Mundo Rural.

«Mas são também os processos em curso de liquidação de instituições sociais ou infra-estruturas de serviço público e as cada vez maiores restrições ao acesso a meios financeiros destinados ao investimento regional».

Mais adiante afirma-se:

«Continua o êxodo das populações para as grandes cidades e para a emigração. Desertificam-se vastas regiões. Desvaloriza-se, e destrói-se mesmo, o nosso património rural.

«Esta situação corresponde à "exterminação" pacífica das populações rurais mas não corresponde aos interesses das populações das grandes cidades. Não serve os interesses do país!

«É, por isso, urgente a confluência de esforços e vontades das várias entidades e instituições que conhecem e vivem estes problemas, na sensibilização da opinião pública, das populações urbanas, dos órgãos de soberania, para a determinação das respostas que a gravidade da situação exige.

«Há que dar um grito de alerta. Se não agirmos, o Mundo Rural morre», conclui o apelo da CNA.

Como diria João Vieira, no final da sua intervenção, «esta Conferência é uma pequena acha para uma fogueira que queremos que aqueça a vontade e o coração dos nossos concidadãos: a defesa e o desenvolvimento do Mundo Rural».

## VI Congresso sobre o Alentejo Regionalização é o caminho do desenvolvimento

A criação da Região Administrativa do Alentejo foi uma das principais necessidades apontadas nas conclusões do VI Congresso sobre o Alentejo que sob o lema «O Alentejo e a Europa Comunitária» terminou os seus três dias de trabalho no passado domingo em Portalegre. Em foco esteve o desenvolvimento transfronteiriço num encontro onde participaram quatro centenas de pessoas, entre as quais 40 provenientes das regiões espanholas da Extremadura e Andaluzia. Outros temas definidos para este Congresso, e que foram objecto de 113 comunicações (entre as quais 12 espanholas) foram: «água, indústrias extractivas e complexo portuário», «sociedade, cultura e património» e «turismo e ambiente».

Neste Congresso, que foi de abertura e diálogo com o exterior, a necessidade de «dar uma voz própria ao Alentejo» fez sentir de forma mais acentuada a necessidade de avançar com a Regionalização, cumprindo-se assim a legislação existente, que o Governo de

Cavaco Silva tem vindo sucessivamente a adiar.

A vizinhança do Alentejo com as regiões espanholas da Andaluzia e da Estremadura - esta última uma das mais atrasadas do país vizinho mas, mesmo assim, apresentando índices de desenvolvimento muito superiores ao Alentejo - levou alguns dos participantes a dizer que os riscos de concorrência obrigam a uma resposta concertada de toda a região alentejana, de forma a poder-se encarar uma cooperação em ambos os lados desejada, mas só possível de forma a não prejudicar os

alentejanos se for levado em conta o atraso relativo da região e se esta for dotada de meios para se fortalecer economicamente.

Neste âmbito, o Alqueva voltou, como em edições anteriores, a estar em foco, analisando-se as repercussões do projecto, concluindo-se pela necessidade de uma planificação e ordenamento cuidadosos da execução do projecto, defendendo-se o fomento do associativismo entre os regantes e os futuros utilizadores da barragem e alertando-se para a necessidade de acautelar um tecido empresarial mal dimensionado.

## Homenagens a nomes do Alentejo

A cultura foi uma das vertentes associadas ao VI Congresso sobre o Alentejo, realizado nos passados dias 28, 29 e 30 em Portalegre. No último dia dos trabalhos foram homenageadas pelos participantes três figuras já desaparecidas ligadas à região: o poeta José Régio, na casa-museu com o seu nome em Portalegre, onde foi descerrada uma lápide; o histo-

riador calipolense Túlio Espanca, recentemente falecido; e o «capitão de Abril» Salgueiro Maia em cerimónia que decorreu no cemitério de Castelo de Vide.

O VI Congresso do Alentejo terminou na tarde de domingo com um desfile de várias dezenas de grupos corais e etnográficos, oriundos de vários pontos do Alentejo e da área da grande Lisboa.

## Cooperação possível

As conclusões do Congresso apontam para a necessidade de uma gestão coordenada em ambos os lados da fronteira, em áreas como os recursos hídricos, iniciativa empresarial e estruturas universitárias.

A criação de uma sociedade de desenvolvimento regional transfronteiriço, que venha a aproveitar as estruturas das sociedades de desenvolvimento existentes nos dois lados da fronteira, é outra sugestão avançada neste domínio.

Numa análise final, João Transmontano, presidente da Câmara de Portalegre, fez um balanço «muito positivo» e considerou que o Congresso valeu essencialmente pelo «levantamento de dificuldades que foi feito» e «pelas soluções apresentadas para o futuro da região».

Para os participantes no Congresso ficou a ideia de que o desenvolvimento do Alentejo é igualmente um imperativo nacional já que o futuro das regiões fronteiriças do interior tem reflexos inevitáveis na qualidade de vida global no espaço português e nas regiões litorais.

Assinalado por diversas vezes foi o actual panorama desfavorável da região: em dez anos o Alentejo perdeu mais de 31 mil pessoas, a sua economia é predominantemente rural com excessiva dependência e insuficiente aproveitamento dos seus recursos, sendo apontadas como causas principais para a situação o excessivo centralismo do Estado e a inexistência de um poder regional com capacidade própria de intervenção e decisão.

## Angola Unita em guerra contra as populações

Dois anos depois da assinatura dos acordos de Paz para Angola, a guerra devastou o país, e assume formas particularmente chocantes de terrorismo dirigido contra as populações.

A semana passada, a Unita atacou um comboio na região de Quibungo, fazendo mais de uma centena de mortes e 145 feridos, a maioria dos quais em estado grave. "Uma tragédia como nunca tinha acontecido em Angola nos últimos anos", nas palavras do governador da pro-

víncia de Huíla, Dumilde Rangel.

Homens armados da Unita fizeram descarrilar o comboio com o rebentamento de uma mina, invadindo depois as carruagens e disparando indiscriminadamente sobre os passageiros.

Nas vésperas de mais esta acção criminosa, o governo angolano declarava "solenemente o seu empenho de buscar de forma paciente e realista" uma solução negociada para pôr fim à guerra.

A declaração foi feita em conclusão de um balanço

dos esforços do governo da República de Angola tendentes à "solução pacífica do conflito", em que se refere o aprofundamento das diferenças na fase final das conversações de Abidjan.

A continuação da guerra está a ter custos incalculáveis no plano socioeconómico e em vidas humanas.

Em mensagem dirigida aos participantes da II Cimeira afro-americana - que reuniu na capital do Gabão 13 chefes de Estado da África subsaariana e líderes afro-americanos dos direitos civis - o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, alertou que Angola está a braços com graves carências sanitárias e de alimentação, nomeadamente a falta de bens de primeira necessidade.

"Face à actual situação dramática, o governo angolano vê-se forçado a apelar para a consciência e a solidariedade de todos os que se preocupam com os destinos do povo de Angola", sublinha-se na mensagem.

José Eduardo dos Santos afirma ainda, referindo-se à realidade africana, que só a vontade e a capacidade dos próprios africanos permitirá encontrar os meios para se romperem os condicionais existentes e enfrentar os desafios impostos pelo mundo actual.

A desigualdade no comércio entre países africanos e o mundo desenvolvido, acrescenta, tem sido acentuada pelas exigências impostas pelas instituições financeiras internacionais, nomeadamente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Um círculo de guerra e exploração económica que se impõe romper.

## Alemanha Mais violência contra os estrangeiros

Dois dias depois de o Parlamento alemão ter aprovado uma nova lei que restringe gravemente o direito de asilo no país, um incêndio de origem criminosa, numa residência de emigrantes turcos, em Solinger, causou a morte de cinco pessoas, incluindo duas crianças.

Das vítimas mortais, duas são mulheres com idades de 26 e 18 anos, e duas crianças (do sexo feminino) de 9 e 4 anos.

Além dos cinco mortos registaram-se ainda dois feridos, incluindo um bebé de 7 meses que se encontra em estado crítico.

O atentado é considerado o mais grave até agora levado a cabo contra residências de estrangeiros. De recordar que 4 pessoas já tinham morrido este ano vítimas da violência da extrema direita e 17 o ano passado.

Para que dúvidas não restassem sobre a autoria do crime, perto do local foram encontradas pinturas com a cruz suástica.

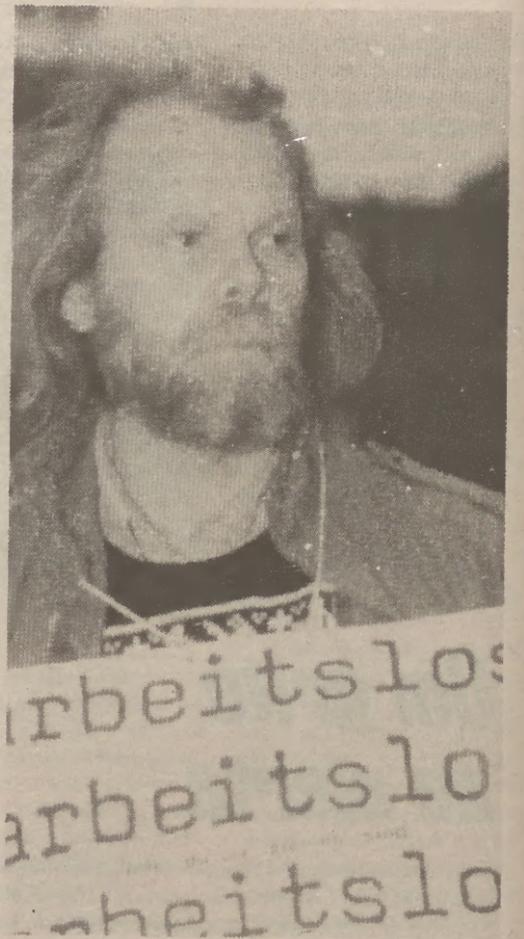
Na mesma noite em que morreram cinco turcos em Solingen, 14 pessoas foram feridas em Munique, no sul do país, num incêndio em outra residência de estrangeiros que aguardam resposta das autoridades oficiais a pedidos de asilo.

Imediatamente após o atentado de Solingen - próximo de Colónia, Estado Federado da Renânia do Norte-Westfalia - uma manifestação espontânea de protesto percorreu as ruas da localidade.

Mais duas manifestações contra o terrorismo nazi realizaram-se posteriormente, juntando cerca de 10 mil pessoas. Centenas de turcos participaram numa vigília à volta de uma fogueira frente à residência dos seus compatriotas, totalmente incendiada.

A juntar à nova legislação dirigida contra os estrangeiros, o governo do chanceler Helmut Kohl pretende avançar com um "pacote social" que corta regalias de há muito adquiridas pelos trabalhadores alemães.

Em causa, nomeadamente, o pagamento de salários nos primeiros dias de



Trabalhador alemão em manifestação contra o desemprego e por melhores salários

"baixa" por doença, conquista dos trabalhadores alemães com já quase 50 anos.

O governo alemão divulgou a semana passada um projecto de lei referente ao seguro de assistência na terceira idade a ser pago, tal como o seguro de saúde, em partes iguais por patrões e trabalhadores.

O projecto será apresentado ao Bundestag (parlamento federal) em Julho, e só é apoiado pelos partidos da coligação governamental.

O patronato - dispendo do apoio do Partido Liberal - defendia mesmo que o seguro de saúde deveria ser pago exclusivamente pelos trabalhadores.

Para "compensar" o patronato, que afirma não dispor de dinheiro para participar no pagamento do seguro de saúde, o projecto de lei agora aprovado pelo governo prevê que durante os primeiros

dois dias de cada período de doença - seis dias no ano, no máximo - os trabalhadores não recebam salário ou renunciem a dois dias de férias.

Na Alemanha ocidental, o pagamento do salário durante todo o período de doença não só é garantido por lei como nos contratos colectivos de trabalho.

Trata-se de uma conquista que data de 1957 quando, depois da maior greve da história da RFA (16 semanas), os trabalhadores conseguiram impor o recebimento de salário desde o primeiro dia de doença.

O novo projecto de lei surge assim como mais uma medida governamental tendente a pôr em causa direitos dos trabalhadores de há muito adquiridos.

Os sindicatos opõem-se em massa a este projecto e a DGB (Federação dos Sindicatos Alemães) já ameaçou com greves.

## Eduardo dos Santos aposta no diálogo

"A democracia em Angola está em perigo e amputada e é por isso que o problema com a Unita tem de estar solucionado até ao final do ano", afirmou o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, em entrevista à rádio "Luanda antena comercial".

Na abordagem das crises política, militar e económica em que o país vive, o chefe de Estado angolano disse que é urgente uma "solução legal" para a questão da chefia de Estado, para que foi o candidato mais votado na primeira volta das presidenciais, em Setembro.

"A existência de um presidente eleito é um dos mais fortes requisitos da democracia, mas objectivamente não existem condições para a realização, até dois anos, da segunda volta das eleições, pois a Unita nos sítios por onde passou destruiu tudo, desde as pontes aos próprios boletins de voto e de recenseamento", disse.

Sobre as recentes conversações de Abidjan e as alegações da Unita de que o governo angolano não fez qualquer tipo de concessão, José Eduardo dos Santos foi peremptório em recusar tal acusação.

"Só o facto de aceitarmos negociar com um partido armado, que não aceita a legislação existente em Angola e que pela força das armas tem vindo a tentar a tomada do poder, já é, em si só, uma concessão importante", declarou.

Outra concessão foi o governo aceitar que essas negociações decorressem fora de Angola.

"É por isso que a comunidade internacional, sobretudo os Estados Unidos da América, começam a compreender melhor a Unita e a nossa necessidade de abdicar da cláusula do triplo zero".

"A comunidade internacional começa a entender que é legítimo ao governo apetrechar-se com armas para defender a integridade do território e fazer frente a um exército armado, que não aceitou o resultado das eleições e diariamente mata o nosso povo", afirmou.

No quadro da análise da situação política actual, José Eduardo dos Santos sublinhou: "somos um governo democraticamente eleito e por isso, em qualquer partilha do poder, teremos de ser nós a desempenhar o principal papel para podermos aplicar com êxito o programa através do qual fomos eleitos pelo povo angolano".

Para o presidente angolano, "neste momento existem duas Unitas. Uma democrática e que está no Parlamento e uma outra belicista".

"Sem o fim da ala belicista da Unita não haverá paz em Angola - afirmou. - Só há duas possibilidades: ou a esmagamos ou a trazemos para a legalidade, através de negociações, e eu continuo a pensar que a segunda hipótese é a mais viável".

No plano económico, o presidente sublinhou: "Não escondo que estamos a sentir enormes dificuldades em produzir riqueza e foi por isso que resolvemos abandonar o nosso programa de estabilização económica para adoptarmos um programa de emergência, de forma a fazermos face à situação que vivemos".

Estabelecendo como prioridade do governo "a continuação da pressão diplomática, política e militar" sobre a Unita, José Eduardo dos Santos disse que a sua "aposta eleitoral foi desafiar Jonas Savimbi e impedir que ele instalasse uma ditadura em Angola".

"Isso foi feito - sublinhou - pois conseguimos batê-lo nas eleições legislativas e na primeira ronda das presidenciais".

Uma realidade que a Unita tentou riscar com o reacender da guerra.

## Os maiores conjuntos de despedimentos

SOCIEDADES	DESPEDIMENTOS
Mercedes-Benz (automóvel) .....	27 000 (até 1994)
La Poste (correios) .....	13 500 (até 1995)
Stemens (electrónica) .....	13 000 (1993)
Volkswagen (automóvel) .....	12 500 (1993)
Ruhlkohle (minas de carvão) .....	10 000 (até 1994)
Thyssen Stahl (siderurgia) .....	8 000 (até 1994)
DASA (aeroespacial) .....	7 500 (até 1994)
Veba (química nuclear) .....	7 500 (1993)
Lufthansa (transporte aéreo) .....	6 000 (até 1994)
Man (electromecânica) .....	4 500 (1993)
KRUPP (siderurgia) .....	4 000 (1993)
Ford (automóvel) .....	3 000 (1993)
Gründig (electrónica) .....	3 000 (1993)
Saarstahl (siderurgia) .....	2 000 (1993)

Fonte: «WIRTSCHAFTSWOCHE».

O desemprego está a ser utilizado pelo patronato para estabelecer uma precarização generalizada do trabalho

## INTERNACIONAL

## Pacifistas

**P**acifistas alemães colocaram uma faixa onde se lê «Liberdade para Timor-Leste» num navio de guerra vendido pela Alemanha à Indonésia.

Os manifestantes, que mantêm a ocupação do navio desde a madrugada de domingo, exigem que seja anulada a venda de 39 vasos de guerra a Jacarta, efectuada em Janeiro último.

O porta-voz dos pacifistas, Eckhard Forberg, afirmou que os ocupantes, que se barricaram num dos navios, querem permanecer ali até que o negócio de venda de material bélico à Indonésia «seja anulado».

## Pobres

**O**s povos indígenas no mundo figuram nos países em vias de desenvolvimento, segundo um estudo da OIT publicado em Washington.

«Os indígenas e os povos tribais estão quase sempre no fim da escala social e económica» considera Michel Hansenne, director-geral da OIT no preâmbulo do Relatório preparado para a Conferência Mundial dos Direitos do Homem, que terá lugar em meados de Junho em Viena.

Os indígenas têm sempre as taxas mais elevadas de mortalidade infantil e desemprego, o mais baixo nível de educação, o que os conduz em primeiro lugar ao alcoolismo, à doença e às prisões, acrescenta Hansenne.

Notando que as populações são expulsas cada vez mais dos seus territórios, muitas vezes o seu único apoio social e económico, o director-geral da OIT deplora que «num número demasiado de países, elas sejam consideradas como um obstáculo ao desenvolvimento e à unidade nacional».

## Polónia

**O** presidente Lech Walesa decidiu promulgar uma nova lei eleitoral cuja aplicação vai limitar o número de partidos representados no Parlamento polaco.

Walesa ordenou sábado a dissolução do Parlamento, o que implica a realização de eleições antecipadas dentro de três ou quatro meses.

A nova lei, votada sexta-feira pela Dieta (Câmara Baixa do Parlamento), conserva o modo de escrutínio proporcional, mas estabelece uma barreira de cinco por cento dos votos para os partidos e de oito por cento para as coligações.

## Itália

**C**erca de 200 000 florentinos manifestaram a sua cólera contra o atentado à bomba de quinta-feira, de que resultaram cinco mortos e elevados danos materiais no património histórico-cultural da cidade.

Os manifestantes concentraram-se na Piazza Santa Croce (Praça Santa Cruz), a poucas centenas de metros do local do atentado.

Em Milão, mais de 50 000 pessoas desfilaram em dois cortejos em direcção à Praça do Duomo, respondendo ao apelo dos sindicatos.

Em Bolonha, milhares de estudantes concentraram-se em frente da estação de caminhos-de-ferro, à hora exacta em que, no dia 2 de Agosto de 1980, um atentado à bomba fez 85 mortos.

Em toda a Itália foram hoje observadas duas horas de greve geral, uma forma de dizer «não» ao terrorismo mafioso. Em Florença, a greve prolongou-se por quatro horas.

## França

**A** indústria francesa registou um crescimento zero em 1992, depois de ter recuado ligeiramente em 1991 e continua a perder empregos com a supressão de 110 000 postos de trabalho, segundo um inquérito do INSEE.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Estudos Económicos (INSEE), o emprego industrial, que tem vindo a descer todos os anos, perdeu 2,8 por cento do seu efectivo total.

A redução dos efectivos, resultante nomeadamente da corrida à produtividade, abrange todos os ramos da indústria, incluindo aqueles onde a actividade foi satisfatória em 1992, como o automóvel e os bens de equipamento doméstico.

A actividade da indústria transformadora estagnou, depois de ter registado um recuo de 0,9 por cento em 1991. Os mais afectados foram os sectores da mecânica, materiais de construção e bens de consumo, em concorrência directa com os produtos fabricados no terceiro mundo (têxtil, couro e calçado).

## Moçambique

**A**s Nações Unidas distribuíram nos últimos seis meses mais de 150 mil toneladas de produtos diversos nas zonas controladas pela Renamo, no interior de Moçambique, foi anunciado em Maputo.

Segundo uma nota do gabinete das Nações Unidas para a coordenação da assistência humanitária (UNOHAC) em Moçambique, os produtos foram distribuídos em 49 dos 128 distritos que compõem o território moçambicano.

## Espanha

## Resultados eleitorais a grande incógnita

As eleições que irão decorrer em Espanha no próximo domingo, dia 6, são sem dúvida das mais importantes desde o derrube do franquismo, pelo risco de um avanço significativo da direita face à profunda desilusão e desconfiança gerada entre a população pela política nestes anos promovida pelo Partido Socialista (PSOE).

Há pouco mais de 10 anos, em 1982, os socialistas ganharam as eleições com 46% dos votos à primeira volta.

As promessas eleitorais de então ficaram pelo caminho e hoje a situação social em Espanha, nomeadamente no plano laboral, é particularmente difícil.

Em Dezembro passado, o país contava com mais de três milhões de desempregados, ou seja, mais de 20% da população activa. Em 1989, um quarto da população assalariada tinha um posto de trabalho precário.

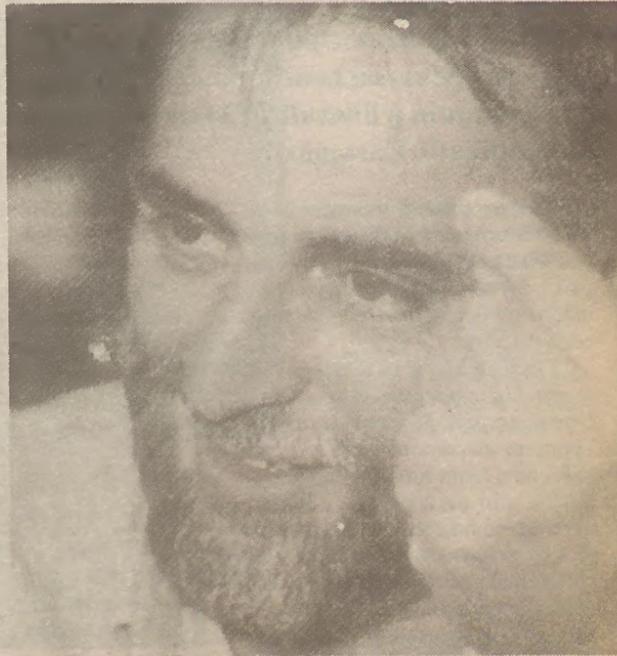
Uma situação que levou a um grande surto de lutas sociais desde fins dos anos 80 — greves gerais em Dezembro de 1988 e em Maio de 1991, importantes movimentos desde o início deste ano. A União Geral de

Trabalhadores de Espanha (UGT), tradicional aliada do PSOE no movimento sindical, tem vindo a assumir claras posições contra a política de austeridade implementada pelos socialistas.

Que perspectiva, hoje?

As sondagens do passado fim-de-semana indicam que, nesta fase final, a incerteza é grande e os resultados estarão indefinidos até aos últimos dias. Os indecisos são muitos, e grande parte corresponde a anteriores votantes socialistas que, segundo estudos sociológicos, após onze anos de poder do PSOE e de Felipe Gonzalez, estão cansados, frustrados ou até irritados.

Neste quadro, em que se prevê uma acentuada perda de votos dos socialistas e um perigoso avanço da direita, há uma outra força que significativamente se tem vindo a afirmar — a coligação Esquerda Unida, que agrupa, com o PC de Espanha, várias forças e organizações progressistas, e apresenta um programa alternativo, uma nova política económica e social que assume como prioridade a luta contra o desemprego e um novo impulso à actividade económica.



## PCP solidário com Anguita

Numa expressão de solidariedade com Julio Anguita, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha, que sofreu um ataque cardíaco na passada sexta-feira, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, enviou um telegrama em que, «preocupado com as notícias relativas ao seu estado de saúde» expressa «os mais sinceros votos de rápida recuperação» e envia «saudações fraternais».

Também o Secretariado do Comité Central do PCP enviou a Anguita um telegrama em que se manifesta «o nosso desejo de rápida recuperação».

«Votos de rápidas melhoras. Um abraço» — foi a mensagem enviada por Álvaro Cunhal.

## Guatemala

## Apelo à desobediência civil contra golpe de Serrano

“Serrano: esta é a nossa resposta” — foi uma das palavras de ordem insistentemente gritadas pela multidão concentrada junto ao palácio presidencial, para protestar contra o golpe de Estado do presidente guatemalteco Jorge Serrano.

Um desafio ao estado de excepção imposto ao país, em que participaram milhares de pessoas, e em que estiveram presentes dirigentes do movimento popular.

Rigoberta Menchu, líder indígena e prémio Nobel da Paz de 1992, que encabeçou esta manifestação, dirigiu um apelo à desobediência civil contra o presidente golpista, alertando também para a hipótese de um contra-golpe promovido pelos militares.

Entretanto, o movimento guerrilheiro guatemalteco apelou à população para se “defender e lutar” contra o regime surgido do golpe de Serrano e pediu à comunidade internacional para o isolar.

Os líderes da União Revolucionária Nacional Guate-

malteca (URNG) disseram que urge lutar contra a repressão e para defender as organizações populares, a democracia e a paz.

As organizações cívicas e associações profissionais do país anunciaram já a criação de uma Frente Ampla contra o regime de Jorge Serrano.

Na Frente Ampla participam Rigoberta Menchu e dirigentes do movimento popular e desde já foi enviada uma Carta às Nações Unidas e governos da comunidade internacional, pedindo-lhes para não reconhecerem o regime “de facto” imposto agora à Guatemala, e pressionarem Serrano a repor a legalidade constitucional.

As medidas tomadas pelo presidente golpista — suspensão da Constituição, dissolução do Parlamento, demissão do seu cargo do procurador dos direitos humanos, Ramiro de Leon Carpio — foram justificadas, em comunicado ao país, pela onda de protestos e o “vazio legislativo e judicial”.

O que na prática significa que o presidente deu o golpe

(com que apoios de facto?) para tentar por cobro às acções populares contra a sua política.

Nas últimas semanas, estudantes e trabalhadores guatemaltecos saíram várias vezes à rua em manifestações contra as medidas de austeridade económica, por melhores salários e melhores condições de trabalho.

Em vésperas do golpe, cerca de 10 000 pessoas desfilaram na capital empunhando cartazes com o retrato do presidente enquanto exigiam “Demissão, demissão”.

Por outro lado, as negociações entre o governo e a URNG (movimento guerrilheiro que há 32 anos luta contra a ditadura), a decorrer no México há cerca de dois anos, encontravam-se num impasse desde o passado dia 6, por o governo considerar como “inegociável” uma proposta da guerrilha, entretanto não divulgada.

A guerra na Guatemala já provocou 100 mil mortos.

No plano internacional, a reacção é de generalizado repúdio.

A Organização dos Estados Americanos (OEA), países vizinhos da América Central, CEE e Estados Unidos condenaram o golpe e exigiram o regresso à legalidade constitucional. Apenas o presidente peruano, que em Abril de 1992 procedeu igualmente a um golpe de Estado, apoiou Jorge Serrano.

O Parlamento latino-americano prepara acções no sentido de excluir a Guatemala de todos os foruns internacionais de diálogo e garantir asilo político às pessoas perseguidas no quadro da nova situação política imposta ao povo guatemalteco.

A organização norte-americana de direitos humanos “America Watch” alerta para o facto de o “retorno a um governo autocrático” decidido por Serrano ajudar a “consolidar o alarmante precedente estabelecido no continente pelo Peru”, pondo em causa, nomeadamente, as “escassas garantias de protecção dos direitos humanos que existiam” na Guatemala.

# Comunistas reafirmam empenhamento na luta de todos os trabalhadores

## É preciso defender a TAP!

**Tramada pelo Governo e as administrações do PSD, a transportadora aérea nacional sofre os efeitos da concorrência selvagem que se seguiu à liberalização decidida pela Comunidade Europeia**

Desde o final do ano passado as dificuldades da TAP começaram a surgir regularmente na imprensa. No final de Abril foi anunciado que os salários não iriam ser pagos na totalidade. A partir daí não foi mais possível calar a luta dos trabalhadores, unidos em defesa da TAP, dos postos de trabalho e dos direitos conquistados.

Coerentes com as suas posições de sempre, os comunistas estão e vão continuar empenhados neste combate, apontam os responsáveis e propõem soluções. Uma nova política, para a TAP como para o País, é mais que urgente, como salientaram ao «Avante!» as camaradas **Alberto Lemos**, do secretariado da célula da TAP e do executivo do organismo de direcção do sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa do PCP, **João André**, do organismo de direcção deste sector e membro da Comissão de Trabalhadores da TAP, e **Luísa Ramos**, também do executivo dos Transportes da ORL e dirigente do SITAVA (Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos).



### Campanha terrorista

Desde Dezembro de 92 vieram a público, nomeadamente na imprensa, notícias e artigos acerca de graves problemas financeiros na TAP. «Avançavam-se números sucessivos de défices previstos, até para contrariar ou apoiar a substituição do conselho de administração que se veio a verificar no fim do ano», recorda Luísa Ramos, acrescentando que esta «foi uma campanha que na altura classificámos de terrorista e que pretendia talvez justificar outro tipo de medidas: eram apontadas as dificuldades das companhias de aviação na Europa, com o objectivo de mentalizar os trabalhadores da TAP de que esta situação iria reflectir-se na transportadora aérea portuguesa».

Em 18 de Fevereiro onze sindicatos pagam a publicação em vários jornais de um anúncio que, sob o título «Quem quer tramar a TAP?», alertava para a verdadeira situação da empresa e dava a conhecer as posições dos trabalhadores, até aí silenciadas. A partir desta data, em que teve lugar uma concentração de



trabalhadores, começa-se a desenrolar uma série de acções que tem o seu ponto alto nos protestos de 29 de Abril, depois de ser anunciado que não havia condições para pagar integralmente os salários.

«Também em Fevereiro se falava já no novo regime sucedâneo, que ninguém em rigor sabia muito bem o que era». Luísa Ramos esteve na audiência no Ministério do Emprego e ouviu o director-geral das Relações de Trabalho afirmar que nada sairia sem a auscultação prévia dos sindicatos. Mas «este mesmo senhor chama-nos dia 30 de Março, para nos comunicar que no dia seguinte ia sair, para vigorar de imediato, o novo regime sucedâneo para a TAP».

Com este regime sucedâneo os trabalhadores «perdem muito do que conquistaram desde 1968», particularmente em matérias como protecção na maternidade, protecção na saúde, direitos de horário de trabalho, refere Luísa Ramos, para quem «mais grave do que a situação internacional é o clima de intimidação e de chantagem que se está a instalar na TAP» e «mais grave do que a actual situação internacional é não se ver uma vontade política do Governo para, junto da Comunidade, alterar as condições de mercado».

A 16 de Abril teve lugar uma greve de 24 horas - já depois do regime sucedâneo ter saído e depois de ter sido alterada a lei da greve - a que a administração respondeu com a instauração de 69 processos disciplinares a pretexto de não terem cumprido os serviços mínimos decretados pelo Governo (que consistiam em assegurar a totalidade dos voos para as regiões autónomas). Na semana passada estes processos foram suspensos «sem implicações para os processos individuais dos trabalhadores».

### Nem pacto nem sacrifícios

A forte oposição dos trabalhadores fez com que o regime sucedâneo da TAP ganhasse uma má conotação junto da opinião pública e mesmo dentro do PSD, o que leva o ministro dos Transportes a vir agora falar na necessidade de o substituir em Novembro próximo por um pacto social. «Isto é inadmissível num país que tem leis que definem o que é negociação colectiva e o que são parceiros sociais, num país onde o primeiro-

-ministro diz todos os dias que com concertação e diálogo é que se resolvem os problemas», comenta Luísa Ramos. Interrogando-se sobre «qual é a empresa onde os trabalhadores fizeram pactos sociais e abdicaram de direitos e de aumentos salariais e onde foi ultrapassada uma situação de crise», recorda que «na Lisnave foi feito um pacto social há alguns anos, e agora querem mandar 4 mil pessoas para a rua», e que «na Fábrica-Escola Irmãos Stephens, da Marinha Grande, os sacrifícios dos trabalhadores também não evitaram o encerramento». «Estes e outros exemplos devem servir de alerta aos trabalhadores da TAP. A questão de fundo é a mudança de política.»

O problema é que, enquanto publicamente o Governo e a administração falam na necessidade de tomar medidas para a sobrevivência da empresa, a realidade mostra que «não há medidas de fundo, há apenas tentativas de tirar direitos aos trabalhadores».

Assim, a par do novo regime sucedâneo surgem projectos de divisão da TAP e de liquidação de postos de trabalho. O Governo tenta «dar à opinião pública a ideia de que há uma alteração da sua política no sentido de criar as condições para viabilizar» a empresa. Mas o que os trabalhadores vêem todos os dias são medidas que têm o efeito contrário.

«Todas as baterias do Governo e da administração estão apontadas para convencer os trabalhadores da TAP de que têm que aceitar sacrifícios e perda de direitos, e que têm mesmo de aceitar abandonar a empresa», constata a dirigente do SITAVA, contrapondo que «para a viabilização da TAP não é necessário que os trabalhadores façam ainda mais sacrifícios». Quanto às dificuldades de outras companhias europeias e aos sacrifícios aí impostos aos trabalhadores, é categórica: «Não venham com comparações, porque então também é preciso comparar os salários e as garantias sociais.»

### Unidade e esclarecimento

Na TAP os comunistas têm-se batido pela defesa dos direitos dos trabalhadores, pela manutenção dos postos de trabalho, pela defesa da empresa. Luísa Ramos afirma que «esta é a nossa obrigação, envolvendo-nos na luta juntamente com todos os nossos companheiros de trabalho, independentemente dos partidos a que pertencem ou em que votam; mas também é nossa obrigação apontar caminhos alternativos.»

A ampla unidade dos trabalhadores da TAP e das suas estruturas representativas em torno daqueles objectivos tem sido um facto nestes meses mais recentes. Quisemos saber se essa unidade tem reflexos também na exigência de outra política para a empresa e para o País.

Para Luísa Ramos, «este é um problema que o Partido enfrenta a nível nacional, como se tem dito várias vezes: o apoio social dos trabalhadores e a sua participação nas lutas contra a política do Governo não se reflecte depois na sua opção de voto». A luta na TAP «também pode ajudar a uma maior tomada de consciência da necessidade de uma alternativa a esta política e de uma alteração do sentido do voto», pois «muitos trabalhadores da TAP estão com certeza a compreender que não podem continuar a votar nos partidos que fazem grandes promessas eleitorais e depois vão aplicar uma política que vai contra os interesses da maioria dos que neles votaram».

João André é de opinião que «em toda a empresa, mesmo por parte de trabalhadores que têm votado no PSD, há a consciência de que, não sendo uma luta par-



tidária, a luta da TAP é uma luta política. E muitos têm manifestado a sua disposição de não voltar a dar o voto ao PSD nas próximas eleições.»

Alberto Lemos acha que «independentemente da opção de voto que vão fazer na altura das eleições, muitos trabalhadores da TAP estão a tomar consciência de que a política dos governos do PSD, como dos do PS, tem ido objectivamente contra os seus interesses». Refere que «pela primeira vez, embora sem um reflexo directo, por exemplo, em novas inscrições no Partido, muita gente começa a pensar que realmente quem tinha razão eram os comunistas naquilo que vinham dizendo durante estes últimos 18 anos. E não é por acaso que, sem termos a maioria nas estruturas, as nossas posições são muitas vezes aquelas que vinga, precisamente porque correspondem às necessidades e exigências dos trabalhadores.»

Na semana passada foi aprovado um novo calendário de paralisações, a 9, 18 e 23 de Junho, das 7 às 11 horas, e dia 28 de Junho das 15 às 19 horas. Os comunistas vão trabalhar, como até aqui, para o êxito destas greves e reafirmam a sua disponibilidade para continuar a lutar.

Ao mesmo tempo, alertam para a necessidade de responder prontamente a falsas soluções que algumas figuras andam a tentar semear: «Temos que continuar a esclarecer que a resolução dos problemas dos trabalhadores e da TAP não passa pela privatização nem pela divisão da empresa», como sublinha Luísa Ramos.

João André entende que «os trabalhadores não têm grandes alternativas: a única forma de conseguirem defender a TAP, de conseguirem manter os postos de trabalho e os direitos, de conseguirem aumentos salariais justos, é continuar no caminho da luta, como têm feito até aqui. E, chegada a altura, devem castigar os responsáveis políticos pelos problemas que os afectam e optar por quem garanta uma alternativa que realmente corresponda aos interesses dos trabalhadores e do País.»

## «Situação económica difícil» está mal desde o princípio

No debate em torno dos problemas da TAP e dos seus trabalhadores, é colocada em lugar de relevo a «situação económica difícil», declarada em 1980-81 e que se tem mantido até ao presente.

João André recorda que a TAP foi declarada formalmente situação económica difícil quando o ministro dos Transportes Viana Baptista e era Sá Carneiro primeiro-ministro, com base em pressupostos que não eram reais e apenas tendo respondido a um problema laboral, que foi a greve de 18 dias dos pilotos. Para ser declarada uma empresa em situação económica difícil é preciso que uma empresa não pague aos bancos, não assuma os seus compromissos com a Segurança Social e não pague salários. Ora isto nunca aconteceu com a TAP. «Mas, como foi dando jeito, por causa do regime sucedâneo que passou a vigorar em vez do normal acordo de empresa, foram mantendo a TAP nesta situação formal. Desde essa altura os trabalhadores da TAP não beneficiam do direito constitucional à liberdade de contratação colectiva, pois pura e simplesmente não há acordo colectivo na empresa. No entanto, continuaram a não existir as condições que obrigariam à declaração da TAP em situação económica difícil e a empresa deixou mesmo de estar em situação líquida negativa.»

«Mas as grandes companhias estão, com estes resultados, a investir, os seus prejuízos não são prejuízos reais, porque elas vão acabar por ficar sozinhas, se se mantiver este mercado desregulado, transformam-se em megatransportadoras e fazem entre si o negócio dos preços a praticar, sem qualquer interferência da Comissão Europeia.»

«Mas as grandes companhias estão, com estes resultados, a investir, os seus prejuízos não são prejuízos reais, porque elas vão acabar por ficar sozinhas, se se mantiver este mercado desregulado, transformam-se em megatransportadoras e fazem entre si o negócio dos preços a praticar, sem qualquer interferência da Comissão Europeia.»



Quem, melhor que os trabalhadores, conhece a TAP e os seus problemas? Alberto Lemos, João André e Luísa Ramos (na foto, da esquerda para a direita, durante a entrevista ao «Avante!») somam, juntos, 63 anos de casa

## Propostas para outra política

O PCP tem levantado o problema da TAP, quer na Assembleia da República (onde o PSD se tem oposto por várias vezes à discussão em plenário), quer no Parlamento Europeu (através de uma pergunta escrita do camarada Rogério de Brito à Comissão). Actualmente, «estamos a preparar uma reunião, no próximo dia 16 e possivelmente com a participação do secretário-geral do Partido, para formalizarmos as nossas propostas de resolução dos problemas da empresa, mantendo a TAP como companhia de bandeira e salvaguardando os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores», revelou Alberto Lemos.

«As iniciativas e propostas do Partido - lembra - têm sido divulgadas aos trabalhadores, nomeadamente através de comunicados da célula. Vamos fazer essa iniciativa no dia 16 para dar mais um contributo para a defesa da TAP e para que mais gente fique a saber o que defendemos.»

### Intervenção urgente

Em debate vão estar propostas de intervenção a curto prazo. João André, depois de referir que «existir ou não a TAP é resultado de uma decisão política», sublinha que a empresa «precisa de uma injeção de capital já, pois tem dinheiro só até Setembro». «O Governo tem que intervir já, e nós vamos apresentar propostas concretas para esta intervenção, de forma a resolver a curto prazo o problema da

dívida (que nos custa quase 10 milhões de contos por ano) e o problema do leasing dos aviões, que tem custos elevadíssimos (quase 17 milhões de contos), enquanto a situação da TAP não é contemplada no Orçamento de Estado.»

Para os comunistas, como diz João André, «é perfeitamente justo que o Governo invista na viabilização da TAP, depois de todas as asneiras que fez no que respeita à liberalização do transporte aéreo e sabendo-se que a empresa contraiu em tempos empréstimos no estrangeiro para financiar o Orçamento. É importante que o Governo defenda a empresa também pela sua importância social: são 10 500 postos de trabalho directos, são mais uns 20 mil postos de trabalho indirectos, são mais de 100 mil bocas que vivem do trabalho na TAP ou para a TAP».

Falando de números - e rejeitando ver a TAP de um ponto de vista meramente economicista -, João André refere que «o Orçamento de Estado não entra com um tostão para a TAP, pelo contrário, a TAP e os seus trabalhadores entram com 30 milhões de contos por ano para o Orçamento, em impostos directos e indirectos, e para a Segurança Social pagam mais de 15 milhões de contos por ano».

O Governo deve apoiar decididamente a manutenção da TAP como companhia aérea de bandeira. Este tipo de transportadora distingue-se da estritamente comercial porque, como referiram os nossos entrevistados, é um símbolo do País, tem direitos de soberania, o Estado pode utilizá-la em serviço dos interesses nacionais, nomeadamente em altura de graves crises, e inclui-se mesmo nos meios de defesa nacional. Para Portugal, que tem uma grande comunidade de emigrantes, é ainda um importante apoio aos portugueses no estrangeiro.

São razões deste género que levam a que os países da Europa não admittam ficar sem as suas companhias de bandeira. «Mesmo os países do chamado Terceiro Mundo querem ter as suas companhias aéreas de bandeira, diz Luísa Ramos, lembrando que «não é por acaso que, depois de as Lineas Aereas Argentinas terem sido compradas pela Iberia, é agora o próprio governo argentino que está a ver se consegue reabsorver a empresa».

Além de alterar a sua política para a TAP, o Governo português - defende o PCP - deve juntar-se aos de outros Estados para pressionar uma nova negociação das tarifas do transporte aéreo na Comunidade, que ponha termo à actual concorrência selvagem.

## Casos... ao acaso

Na história da má gestão da TAP há casos que falam por si. Ao longo da entrevista com Alberto Lemos, João André e Luísa Ramos, foram referidos, ao acaso, algumas dessas histórias.

### Santos Martins - II

A CT escreveu ao primeiro-ministro explicando as razões por que não concordava com a segunda nomeação de Santos Martins, uma vez que ele tinha sido o pior de todos os gestores que passou pela empresa. Apontava, nomeadamente, os maus resultados líquidos e o número de passageiros do transporte comercial obtidos no seu primeiro mandato. Foi na sua presidência que a TAP alienou a participação no hotel Penta por 300 mil contos, quando ela estava avaliada em cerca de 500 mil contos.

### Catering com quem?

As estruturas dos trabalhadores têm defendido o investimento próprio da TAP no catering (serviço de abastecimento dos aviões, prestado por uma empresa, a Marriot, a quem a transportadora aérea pagou no ano passado quase 6 milhões de contos). Foi decidido que este catering da TAP entrasse em vigor em Setembro próximo nos voos de médio curso, e depois, lá para Abril de 1994, nos de longo curso.

Um negócio destes não pode deixar de suscitar interesse e movimentações de grupos, entre os quais a própria Marriot, geralmente defendida muito bem por Carrapeto Dias, um funcionário da TAP que também é assessor de Cavaco Silva. Sem qualquer justificação, resolveram parar as obras deste projecto (em que já se tinha gasto uns 700 mil contos, nomeadamente em material que corre agora o risco de se deteriorar porque está apenas protegido por um telheiro) e dizem agora que estão à procura de um sócio. O catering dá de lucro, pelo menos, 40 ou 50 por cento - que a TAP poderia poupar. Agora pensam num sócio... É ou não legítimo concluir que há qualquer negociação por trás desta opção?

### Mega... escândalo

Foi criada, no tempo de João Lencastre, uma empresa que só presta serviço à TAP e que resultou da desanexação do serviço de reservas. A criação da Megasy, na opinião dos comunistas e de outros dirigentes sindicais e da CT, foi profundamente errada. Não se conhece nenhuma empresa que alienasse assim o seu serviço de informática, mas na TAP isso foi feito e deu um bom lugar ao então cunhado do presidente da administração. Obviamente, isto veio onerar os custos. Por exemplo, os trabalhadores que foram para aquela empresa passaram a custar à TAP valores muito superiores, de dezenas de contos por dia. É um escândalo tão grande que já mereceu uma chamada de atenção da Inspecção-Geral de Finanças. A CT já desafiou o conselho de administração a pôr termo a isto, voltando a integrar o serviço na TAP.

### Sobre-subcontratação

Estão a pressionar trabalhadores para deixarem a empresa, e até pagam à Forum Atlântico para convencer trabalhadores a rescindir os contratos. Mas esta semana vão entrar algumas dezenas de trabalhadores subcontratados (em regime de aluguer de mão-de-obra) para a manutenção.

A administração continua a não explicar este fenómeno da subcontratação. Nesta altura vale tudo. Com a adesão que está a ter a greve às horas extraordinárias, têm trabalhadores subcontratados a trabalhar à noite sem serem enquadrados por um único trabalhador da TAP. Uma vez resolvidos subcontratar a uma empresa que trata de jardins dois trabalhadores por 20 minutos para serviço de bagageiros. Se se fosse traduzir em ordenado mensal o que a TAP pagou a essa empresa por este serviço, daria a bonita soma de 2050 contos.



O Dia do Tripulante, 30 de Abril, foi assinalado em Lisboa com uma «corrida contra o regime sucedâneo». Organizada pela estrutura sindical da TAP e a CT, teve a participação de largas centenas de trabalhadores. Ali estiveram, a manifestar a sua solidariedade, Manuel Carvalho da Silva e outros dirigentes da CGTP e também da UGT

# Reflectir e agir

O PCP, no seu XIV Congresso, analisou as grandes questões que hoje se colocam ao movimento operário e sindical, definindo, na sua Resolução Política, as traves mestras da acção dos militantes comunistas nesta frente.

Essa análise e avaliação da realidade, tal como as orientações aprovadas em Congresso, tiveram a valiosa contribuição de milhares de homens e mulheres que estão ligados aos problemas, à vida e à luta nas empresas e sectores e na estrutura do movimento sindical.

Considerou o Congresso que o movimento sindical, actuando num quadro social, económico e político que sofreu profundas mutações, a par da vitalidade e influência de massas que mantém e faz dele uma força indispensável ao desenvolvimento da luta popular de massas, enfrenta difíceis e complexos problemas (redução de efectivos e de sindicalizados, debilidades na ligação aos trabalhadores, dificuldades de trabalho junto dos jovens, insuficiente renovação de quadros, dificuldades em intervir nas empresas, carências financeiras), que enfraquecem a sua capacidade de organização, intervenção e mobilização.

Sem consideração do carácter determinante das causas objectivas, da definição da política e dos protagonistas que as concretizam, fácil se torna resvalar para teorizações manhosas que tendem a sugerir ao movimento operário e sindical o caminho da capitulação e do conformismo. O que não invalida, antes exige, a reflexão sobre a realidade e os efeitos de factores subjectivos.

Com a convicção de que ninguém é detentor de verdades absolutas nem das soluções todas, procuramos conhecer, estudar e analisar outras ideias, opiniões e até projectos.

Ultimamente surgiram alguns defensores de ideias soltas que embora sem dimensão de projecto vão sendo amplamente divulgadas na Comunicação Social.

Titulam com ar sombrio e escrita pesada o seguinte: há uma crise sindical. A culpa seria fundamentalmente do PCP, mas também da inadaptação aos avanços tecnológicos, às novas realidades, resultantes do novo espaço europeu, da burocracia sindical, das ingerências e da partidarização.

1.º - Definem como não prioritária a luta reivindicativa por melhores salários, em nome da salvação dos empregos.

2.º - Reclamam a adaptação da composição das estruturas do movimento sindical à maioria social e eleitoral, propondo a síntese das três forças históricas: revolucionários, reformistas e cristãos, sacralizando o saber em relação ao ter.

3.º - Dão prioridade à concertação e reclamam o carácter supranacional do movimento sindical.

## O falso pretexto da crise sindical

Pisando e repisando a tecla da crise sindical ganham em espaço nos jornais, rádio e televisão o que perdem em dimensão solidária com quem luta.

Quando milhares de trabalhadores lutam em difíceis condições pela defesa dos seus postos de trabalho, pelos seus direitos individuais e colectivos e encontram na acção e na organização sindical um precioso e indispensável instrumento para resistir e prosseguir, estas vozes descantam as atenções da crise económica e social, diluem as responsabilidades do Governo e do grande capital e o antagonismo dos interesses em presença.

Inadaptação às novas tecnologias e realidades! Onde?

Na TAP onde jogam os interesses das grandes companhias de aviação?

Na Metalomecânica Pesada onde de 13 mil trabalhadores se reduz para 3 mil devido à estratégia da multinacional ABB após ter adquirido o capital social das empresas alienadas pelo Governo?

Na Portucel e na Cimpor onde proliferam empreiteiros e subempreiteiros sem nenhuma mão-de-obra qualificada e totalmente precarizada, enquanto se empurram trabalhadores com elevada competência profissional para a rescisão forçada?

Inadaptação às novas tecnologias na Indústria Naval onde prevalecem o negociamento do Governo com os Mellos e o objectivo de liquidar milhares de postos de trabalho?

Ou foi o Sindicato dos Aduaneiros e os seus milhares de associados despedidos que não se adaptaram às novas realidades, resultantes do espaço europeu?

Dos têxteis, dos bancários, dos mineiros, da Função Pública?

O raciocínio destes teóricos é lapidar. Se nestas empresas e sectores existem menos sindicalizados, isto é sintoma da crise sindical.

E então partem para outras duas ideias de recuo: mais do que o salário, defenda-se o emprego e se há desemprego desenvolva-se a solidariedade.

Como se pode estabelecer uma dicotomia entre a luta por melhores salários e pela defesa do emprego?

Condicionar-se-ia assim a liberdade de negociação da contratação numa vertente que mobilizou gerações inteiras e que foi conquistada a pulso no terreno.

Mas como também a nível do emprego as coisas vão de mal a pior, então desenvolva-se a solidariedade aos desempregados.

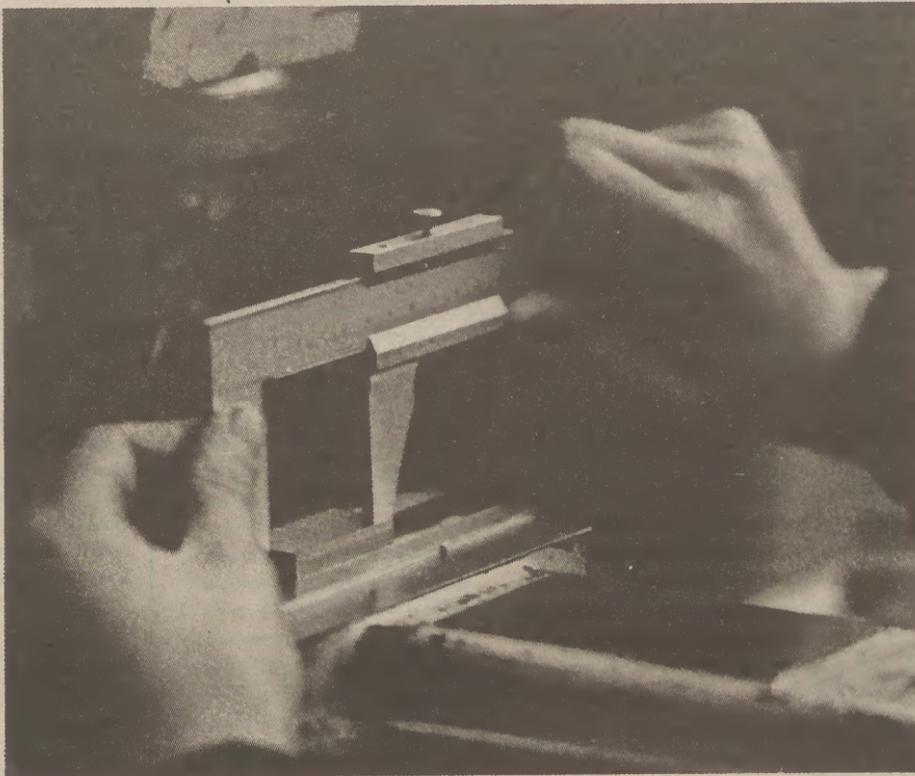
Quem não está de acordo? Só que a questão primeira não é essa.

Se não se denuncia e intervém nas causas, bem difícil é curar dos efeitos.

## Os direitos são conquistados

Sem subestimar as contradições, a génese exploradora do capitalismo não é reconversível, os direitos dos trabalhadores nunca foram dádivas mas conquistas, como resultado da sua própria luta, no combate às causas que conduzem à injustiça e à exclusão social.

Propondo a redução da influência dos comunistas, tiram de seguida um coelho da cartola e sugerem que a composição da estrutura sindical nos seus diversos



**JERONIMO DE SOUSA**  
Membro da Comissão  
Política do Comité Central  
do PCP

A acção sindical lá onde pulsam os sentimentos, as preocupações, os problemas dos trabalhadores é e será o alicerce mais sólido onde assenta todo o edifício e a acção global do movimento sindical unitário.

No BESCL, de onde saíram 500 trabalhadores e onde foram admitidos 300 jovens, a lista unitária em confronto com uma lista PS e outra do PSD, alcança pela primeira vez, desde 1975, a maioria absoluta, com mais mandatos mas também mais votos do que na eleição anterior.

Se os trabalhadores nas empresas e nos Sindicatos dão o seu voto às listas onde participam os comunistas, que fazer então?

Na opinião dos tais teóricos, retome-se a tese que um dirigente socialista há anos defendeu em relação à Direcção da CGTP.

Dizia ele: nós valemos 100 gramas num kilo, mas como 1 kilo sem 100 gramas não é um kilo, exigimos valer 500 gramas.

A representatividade democrática não pode ser pervertida sem prejuízo de toda a consideração pelos critérios da unidade e abrangência das diversas sensibilidades existentes no movimento sindical, que constituem um insubstituível património e condição de fortalecimento do projecto que a CGTP consubstancia.

Quanto à questão da supranacionalidade do movimento sindical, procura confundir-se a dimensão internacional da CGTP, a sua manifestação de vontade de cooperar a diversos níveis na Europa e no mundo, com a sua «desnacionalização».

A ideia vendida por estes teóricos é atractiva.

Com a internacionalização da economia, a influência das multinacionais na CE, há que transportar também o centro das decisões para Bruxelas secundarizando a acção nacional.

Importa lembrar que são as multinacionais que mais força fazem para derubar as fronteiras e as decisões independentes e soberanas dos respectivos Estados. O que revela a sua importância.

Sem descurar ou deixar de exigir a participação e a intervenção do movimento sindical nos diversos níveis da CE, continua a ser determinante a acção em cada país concreto, na certeza de que Cavaco é tão neoliberal em Portugal como em Bruxelas.

## Prioridade às empresas e sectores

Invente-se, se se quiser, mas a acção sindical lá onde pulsam os sentimentos, as preocupações, os problemas dos trabalhadores, assume cada vez mais um carácter determinante, é e será o alicerce mais sólido onde assenta todo o edifício e a acção global do movimento sindical unitário.

É onde a acção é mais exigente mas também é onde reside a razão de ser dos Sindicatos.

No quadro duma ofensiva tão vasta e da actual relação de forças, difícil será encontrar, no plano imediato, todas as soluções necessárias e duradouras que hoje constituem desafios para o movimento sindical.

O estudo, o conhecimento das profundas mutações e alterações da estrutura empresarial, particularmente onde reside o núcleo mais sólido, combativo e organizado dos trabalhadores, o aprofundamento da renovação a todos os níveis da estrutura sem abdicar da contribuição valiosa e generosa da geração de sindicalistas que construíram este movimento sindical, as medidas de reorganização face aos desmembramentos, cisões e criação de holdings, a disponibilidade para, sem qualquer preconceito corporativo ou sectorista, iniciar processos de reestruturação visando fortalecer, modernizar e dinamizar a estrutura, a revitalização do trabalho nas empresas, partindo dos problemas concretos dos trabalhadores, são tarefas imensas que exigem audácia, espírito aberto e propostas.

**Ninguém disporá das soluções todas.  
Mas o pior seriam as soluções falsas.**

níveis corresponda à maioria social e eleitoral, fazendo-se a síntese das três forças tradicionais do movimento sindical.

Mas de onde vem a influência do PCP no movimento operário e sindical?

Discuta-se no concreto.

Se não servem os resultados das eleições sindicais (e deviam servir, por exemplo, as recentes eleições para os Sindicatos dos Metalúrgicos de Lisboa e dos Seguros do Norte), por haver muita lista única ou de consenso unitário, vamos descer ao nível da empresa.

O PS e o PSD impuseram por lei o método proporcional para a eleição das CTs, num universo que abrange todos os trabalhadores duma empresa, independentemente da sua filiação sindical ou categoria profissional.

Inevitavelmente surgem diversas listas com conotações político-ideológicas e sindicais.

Não é necessário citar resultados na generalidade das grandes empresas onde os operários são maioria.

Na Estoril Sol, por exemplo. O PS mais uns aliados concorreram à CT, sob a sigla «Plataforma da Esquerda» em confronto com a lista onde participavam os comunistas e independentes.

Esta lista unitária venceu com a esmagadora maioria dos votos e mandatos. A lista «platafórmica» perdeu votos e mandatos em relação à eleição anterior para a CT.

# Mulheres na gestão política das autarquias

## — uma reflexão actual

■ **Fernanda Mateus**

Membro do Conselho Nacional do PCP

«Os níveis local e regional constituem a primeira etapa para a plena participação das mulheres na vida pública e para a concretização da igualdade de oportunidades na vida quotidiana.»<sup>(1)</sup>

Dezanove anos após o 25 de Abril, não obstante os exemplos positivos de presença, participação e empenho de mulheres no poder local democrático, o número de eleitas é extremamente baixo: 2,3 por cento do total dos Presidentes de Câmara e 5,7 por cento dos vereadores. Número que não tem correspondência nem com o seu peso numérico, nem com o papel que estas têm vindo a desempenhar na vida económica, social, política e cultural.

O reduzido número de mulheres eleitas não é, como sabemos, uma situação exclusiva do poder local. Na Assembleia da República, as mulheres são 8,7 por cento dos deputados, realidade que se estende a outros centros de decisão aos mais vários níveis. Este é o pano de fundo de uma realidade nacional que, sendo marcada pelo contributo das mulheres na vida económica, social, política e cultural, mantém muitos dos mais graves traços da tradicional discriminação em função do sexo.

O PSD tem procurado condicionar a autonomia do poder local e as competências dos seus órgãos, transfe-

re para as autarquias, responsabilidades e encargos que são seus, sem transferir as respectivas contrapartidas financeiras.

Apesar destes condicionalismos, a intervenção do poder local democrático e muito especialmente da CDU tem constituído pilares essenciais para a resolução de graves carências e problemas sentidos pelas populações e pelas mulheres, obviando, mesmo, o agravamento de situações que competiria ao poder central resolver.

Para o próximo mandato, como foi sublinhado na Conferência Nacional do Partido sobre o poder local e eleições autárquicas, é nosso objectivo reforçar as acções específicas em benefício da mulher e com a sua participação, tendo em vista contribuir para a igualdade e realização dos seus direitos.

De 1979 a 1989, só o PCP e os seus aliados aumentaram a percentagem de mulheres nas Presidências de Câmaras: de 25 para 57,1 por cento do total das presidentes em exercício. O PSD passou de 25 para 28,6 por cento de mulheres nas Presidências de Câmara, neste período, enquanto o PS desceu de 25 para 14,3 por cento.<sup>(2)</sup>

Actualmente, 10 por cento dos vereadores eleitos pelo PCP e seus aliados são mulheres, enquanto que pelo PSD correspondem a 5,3 por cento, 5 por cento pelo PS e 3,3 por cento pelo CDS.<sup>(3)</sup>

O PCP e a CDU são as forças políticas que têm procurado reforçar o número de mulheres no conjunto dos seus eleitos nos órgãos autárquicos. Aliás, a problemática da igualdade, a avaliação da situação das mulheres em Portugal tem sido uma das suas preocupações como é patente na realização de diferentes iniciativas nacionais e distritais que tem permitido o aprofundamento das estratégias do PCP na promoção da intervenção das mulheres em igualdade aos diferentes níveis da vida nacional.

Mas é preciso continuar a desenvolver esforços para que as mulheres tenham nas listas, e entre os eleitos da CDU, a representatividade que lhes é devida, pelo peso da sua intervenção partidária e na CDU, intervenção de grande valor, reconhecida pelos militantes.

É um trabalho sistemático que exige «um olhar mais profundo» para o conjunto das militantes, não esquecendo as que não desenvolvem uma actividade muito regular, por razões familiares e outras.

Social e familiarmente espera-se que a mulher (e também a comunista) cumpra «muito bem» não só os papéis que tradicionalmente são «seus» na esfera privada, como os que decide assumir, ou é convidada a assumir, na vida pública e política.

Todos conhecemos exemplos, de maior «pressão» social e familiar sobre mulheres do que sobre homens, designa-

damente em aspectos de acompanhamento da família, da execução das tarefas domésticas. Mais facilmente estas se culpabilizam (e/ou são culpabilizadas, mesmo que subtilmente) pelas dificuldades que vão encontrando a conciliar e harmonizar a vida familiar com as restantes componentes de intervenção na vida pública.

Por estas razões e porque muitas mulheres continuam a subestimar o valor da sua contribuição, duvidando da capacidade para o exercício de determinadas funções na vida política não é fácil para muitas dar mais um passo, no reforço da sua intervenção na vida partidária. Esta situação poderá propiciar a «invisibilidade» de muitas, que têm capacidade para assumir maiores responsabilidades.

A promoção de mulheres nas listas da CDU e por diferentes organismos partidários não pode deixar de ter em conta esta realidade e simultaneamente a todas(os) cabe estimular a que muitas aceitem o desafio de maior participação, pois a igualdade constrói-se intervindo, exercendo direitos. O PCP e a CDU reforçar-se-ão com o empenho, o saber e a criatividade das mulheres.

A construção da igualdade entre mulheres e homens, o reforço da intervenção social e política das mulheres não dispensa o contributo do poder local.

O poder local, para evoluir na sua representação democrática e aprofundar a gestão participada, necessita da intervenção das mulheres.

As mulheres precisam de um poder local democrático, com capacidade plena para o exercício das suas competências, que seja intérprete das aspirações e interesses gerais e específicos dos vários sectores da população.

### Mais mulheres nos centros de decisão — uma necessidade da democracia

«A intervenção das mulheres na vida social e política é factor de desenvolvimento e de aprofundamento da democracia, o que torna necessário estimular e pugnar por uma mais equitativa representação e responsabilização das mulheres nos centros de decisão em todas as instâncias e a todos os níveis.»<sup>(1)</sup>

A participação equitativa das mulheres na tomada de decisão pública e política não pode dissociar-se da criação de condições de vida e de emprego, da formação profissional, das infra-estruturas de apoio à criança e aos idosos, do espaço de tempos livres para as mulheres. Não dispensa uma postura activa do poder político e particularmente do governo, dos partidos e da sociedade civil na promoção dos valores da igualdade, entre os dois sexos e na valorização da especificidade e complementaridade do ser humano, homem ou mulher.

Para propiciar a participação das mulheres em igualdade nos centros de decisão é necessário chamar à participação as que se destacam, combatendo preconceitos e ao mesmo tempo alargar as oportunidades de intervenção em igualdade a muitas outras.

A vida política nacional demonstra que os consensos das diversas forças políticas e partidárias e muito especialmente do PSD sobre a igualdade de direitos e de participação têm constituído meros «exercícios de retórica».

A luta pela participação equitativa das mulheres nos centros de decisão exige que estas e as organizações femininas reforcem a unidade e convergência por melhores condições de vida, pelo direito ao trabalho e à estabilidade de emprego, pelo efectivo reconhecimento da maternidade, como função social. Numa intervenção que não poderá deixar de ter em conta a necessidade de continuar a lutar contra a ofensiva do PSD aos direitos, liberdades e garantias das(os) cidadãs(ãos) e ao próprio regime democrático.

<sup>(1)</sup> Resolução da Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais da Europa de 1986.

<sup>(2)</sup> Números apresentados no Seminário do PCP «A Mulher na Comunidade Local», Setembro de 1991.

<sup>(3)</sup> Seminário do PCP «A participação das mulheres em igualdade, uma condição de progresso, um desafio à sociedade», Maio de 1991.



# Transformações na área da informação

■ Araújo Moreira

1. O sector da comunicação social sofreu nos últimos anos profundas transformações que alteraram radicalmente o regime de propriedade e o panorama dos títulos existentes, no caso da Imprensa, e das estações emisoras, no da Rádio e Televisão. O sector ainda não estabilizou, continuando a processar-se a concentração dos meios, a constituição de grupos multimídia e acentuando-se a penetração de capital estrangeiro.

As alterações na estrutura do sector foram acompanhadas do agravamento das condições de trabalho, do aprofundamento do fosso salarial entre os profissionais, do recurso crescente ao trabalho à peça e ao «cachet», da exploração de jovens saídos das Escolas de Jornalismo, do esvaziamento legal ou de facto das estruturas representativas como os Conselhos de Redacção e as Comissões de Trabalhadores, da recusa sistemática das associações patronais à assinatura de nova contratação colectiva.

Às transformações na estrutura de propriedade e à desregulação das relações de trabalho soma-se a governamentalização da Alta Autoridade para a Comunicação Social e as tentativas para restringir a liberdade à informação, através da anunciada intenção de rever a Lei de Imprensa e de promulgar uma Lei de Segredo de Estado, limitativa do acesso dos jornalistas às fontes e tendente a funcionar como uma verdadeira

forma de censura. O mais recente «balão de ensaio» «rebentou» nas mãos do PSD, obrigado a recuar, após um boicote noticioso de semanas, na limitação da acção dos jornalistas na Assembleia da República, a pretexto de proteger a «privacidade» dos deputados.

A incompatibilidade do poder laranja com uma informação livre é crescente. O Primeiro-Ministro até já ousa insinuar que o aparelho de Estado laranja não é lodaçal de corrupção, mas que esta só existe nas especulações sensacionalistas dos jornalistas.

A tentação censória vai de vento em popa. Os processos contra jornalistas vão em crescendo. As intimidações de todo o tipo, as tentativas de fazer alastrar na informação a corrupção como mancha de óleo são diárias, num sector onde existe, não há que escamoteá-lo, gente de mãos pouco limpas.

Os tampões no acesso às fontes são cada vez mais: assessores, assessores de assessores, gabinetes de Imprensa e de relações públicas, empresas de imagem e comunicação. Responsáveis de serviços públicos são proibidos de prestar informações. Junte-se a este quadro um projecto de Código Penal que sujeita a autorização prévia o direito de filmar ou fotografar a que o jornalista deontologicamente deve respeito. Uma autêntica rolha.

2. O sector público da comunicação social desapareceu na quase totalidade. Foram privatizados todos os jornais, a televisão abriu a estações privadas, o Governo do PSD alienou a Rádio Comercial, alimentou compadrios na atribuição de frequências regionais e locais. No sector público, permanecem dois dos quatro canais da TV e a RDP, largamente instrumentalizados pelo Governo.

A política de privatizações favoreceu a concentração dos meios de informação num reduzido conjunto de grupos económicos, que avançaram na constituição de grupos multimídia (rádio, televisão, imprensa, gráficas, distribuidoras). A penetração do capital estrangeiro no sector é já preocupante, ameaçando passar para o exterior o controlo da informação em Portugal.

O Grupo Sonae domina ainda o «Público» e a «Rádio Nova», mas italianos e espanhóis já detêm parte importante do capital do jornal. O Grupo de Pinto Balsemão alarga-se do «Expresso» à televisão com ramificações pelo sector da rádio. Capitais estrangeiros já andam por lá. Os suíços tomam conta da empresa de «O Jornal» e procedem a uma reestruturação profunda. A SOCI cresce do «Independente» para outras publicações e sonha com

um grupo de informação económica. Os franceses detêm metade do grupo «Económico». A Lusomundo decide, em última análise, que filmes vemos, que vídeos passamos e domina dois dos maiores jornais portugueses: o JN e o DN. O grupo Impala constrói um «império», à custa do espezinhamento dos direitos dos trabalhadores, na área da imprensa popular e sensacionalista. O «Correio da Manhã» acaba de juntar na panóplia a Rádio Comercial.

A banca nacional e estrangeira — cada vez é mais difícil distinguir uma da outra — jogam papel pouco claro nesta política de concentração, onde se chocam interesses de círculos do PSD, da Igreja, da Opus Dei e outros. Todo

mente no combate às tentativas do PSD para restringir, por via legal e judicial, os direitos a informar e à informação;

— o debate em torno da situação dos media em Portugal designadamente no que respeita à concentração, cujos perigos a actual Lei de Imprensa previa ao preconizar a publicação de legislação especial para a impedir. A questão preocupa já o Parlamento Europeu que qualifica de «dramática» a situação e aponta os riscos de perversão da democracia pelo «mediocracia», pondo em risco o pluralismo dos meios de comunicação;

— a discussão de que política de informação e que

política para a informação, que fazer e com que meios, deverá ser a dos comunistas num mundo que sofreu, nos últimos anos, uma completa transformação;

— o empenhamento no combate ideológico às grandes linhas da direita e do grande capital: a competição e o sucesso contra a solidariedade; o endeusamento do mercado e o fomento do consumismo; a «morte do comunismo» e o fim das ideologias; a confinamento da democracia ao limite mínimo da ida às urnas; a instrumentalização da defesa dos direitos humanos; a campanha contra o PCP conduzida através de deturpação do seu pensamento e actividade, do bloqueio e deformação da sua verdadeira identidade.

Neste combate, é importante:

— restituir a força às organizações sindicais do sector, onde, por vezes, como aconteceu há pouco no Sindicato dos Jornalistas, já se torna difícil constituir lista para os corpos gerentes;

— dinamizar a eleição e funcionamento colectivo de delegados sindicais, conselhos de Redacção e comissões de trabalhadores;

— combater a desregulação do trabalho e o clima de intimidação que lhe anda associado e empenhar-se na elaboração de Acordos de Empresa;

— exigir do Governo, tão lesto a ameaçar com sanções empresas que ousem ultrapassar os tectos salariais, que coloque algum ardor na travagem do patronato do sector da comunicação, que há anos não assina qualquer CCT.

Este combate não interessa apenas aos trabalhadores da comunicação social. Num mundo cada vez mais aparentemente rico de informação, e mais sofisticadamente manipulado por ela, este combate é o de todos os que querem mais solidariedade, mais justiça social, o fim da exploração do homem pelo homem.



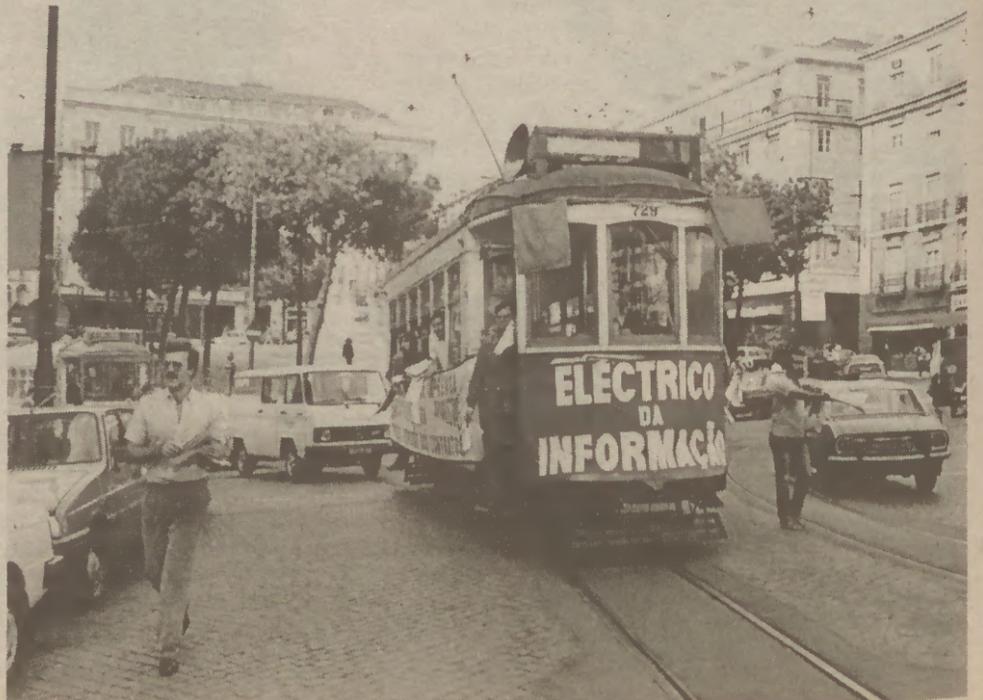
este processo levou ao surgimento de novos órgãos de informação e ao desaparecimento, por razões económicas e de conjuntura política, de órgãos de informação democráticos ou de clara orientação de esquerda.

A nível nacional, foi o «Diário de Lisboa» e «o diário». Na área da ORP, o Rádio Clube do Porto não teve o «privilegio» de uma frequência e a Rádio Activa caiu nas mãos de um grupo multimídia. Praticamente as mesmas razões que levaram ao estrangulamento de «A Opinião», semanário criado ainda antes do 25 de Abril, sufocaram igualmente «O Norte Popular».

A reflexão sobre a vida e a morte da informação de Esquerda em Portugal está por fazer. E cabe aos comunistas fazê-la, em diálogo aberto e franco com outros sectores ou organizações de esquerda. Para saberem que erros de comunicação cometeram para que o país de esquerda não consiga sustentar um único jornal diário. Para saberem por que faz a burguesia passar como independente e universal a sua mensagem ideológica, do mesmo passo que consegue instalar nas massas a ideia de que a informação à esquerda é sectária, não rigorosa e manipulada.

3. Este o quadro, muito incompleto, das mutações recentes, e ainda não concluídas, na comunicação social em Portugal. Aos trabalhadores comunistas dos media exige-se hoje que, de novo, dêem a sua empenhada contribuição ou dinamizem:

— a luta por uma informação livre, rigorosa, plural, sem manipulações nem discriminações, sem censura, empenhando-se activa-



EM FOCO

# Regiões e novos municípios: continua o bloqueio

■ João Amaral

A Assembleia da República foi recentemente confrontada com uma proposta do PSD de criação de uma Comissão para a Reforma do Ordenamento Administrativo do País.

Alguns escribas da nossa praça apressaram-se logo em comentários festivos, anunciando que afinal o PSD não só iria viabilizar a criação de mais municípios como também iria finalmente aceitar o avanço do processo de regionalização.

Claro que toda a gente viu as declarações contra as regiões feitas na altura pelo líder parlamentar do PSD, deputado Duarte Lima. Mas isso não desmobilizou esses escribas. Eles queriam mesmo acreditar e provavelmente foram «soprados» para acreditar que tal Comissão era a sério e, finalmente, ia haver regionalização.

Neste **jogo duplo**, de dizer ao mesmo tempo que sim e que não, é que está o segredo desta iniciativa do PSD.

Tal como está apresentada, a proposta visa o **objectivo de em ano eleitoral o PSD piscar um olho para o lado dos que querem fazer as regiões, e novos concelhos**, mostrando esta Comissão e assim insinuando que lá virá o tempo de esses concelhos e regiões aparecerem. E, ao mesmo tempo, piscar o outro olho para o lado dos que resistem e se opõem a essa criação, argumentando com a mesma Comissão, e com o velhíssimo e todos os dias provado princípio da ciência da gestão administrativa segundo o qual **a melhor forma de adiar uma questão é nomear uma comissão para a resolver...**

O projecto de resolução tem exactamente o sabor das acções políticas marcadas pelo zero centralista, destinadas a obstruir o processo de regionalização, a adiar mais uma vez a criação de novos concelhos, e a acentuar o desgaste do princípio da descentralização administrativa cada vez mais desrespeitado pelo Governo e pela Administração Central.

## O bloqueio da regionalização

Quanto ao processo de regionalização, ele teve em 1986 um grande significativo impulso, a partir do Projecto de Lei apresentado pelo PCP e do debate que então se travou por todo o país.

Vale a pena recordar como é que na altura paralisaram o processo. Foi simples, criaram uma Comissão Especial para o Processo de Regionalização, entregaram a sua presidência a um sr. deputado do PS que nunca se distinguiu pelo seu amor à regionalização, e meteram travões a fundo. Como agora!

Falaram então os jornais nuns entendimentos entre PSD e PS, até com fotografias do dr. Fernando Nogueira e do eng. Guterres. Mas vá-se lá acreditar...

Depois disso, em 1987, o PSD obtém maioria absoluta, e a partir daí foi o conhecido rol de adiamentos e de bloqueios, de faz-de-contas, de falsas partidas e de efectivos recuos.

O prof. Cavaco Silva porta-se sobre a regionalização como uma personagem dos Serões da Província, resmungando lá do gabinetezinho que as cautelas e os caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém. Fala da regionalização como se alguém o quisesse prejudicar com as regiões. É capaz de ser mesmo verdade... É que as regiões não se coadunam com os seus projectos de poder, com o seu centralismo e a sua ânsia de tudo controlar. Só que há a Constituição que prevê as regiões, há a defesa da descentralização, da estrutura democrática do Estado, e, acima de tudo, existem as necessidades do processo de desenvolvimento

regional, que exige interlocutores institucionais que exprimam a vontade das diferentes áreas regionais e suas populações a sua participação na definição e execução das políticas de desenvolvimento.

Os adversários da regionalização dizem que ela divide o país. Quer isso dizer que o país agora está unido? Falso! O país está dividido por um lado, as grandes capitais e um litoral com acentuados níveis de crescimento e com grande concentração demográfica; por outro lado um interior em processo de desertificação, sem crescimento, a braços com a crise agrícola, sem alternativas. Sem regiões, como está hoje, é que o país está dividido.

As regiões são precisas precisamente para vencer assimetrias, para permitir o desenvolvimento regional e para dessa forma fortalecer a coesão nacional. Não venham com fantasmas, particularmente incompreensíveis quando assinados por europeístas que aceitam sem crítica nem reserva as imposições de Maastricht, essas sim perigosas para a independência nacional e para a sobrevivência do País!

A criação das regiões administrativas, precisamente pelo impacte decisivo no processo de desenvolvimento e na estrutura democrática do Estado, **é a reforma política mais importante que o país deve fazer nesta última década do século**. É esta reforma que o PSD quer mais uma vez adiar com esta Comissão do Ordenamento Administrativo.

## Contra novos municípios

Quanto à criação de novos municípios, a história na Assembleia da República é simples: foi criado um único novo município, o da Amadora, com grande êxito!

Depois da Amadora, criada em 1979, nem mais um novo município, apesar dos projectos aqui apresentados, apesar da necessidade evidente.

Bloqueio porquê? Porque o PSD roído nas contradições eleitorais locais, não consegue desatar o nó de Vizela.

O bloqueio à criação de novos municípios mistura-se com o bloqueio ao caso concreto de Vizela.

Recordemos: em 1982, o PSD bloqueou pela primeira vez a criação do município de Vizela com uma falta de quorum devidamente preparada. Logo a seguir, impôs o adiamento, mas com a promessa solene e empolgada de que no prazo de 60 dias é que ia ser. Passaram os 60 dias e mais meio ano e, em vez de concelho, a rejeição. Nova rejeição em 84.

Em 1985, PSD e PS aprovam a impropriamente chamada lei quadro de criação de municípios. É uma lei cujo articulado **nega** o objectivo para que foi feita e que consta do seu título. Em vez de ser uma lei para permitir a criação de municípios, é uma lei feita para impedir essa criação e mais concretamente impedir a criação do município de Vizela.

O artigo 14º da lei, ao dizer que não haverá novos municípios enquanto não houver regiões, transformou esta lei num aborto jurídico, um caso exemplar de desvio de poder, numa antilei, sem precedentes na história do direito.

Com este bloqueio que dura assim há mais de uma década, o PSD impediu indispensáveis medidas de ordenamento administrativo do País e frustrou legítimas expectativas de muitas populações, que vêm goradas as suas pretensões. Isto não pode deixar de causar polémicas e protestos permanentes, vindos de muitos lados do país.

## A Comissão de bloqueio

Agora, através deste projecto de resolução, o PSD quer colmatar em ano eleitoral os inconvenientes que lhe adêm deste bloqueio.

Só que, tal como está proposta pelo PSD, a Comissão não fica vinculada a nada de concreto.

Na verdade, o que a Comissão se propõe fazer é um **relatório preliminar**, a apresentar no prazo de um ano 80 que significa, na melhor das hipóteses, até final da 3ª sessão legislativa, em Outubro de 1994), relatório que conterà uma proposta, não de regiões ou novos concelhos, mas sobre a **fase seguinte dos trabalhos preparatórios**.

Como está pensada, esta é a Comissão do Subterfúgio.

Subterfúgio, ao propor este processo de preliminares e preparativos, a prolongarem-se por anos, para evitar fazer aquilo que podia ser feito desde já, isto é, a criação dos concelhos em concreto.

Subterfúgio quanto ao processo de regionalização, relegado para as coisas não necessárias e fora da ordem do dia.

Subterfúgio ainda ao procurar inculcar a ideia de que o PSD pensa **criar** novos municípios quando mais de que criar, pensa **extinguir** actuais municípios e freguesias. É um alerta que aqui fica!

Esta Comissão é o exemplo vivo de que **não basta que o galo cante para que seja manhã!** Este «corococó» do PSD não anuncia nada de bom, nem para o ordenamento administrativo do país nem para as populações que esperam que a Assembleia da República faça alguma coisa para responder às suas aspirações concretas, por exemplo, de criação das regiões e de novos concelhos.

Estão assim denunciados os objectivos perversos desta proposta do PSD. Mas, a Comissão foi votada e existe. Existindo, é um local de debate e luta.

Por isso, porque onde se debatem estas questões estaremos sempre presentes, nós, comunistas, iremos integrar a Comissão.

Vamos aí apresentar propostas concretas.

Vamos apelar à opinião pública, às autarquias, aos agentes regionais e locais, para que pressionem a Comissão.

Talvez então outro galo cante!



# No Sahara Ocidental um povo em luta

■ **Domingos Lopes**  
Membro do Comité Central

O longo território do Sahara Ocidental composto pelas regiões de Saguia el Hamra e Rio de Oro (ex-Sahara Espanhol) estende-se ao longo de uma faixa costeira no noroeste africano. Confina com Marrocos a norte e com a Mauritânia a Sul e a Leste. A nordeste faz também fronteira, numa extensão de algumas dezenas de quilómetros, de enorme importância estratégica -, com a Argélia. Tem a superfície de 266 000 quilómetros quadrados e é muito rico em minerais; e tem 1000 quilómetros de costa riquíssima em peixe. O terreno é muito árido, desértico e muito pouco povoado. A questão do número de habitantes tem hoje uma importância magna para a realização do referendo decidida pelo Conselho de Segurança da ONU nas suas resoluções nºs 621 (1988), 658 (1990), 690 (1991) e 725 (1991).

Em 1947, foram descobertas na região de Bu Craa jazidas de fosfatos (as mais ricas do mundo). As exportações do fosfato poderiam só por si permitir à população um rendimento *per capita* tão elevado como o de alguns países desenvolvidos da Europa.

Mas, para além dos fosfatos, no subsolo há petróleo, ferro e certos minerais estratégicos (vanádio, urânio e crómio).

isso, uma saída para o Atlântico que a Argélia não tem, o que muito a beneficiaria.

## Missão da ONU em 1975

Não teve dúvidas que o desejo da população era o da independência:

... "havia um consenso dominante entre os saharauis dentro do território a favor da independência e contra a integração em qualquer país vizinho" (United Nations, Report 48)

## Partidos políticos no Sahara

Em 1973, a causa da independência foi defendida pela Frente Popular para a Libertação de Saguia El Hamra e Rio de Oro (Frente Polisário)

A missão da ONU confirmou que se tratava da organização política com maior implantação.

dos fosfatos, cerca de 35%, e ainda outras concessões económicas, como direitos de pesca alargados.

Estranhamente, a AG da ONU, através da sua Resolução 3458 de 10.12.75, tentou misturar o vinho com o vinagre. Na parte A reafirma o direito inalienável do povo do Sahara à autodeterminação; na parte B registou o acordo de Madrid sem o pôr em causa.

Ora, o Acordo de Madrid é nulo, pois a Espanha não tinha poder de soberania sobre o território a transmitir.

E assim foi consumada divisão do Sahara entre Marrocos e Mauritânia (ver Mapa - 3/4 para o primeiro, o restante para o segundo).

É, entretanto, proclamada a 27 de Fevereiro de 1976 (um dia antes do termo da ocupação espanhola) pela Frente Polisário a República Árabe Saharaui Democrática, reconhecida hoje por cerca de 4 dezenas de países e admitida como membro do Movimento dos Não-Alinhados, e membro da Organização da Unidade Africana.

Segue-se a ocupação militar marroquina e o desencadeamento de uma guerra de libertação do Sahara Ocidental por parte da Frente Polisário até aos nossos dias.

## 17 anos de guerra

Ninguém contesta os êxitos militares da Frente Polisário nos primeiros anos de guerra. As suas Forças Armadas detêm a iniciativa, massacram as posições marroquinas, fazem inúmeros prisioneiros e capturam material bélico.

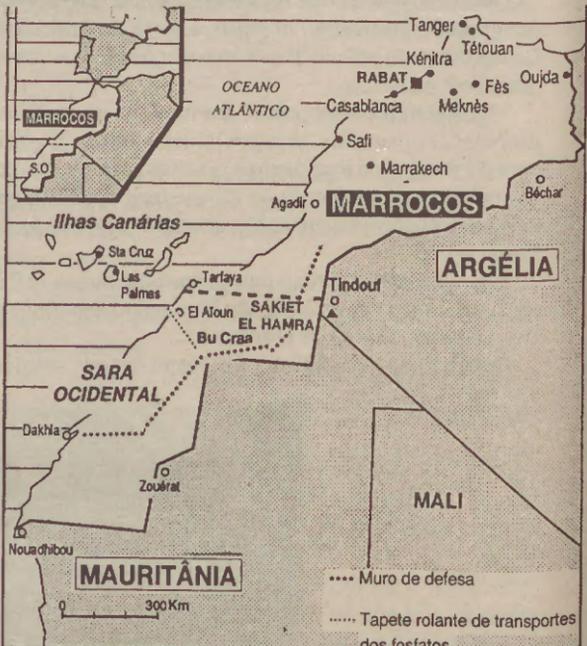
Em 1978, a Mauritânia não aguenta o desgaste económico e militar e o exército depõe o Presidente Ould Daddah e, em Agosto de 1979, o governo mauritano conclui um tratado de paz com a Frente Polisário, retirando as suas tropas do



Trata-se de um movimento de libertação de orientação democrática e progressista.

Em 1974, surgiu o Partido da União Nacional Saharaui que teve na sua constituição a ajuda do governo espanhol, e que tinha nas suas fileiras os elementos mais tradicionalistas, os xeques e outros notáveis.

Mais tarde, e criada pelos marroquinos, surgiram a Frente de Libertação do Sahara e o Movimento dos Originários do Saguia El Hamra e Rio de Oro (AOSARIO)



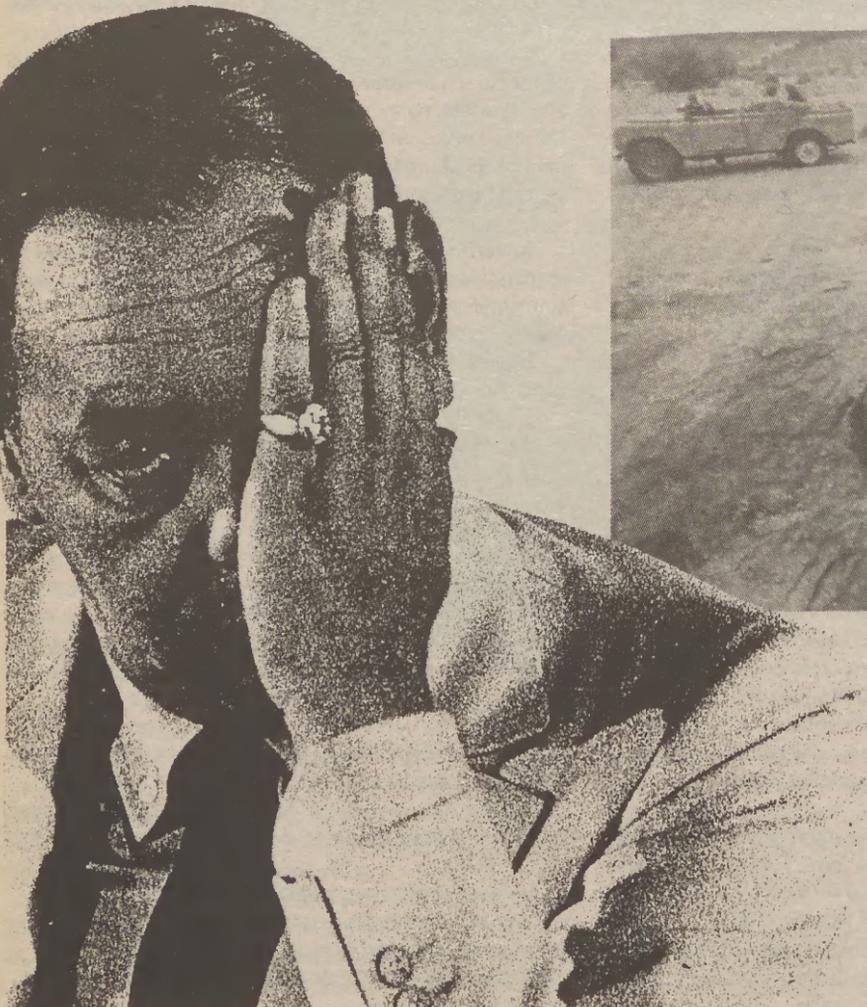
Sahara Ocidental. Para mostrar ao mundo que não se tratava de qualquer reintegração de uma parte sua do Sahara no país, Marrocos, logo que a Mauritânia retirou, ocupou essa posição do Sahara com as suas tropas, mostrando bem a sua intenção de engolir todo o Sahara.

Naturalmente que as tropas saharauis ganharam nova eficácia. Marrocos, em 1986, tinha no Sahara 120 000 homens, e fala-se que hoje terá cerca de 165 000. Se compararmos a população do Sahara em 1974, 70 000 habitantes, e se tivermos em conta que a sua esmagadora maioria vive em campos de refugiados, ficamos com a ideia aproximada do esforço de guerra que Marrocos é obrigado a fazer para manter o Sahara ocupado e impedir o referendo.

Em 1981, para tentar impedir que os ataques da F. Polisário continuassem a flagelar duramente as posições marroquinas e a alargar as zonas libertadas, Hassan II ordenou a construção de uma cópia da muralha da China. Um muro de cerca de 1200 quilómetros de extensão e com dois metros de altura, muro que se estende desde o sudeste de Marrocos até ao Atlântico, junto a Dakhla, passando ao longo das fronteiras argelina e marroquina (ver mapa). O muro possui campos de minas adjacentes e aparelhagem electrónica, fornecida pelos EUA e França, visando impedir que a F. Polisário possa penetrar para além do muro.

O Muro de Berlim ao pé deste não passava de uma sebe, mas as doridas consciências do Ocidente dominante não estão viradas para as areias do deserto, mas antes para a Corte de Sua Majestade em Rabat.

O muro, como seria de esperar e era esse o seu objectivo, criou tremendas dificuldades à F. Polisário, mas a pouco e pouco



Nunca é, entretanto, de mais sublinhar a enorme riqueza em peixe do Sahara.

## A ONU e o colonialismo espanhol

O regime colonial foi estabelecido nos fins do séc. XIX; no presente século e a partir da década de 60, a Espanha esteve submetida a fortes pressões para libertar o território. Numerosas resoluções foram tomadas desde 16.12.1965 até 1973 que inscreviam no seu conteúdo o direito do povo do Sahara Ocidental a exercer o seu direito à autodeterminação e à independência.

Em 1975, finalmente, a Espanha declara aceitar a aplicação do princípio de autodeterminação e estar pronta a organizar um referendo proposto pela ONU.

## Os vizinhos: Marrocos

Marrocos sempre reclamou o Sahara, com base na ideia que o seu território foi desmembrado: uma parte do seu território tornou-se um protectorado espanhol (Sahara Ocidental), e a outra parte protectorado francês (o actual Marrocos). O Rei declarou aceitar o referendo desde que a questão formulada aos habitantes lhes desse a escolher ou subjugação a Espanha ou "reintegração" em Marrocos.

Marrocos negou o seu interesse nas riquezas do Sahara, mas em boa verdade ninguém acredita. Um Sahara independente e rico, com um bom nível de vida, criaria novos e acrescidos problemas ao Reino de Marrocos cheio de miséria e pobreza.

### Mauritânia

Com o medo do grande Marrocos, e invocando o mesmo princípio da integridade territorial, reclamou a reintegração do Sahara na Mauritânia.

### Argélia

Defendeu sempre o direito à autodeterminação da população do território. Naturalmente que a nenhum observador pode passar despercebido que tal posição garantiria, a nível das expectativas, um bom relacionamento com o futuro país, e, por

## O medo de Marrocos e o Tribunal Internacional de Justiça

Porque Marrocos e a Mauritânia tinham receio que os resultados do referendo lhes fossem desfavoráveis, decidiram levar o assunto ao Tribunal Internacional de Justiça, por via da Assembleia Geral da ONU.

A AG pediu a Espanha para adiar o referendo. Tendo obtido o adiamento, não conseguiram, Marrocos e Mauritânia, o resultado pretendido do TIJ. O território não é terra nullius (de ninguém), mas habitado por uma população com organização social e política e a Espanha, ao ocupar o território, assinou tratados com os chefes tribais locais, outra das conclusões do TIJ, deitando por terra as pretensões marroquinas e mauritanas.

## Marcha Verde e Acordo Tripartido

Interpretando o parecer do Tribunal à sua maneira, Marrocos defendeu que o TIJ tinha reconhecido a existência de laços de subordinação do Sahara a Marrocos e, por isso, organizou a chamada "Marcha Verde" com 350 000 civis, com o intuito de levar a Espanha (também interessada) a negociar a soberania, antes da AG da ONU fazer os preparativos para a realização do referendo.

O Conselho de Segurança advertiu o Rei para que se não realizasse a Marcha. Tendo-se realizado, deplorou-a e ordenou a Marrocos que retirasse imediatamente do território.

A Espanha, através do governo direitista de Arias Navarro, cedeu às pressões de Rabat e, através de negociações com os governos de Marrocos e Mauritânia, assinou em 14.11.75 o Acordo Tripartido, segundo o qual a Espanha concordava em terminar a ocupação em 28.2.76. A Mauritânia e Marrocos participariam com a Espanha na administração do território até 28.2.76, altura em que o dividiriam entre si.

Há quem afirme que a Espanha recebeu a garantia de obter como contrapartida uma percentagem substancial da exploração

foi descobrindo o modo de impedir os radares do muro de funcionar e de poder dirigir acções militares para além do muro.

É neste contexto de um certo impasse, em que nem uma parte nem a outra tinham força militar para assegurar uma vitória militar que o Secretário-Geral da ONU submete a Marrocos e à F. Polisário uma proposta de paz. O crescente apoio à causa do povo do Sahara e o isolamento de Marrocos explicam a razão pela qual Hassan II é obrigado a abandonar a sua posição de total intransigência, apesar do seu enorme dispositivo militar e de apoio dos EUA e França, entre muitos outros.

Em 30.8.88, em Genebra, Marrocos e a FP concordam com as propostas conjuntas da OUA e ONU com vista à realização de um referendo, organizado e fiscalizado pela ONU, em coordenação com a OUA.

Acordaram que o recenseamento dos saharauis seja feito com base no recenseamento espanhol de 1974 e que aos habitantes seria perguntado se optavam pela independência ou pela integração em Marrocos.

Em 4.1.89, a F. Polisário negocia com o Rei em Marraqueche.

As despesas militares de Marrocos em 1980 já representam 40% do orçamento e daí as razões das cedências marroquinas.

Perez de Cuellar, ex-sec.-geral da ONU, visita em Junho de 1989 as zonas libertadas pela FP.

Entretanto, novas resoluções do CS favoráveis ao referendo são aprovadas, designadamente as resoluções 658 (1990) e 690 (1991) e 725 (1991). São enviadas tropas da ONU para o Sahara a fim de separar os beligerantes e o Secretário-Geral da ONU fica com o encargo inicial de organizar um referendo em 1993.

Perez de Cuellar é acusado de ter uma postura pró-marroquina e o referendo tem de ser adiado por dificuldades em tornar obstáculos sobre o número de saharauis, saída das tropas ocupantes e destino dos colonos marroquinos.

Marrocos quer que grande número dos seus 200 000 colonos votem e quer que a votação para o referendo seja feita com a presença das suas tropas no terreno, o que é inaceitável.

No mês de Março, o novo sec.-geral da ONU reafirmou o empenho da ONU na realização do referendo o mais brevemente possível, deslocando-se para esse efeito, nos começos de Junho, a Rabat e a Tindouf para conversações com Marrocos e a F. Polisário.

## O que podemos ver

Na nossa deslocação para participar nas comemorações do 20º Aniversário da fundação da Frente Polisário, pudemos retirar algumas conclusões decorrentes do que vimos.

A primeira, os saharauis, que vivem, há cerca de 17 anos, em acampamentos, identificam-se com a Frente Polisário, e é a partir desses campos que organizam a luta armada, que está de momento congelada, tendo em vista a realização do referendo proposto pela ONU. O apoio à Frente, naqueles dias de festejo, foi entusiástica.

A segunda, a Frente Polisário está pronta para se submeter aos resultados de um referendo, sejam eles quais forem. É de justiça dizer que, desde os mais simples cidadãos até aos mais altos dirigentes, a convicção é que vence a independência do Sahara Ocidental. Em várias ocasiões e com vários interlocutores, pode-se constatar que existe um forte sentimento de carácter nacional nos saharauis. Foi referido, com muita força traços distintivos, o modo de falar o árabe, a fisionomia e o lado cultural do povo saharauí.

A FP não esconde os receios que Marrocos torpedeie a realização do referendo, e que no actual quadro regional e internacional mais desfavorável que há anos atrás o impasse leve ao prosseguimento da guerra com todo o cortejo de horrores e desgraças.

Uma tal situação conduzindo a uma perda de prestígio da ONU que, como se sabe, no tocante a aplicação de decisões por si tomadas, esquece e despenaliza umas, enquanto outras são aplicadas com mão dura e indo as medidas sancionatórias para além do que seria necessário para cumprir o fim dessas mesmas resoluções.

A terceira, a FP, pelo que vimos, está igualmente preparada militarmente para uma tal eventualidade. As companhias, batalhões, tanques, mísseis, a organização e disciplina apresentada, não podem deixar dúvidas a quem quer que seja que a FP pode continuar a guerra.

Pensamos que sem a ajuda da Argélia não deveria ser possível a envergadura do desfile, mas também não deixaria de ter significado político que, face aos perigos que a Argélia enfrenta, não aparecesse tão claro o apoio deste país à Argélia.

As comemorações não deixam, entretanto, de estar marcadas por toda a nova situação no Magreb, que não são mais favoráveis à F. Polisário.

Assim, e primeiramente, a grande instabilidade existente na Argélia ameaçada pelo fundamentalismo não é um factor favorável, antes pelo contrário.

A cambalhota da Líbia que realizou uma União com Marrocos e de certo modo "deixou cair" a F. Polisário, a qual tinha beneficiado do apoio líbio.

A grande desorientação do mundo árabe, a sua divisão, o agravamento dos seus conflitos, também são elementos que não favorecem a causa do povo do Sahara.

Creemos, entretanto, pelo que vimos, que o preço que Marrocos tem de pagar pela ocupação é demasiado elevado. Aliado à disposição da F. Polisário para combater e ao apoio que continua a receber da Argélia, por mais manobras que o reino de Marrocos desencadeie, o referendo acabará por se realizar. A ONU está directamente envolvida com tropas e empenhada por resoluções concretas e precisas. É também o prestígio (ultimamente abalado) desta instituição que se joga nas areias do Sahara Ocidental. Será o Rei, apoiado pelas monarquias do Golfo e outras e certos países ocidentais, capaz de fazer parar o vento libertador do Sahara com o seu muro de 1200 quilómetros? Pelo que vimos, no coração das gentes do Sahara não haverá muro que resista à vontade indomável dos saharauis.

# Conferência interbalcânica apela ao fim da guerra

O camarada António Abreu, do CC, participou enquanto representante do Comité Português pela Paz nos Balcãs, numa Conferência Interbalcânica que se realizou em Atenas, nos passados dias 22 e 23 de Maio. No regresso, falámos com ele. A Conferência foi organizada pelo Movimento Grego Contra a Guerra e pela Paz nos Balcãs. Participaram cinquenta delegados de diferentes organizações de cinco países balcânicos (Grécia, Albânia, Jugoslávia, Roménia e Bulgária), de Portugal e França.

## Quais as principais conclusões deste Fórum?

As conclusões constam de um comunicado final aprovado por consenso pelos participantes. Nele se sublinha a necessidade de acabar com a guerra e com a ingerência estrangeira e se repudia a ingerência militar, defendendo a saída do terreno das forças estrangeiras à excepção das da ONU que deverão agir no quadro da legalidade. Por outro lado, defende-se que os Países dos Balcãs devem trabalhar para se atingir a cooperação e a amizade, para que sejam assegurados a inviolabilidade das fronteiras, o respeito dos direitos humanos e dos direitos das minorias, a fidelidade dos residentes num país e esse país e a não ingerência de cada Estado nas questões internas de outros. E que se encontre para os confrontos existentes uma solução justa e aceite por todas as partes envolvidas.

Foi aprovado recomendar o fim das sanções à Federação Jugoslava e do fornecimento de armas a todas as partes.

A Conferência decidiu propor ainda às Nações Unidas que patrocine uma Conferência Interbalcânica.

Os Albaneses e os Jugoslavos conseguiram estar juntos?

Sim. Penso que isso foi muito importante. É evidente que as posições próprias de cada parte foram expressas e vivamente discutidas. Os Albaneses, a pretexto de reclamações dos albaneses de Kosovo, falaram em chauvinismo sérvio e falta de democracia dos jugoslavos no retirar de direitos adquiridos àquela população e na esterilização das mulheres, e os sérvios acusaram os albaneses de se ingerirem no seu país para provocar a cisão daquele território e de no Kosovo se proceder ao crescimento artificial da população muçulmana e à deslocação de sérvios para outras repúblicas.

Mas o Kosovo não desperta só o interesse da Albânia. Os próprios EUA se empenham, ingerindo-se nos seus assuntos internos.

Sim. Os EUA procuram uma zona que lhes sirva de representante da sua influência como grande potência na Jugoslávia. A Alemanha e a Áustria já as têm. Os franceses procuraram-na em Serajevo. Os norte-americanos apostam no Kosovo e num papel a desempenhar aí pela Albânia.

Como é que os participantes da Conferência encaram a hipótese de uma intervenção militar na Bósnia?

Houve unanimidade nesse ponto. Qualquer intervenção militar arrastará a guerra generalizada nos Balcãs.

Não pode haver solução imposta a uma ou mais das 3 partes envolvidas no conflito da Bósnia. O Plano Vance-Owen não se revelou funcional nas soluções, não foi aceite por uma das partes.

Há que insistir com novas fórmulas, porque a alternativa a isto é a generalização da guerra.

O projecto apresentado há dias por vários países (EUA, Inglaterra, França, Espanha e Rússia) mostra que novas propostas podem



surgir, independentemente das opiniões que sobre elas possamos ter. Há que prosseguir pacientemente na busca de soluções e não deixar que a cedência a alguns apetites precipite a generalização da guerra.

Porém, parece que é para aí que as coisas se inclinam e a Comunidade Europeia está a encaminhar-se nesse sentido...

Nem toda a Comunidade. Há uma posição do Presidente da República e dos principais partidos gregos (entre os quais o Partido Comunista, que pela primeira vez assinou declarações conjuntas deste tipo de reuniões) muito importante e desconhecida entre nós.

Essa reunião concluiu que a Grécia não deve envolver-se militarmente e comprometeu-se a retirar a sua representação nas acções de bloqueio à Federação Jugoslava (tripulações dos Awaks e de navios) e impedir a utilização das bases gregas para acções na Bósnia. E que a Grécia não participará em forças de «pacificação» (seriam, de facto, transformadas em forças de ocupação).

E nós, aqui, em Portugal?

Os portugueses estão longe do conflito mas a sua perigosidade respeita a todos, particularmente aos europeus.

Em Portugal, desde o início do ano, já realizámos acções pela Paz nos Balcãs.

O Movimento iniciou-se em Fevereiro com o envio de um apelo subscrito por centenas de personalidades portuguesas ao Secretário-Geral da ONU, em encontro com o seu representante em Lisboa. Seguiu-se a constituição, em Março, do Comité pela Paz nos Balcãs em sessão pública de informação e esclarecimento sobre a situação. Várias personalidades portuguesas associaram-se de seguida a um apelo internacional da iniciativa do Padre Lacombe, do Movimento da Paz Francês. O Comité e o CPPC emitiram este mês uma nova posição sobre o assunto.

Nesta Conferência em Atenas, além da participação activa nos seus trabalhos e da procura em desenvolver contactos com os outros movimentos aí representados, tivemos oportunidade de dar conta desta nossa actividade.

A nossa participação nesta Conferência e a participação de personalidades do Movimento da Paz em Portugal na Assembleia do Conselho Municipal da Paz, que está agora a decorrer em Basileia (Suíça), serão motivo de novas acções de que destacamos nova Sessão Pública no dia 8 de Junho.

## O conflito na Bósnia, a tensão nos Balcãs. Que saídas?

Debate com a participação de

**António Abreu**  
**Aquilino Ribeiro Machado**  
**João Corregedor da Fonseca**  
**Pezarat Correia**

8 de Junho (3ª feira), 21.30 horas, no Auditório do Sindicato dos Trabalhadores da F. Pública (Av. Luís Bivar, 12, em Lisboa).

# Marcha atrás no «novo começo» de Clinton

■ Miguel Urbano Rodrigues

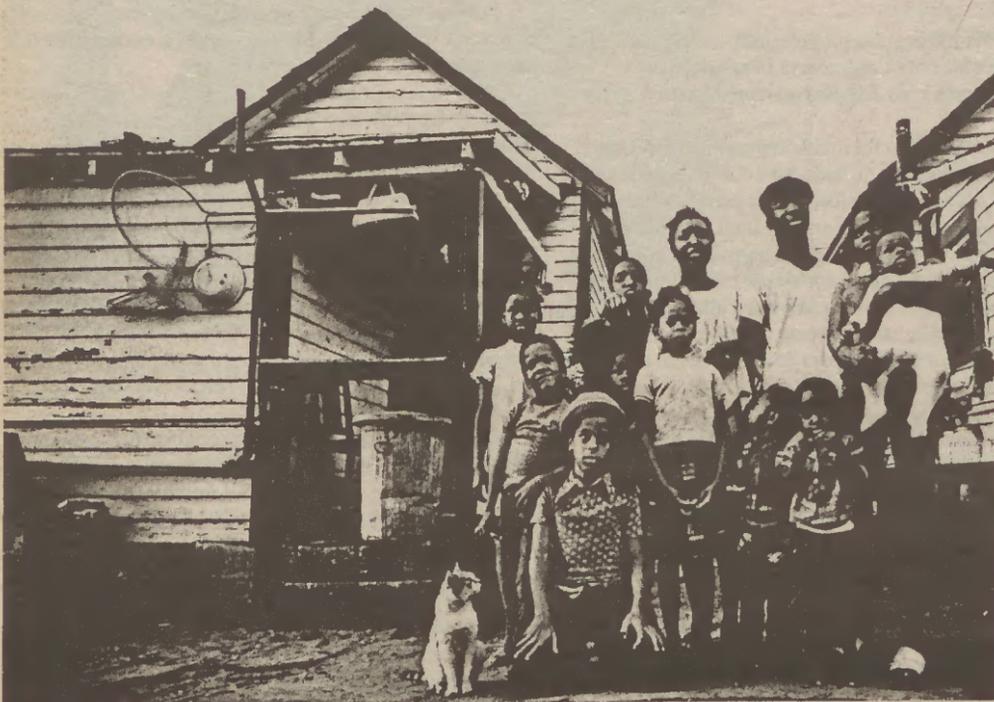
«O presidente Bill Clinton fala como Franklin Roosevelt, mas está a actuar como Herbert Hoover».

A opinião tornou-se quase um *slogan* entre intelectuais que apoiaram Clinton durante a campanha eleitoral e se mostram agora decepcionados com a política interna e externa da sua Administração.

Convidado a pronunciar-se sobre o programa de reformas económicas do novo presidente, William Kristol, que foi o principal assessor do Dan Quayle, definiu a estratégia da Casa Branca como «cínica e hipócrita» e afirmou que Clinton se apresenta como defensor de grandes reformas sociais, mas colocou nos postos-chave do seu Gabinete homens intimamente ligados aos grandes negócios. Um professor universitário de prestígio como James Petras, catedrático de Sociologia na Universidade de Bighnyhinton, no estado de Nova York, acusa nomeadamente o presidente de ter incluído dez milionários no seu Gabinete, mais do que Reagan (sete) e Bush (seis).

## Promessas esquecidas

A Europa, de modo geral, está atrasada nas suas análises da conjuntura norte-americana. Continuam a pesar ideias que foram inculcadas na opinião pública durante o confronto Clinton-Bush. Fala-se muito do presidente e pouco da realidade social e económica do país. A televisão e a imprensa esqueceram rapidamente que a campanha eleitoral de 1992 coincidiu com uma visão cada vez mais crítica e céptica da vida social, cultural e política dos EUA por parte do seu povo e sobretudo da *intelligentsia*. Bill Clinton foi eleito não por ter conquistado a confiança da maioria, mas por ser menos mau que George Bush. Num contexto de crise, os compromissos do *novo começo* foram decisivos para a escolha de dezenas de milhões de eleitores. Num ensaio publicado na revista «Newsweek», Peter McGrath chamou a atenção para o facto de o americano médio ser muito mais sensível «aos problemas da vida quotidiana do que a paixões do passado. Essa é de facto a grande força da cultura dos norte-americanos: a sua capacidade para enterrar o passado e para reiniciar a história em cada estação do ano».



Para um povo que teme acima de tudo a insegurança e ama a estabilidade, a estratégia simbolizada na pessoa de William Clinton apresentou como elemento de atracção o compromisso de um *novo começo*, ou seja, de desafiar os sectores do poder económico e político que foram enormemente beneficiados pelas administrações anteriores. Clinton falou exaustivamente de *mudança*, palavra abominada por Reagan e Bush.

Ora, o balanço dos Cem Dias foi desastroso para a imagem do presidente. Não tanto porque tivesse feito pouca coisa em tão breve período. A desilusão foi provocada sobretudo por estar, em sectores decisivos, a fazer o contrário do que se comprometeu a fazer.

## Impostos

Clinton prometeu insistentemente durante a campanha reduzir os impostos que pesam sobre a classe média. A prática demonstrou já que se tratava de retórica. O lema de «sacrifícios iguais para todos» foi logo arquivado. Os empregados e os operários serão duramente penalizados pela nova política fiscal. Nos próximos quatro anos, cerca de 100 mil milhões de dólares de impostos relativos ao consumo de energia e o imposto adicional de seguro social para salários até 25 000 dólares

serão pagos por trabalhadores de baixos rendimentos e reformados. É significativo que o aumento dos impostos não corrija desigualdades que Clinton havia denunciado. A actual taxa é inferior à existente antes do início dos anos 80. Nas últimas décadas os mais ricos foram sempre beneficiados. Quando John Kennedy tomou posse, a taxa máxima para as grandes fortunas era de 91%. Entre 1964 e 1980 foi de 70%. Reagan, na sua primeira presidência, fê-la baixar para 50% e com Bush caiu para 32%. O aumento agora decidido por Clinton não restabelece a situação vigente há 30 anos. Mantém desigualdades impostas no período Reagan-Bush. Os factos demonstram que Clinton, depois de se comprometer a melhorar os padrões de vida da classe média e dos trabalhadores de baixos salários, está a seguir no fundamental a política fiscal dos presidentes republicanos que o precederam. O prof. James Petras considera «obsceno pedir *sacrifícios iguais*» àqueles que perderam rendimentos e benefícios sociais e àqueles que se tornaram ricos com o empobrecimento dos operários e dos assalariados e com o saque do Estado. Um «*sacrifício igual* — sublinha — implicaria o aumento do fluxo de rendimentos dos ricos para as classes média e operária durante a próxima década, de modo a permitir que o país volte a uma economia e a uma sociedade mais equilibradas».

## Repetir Bush

Na banca, as coisas também, até agora, não mudaram.

Como é sabido, um dos maiores escândalos financeiros do século ocorreu nos EUA quando a administração Regan, com a cumplicidade da maioria democrática do Congresso, suavizou as leis que regulamentavam a actividade dos bancos e instituições de poupança. As roubalheiras foram tais que o governo teve de gastar mais de 500 mil milhões de dólares para tapar buracos

abertos por especulações, negociatas e falências fraudulentas.

Clinton afirmou repetidamente, durante a campanha, que uma das suas prioridades seria a criação de condições que pusessem termo às práticas ilegais que levaram à falência em cadeia das Savings & Loan (as caixas de poupança).

Mas isso não está a acontecer. Bill Clinton escolheu para seu principal assessor, no tocante à reforma bancária, um economista que tem sido alvo de muitas críticas precisamente por ser membro destacado da chamada *fraternidade bancária*. Eugene Ludwig sugere um regresso à política de Reagan-Bush: defende a desregulamentação dos bancos, com suficiente flexibilidade. Cabe recordar que «a flexibilidade» que permitia aos pequenos bancos conceder empréstimos aos membros dos seus conselhos de administração e realizar outros «negócios internos» esteve na origem do estouro das caixas de poupança.

## Desilusão

Logo após a sua instalação na Casa Branca, Clinton reforçou o seu prestígio entre a *intelligentsia* ao rodear-se de assessores progressistas. Chamou professores como Paul Samuel-

son e Franco Modigliani que Reagan e Bush encaravam como «gente avermelhada» pelo facto de se oporem ao ultraliberalismo e criticarem a política do Estado Mínimo (que em Portugal inspirou a campanha cavaquista ligada ao *slogan* «Menos Estado Melhor Estado!»).

O Estado propôs-se intervir muito mais activamente na vida económica. Francis Fukuyama e o seu liberalismo com verniz hegeliano foi ridicularizado por economistas do *brain trust* presidencial. O presidente dizia ser admirador de John Maynard Keynes, embora não haja provas de que tenha lido os seus livros. Mas a convicção de que o Estado Unidos iriam ser marcados no final do século por uma vaga de neokeynesianismo dissipou-se rapidamente.

Dois factores contribuíram para a desilusão.

Em primeiro lugar, a insistência de uma acentuada agressividade nas relações económicas com a Europa Ocidental. Alguns dos mais prestigiados economistas e cientistas sociais do EUA consideram que o melhor caminho para a recuperação da indústria não passa pela guerra verbal contra a CEE e por



medidas proteccionistas assentes em argumentos falsos e que podem provocar retaliações. Clinton, entretanto, escolheu para seu principal assessor, em Assuntos Comerciais, Mickey Kantor, um político que recheia os seus discursos de diatribes injuriosas contra os europeus.

Em segundo lugar, o presidente, não obstante se ter rodeado de intelectuais brilhantes, está a fazer, em sectores essenciais, exactamente o contrário do que eles lhe aconselham. É uma realidade que o Estado intervém cada vez mais activamente no domínio da economia. Mas o sentido, o objectivo dessa intervenção deixa perplexos e mesmo decepcionados aqueles que viam no *novo começo* um projecto de reformas progressistas.

## Desemprego

Clinton afirmou durante a campanha que investiria pelo menos 30 mil milhões de dólares em estímulos à economia para gerar empregos bem remunerados e renovar infra-estruturas decadentes (em média caem duzentas pontes por ano no país). Agora fala apenas em 15 mil milhões, metade dos quais seria destinada à «reciclagem laboral». Os empregos de Verão, fundamentais para os jovens, apenas serão contemplados com um subsídio de 1000 milhões.

## Milionários no Gabinete de William Clinton

Feitas as contas, os estímulos públicos financeiros são, até agora, inferiores aos gastos civis que Reagan e Bush promoveram nos primeiros meses dos seus mandatos, se levarmos em conta as encomendas militares feitas pelo Estado.

O desemprego aumentou. Em Nova York atingiu em meados de Abril 13,2% e na Califórnia 9,3%.

Durante as administrações de Reagan e Bush, a estratégia da Casa Branca tinha por alicerce a ideia de que a concentração de riqueza nas mãos de uma minoria de privilegiados contribuiria para o aumento dos investimentos sólidos. Haveria mais empregos, os salários cresceriam e o PIB também. Ocorreu porém uma situação não prevista. Os ricos ficaram muito mais ricos, o número de postos de trabalho caiu e os especuladores fizeram negócios chorudos.

Clinton afirma que a economia norte-americana rejuvenescerá com o empurrão vigoroso das novas tecnologias. Robert Reich, o milionário secretário do Trabalho, sustenta que os subsídios estatais às grandes empresas privadas para fins tecnológicos tornarão mais competitiva a economia do país, dinamizando o emprego.

Clinton está de acordo. Mais de 17 mil milhões de dólares de fundos estatais vão ser gastos em subsídios à cooperação com a indústria. Os novos centros federais de investigação funcionarão como pólos de tecnologia avançada ao serviço do progresso das grandes empresas privadas.

As estatísticas confirmam, entretanto, que as políticas contraditórias de Clinton não contribuirão para criar empregos bem remunerados. O lento crescimento do PIB que se regista coincidiu com um aumento da taxa de desemprego. Não há mistério nessa tendência. Duramente atingidas pela recessão, as maiores empresas introduziram novas tecnologias e conseguiram aumentos na produtividade. Agora que a demanda aumenta vagarosamente, os efeitos das novas tecnologias e uma mais acentuada exploração da mão-de-obra tornam necessárias novas contradições. A jornada de trabalho aumentou e a disciplina nas empresas endureceu.

Grandes transnacionais norte-americanas estão a despedir dezenas de milhares de trabalhadores: a General Motors suprimiu 50 000 postos de trabalho; a IBM 40 000; a Sears Roebuck 30 000; a AT&T 2000.

● **Warren Christopher**, secretário de Estado — somente como representante de grandes transnacionais ganhou mais de um milhão de dólares num escritório de advogados de Los Angeles.

● **Lloyd Bentsen**, secretário do Tesouro. Bens declarados no valor de 5,6 milhões de dólares. Director de bancos e seguradoras antes de entrar para o governo. Promoveu almoços políticos a 10 mil dólares por convite.

● **Richard Riley**, secretário da Educação — ganhos milionários como advogado da Seguradora Aetna Life & Casualty.

● **Ira Magaziner**, Principal assessor na reforma da Saúde — multimilionário. Acumulou uma fortuna colossal como advogado de várias empresas.

● **R. J. Woolsey**, director da CIA — ex-director da Martin Marietta, empresa militar-industrial

que produz o míssil MX. Representou a McDonnell Douglas e a General Dynamics num processo que ambas instauraram ao Governo Federal por este cancelar compras do avião A-12.

● **Mickey Kantor**, o assessor Comercial do presidente — fez fortuna no escritório de advogados Manat, Phelps e Phillips. Depois de convencer Clinton a tomar medidas proteccionistas que atingiram a CEE, teve um comentário que o tornou famoso: «Os europeus estão a grunhir como porcos colocados numa grelha!»

● **Ron Brown**, representante dos negros para Assuntos Comerciais — enriqueceu como advogado, defendendo os interesses da família Duvalier, do Haiti, e empresas japonesas.

● **H. R. Cohen**, assessor Económico — foi sócio da firma Sullivan & Cromwell, que representa alguns dos maiores bancos dos Estados Unidos.

atingidos por um corte de 4,5 mil milhões de dólares. Fala-se muito de um plano de reforma da Saúde, ideado por Hillary Clinton, mas até hoje pouco se sabe de concreto sobre o projecto da mulher do presidente. Inconfidências de uma alta funcionária levam a crer que seriam criadas Cooperativas de Assistência, coordenadas pelo governo. Admite-se que o custo do projecto seria de 60 mil milhões anuais. Onde viria o dinheiro? De um imposto suplementar pago pelos contribuintes... Obviamente, a Casa Branca atribui ao Congresso e sobretudo aos republicanos a responsabilidade pela pobreza de resultado da sua política. O novo começo não arranca.

Mas a explicação é tão pouco convincente como a propaganda sobre a capacidade de trabalho quase sobre-humana do presidente.

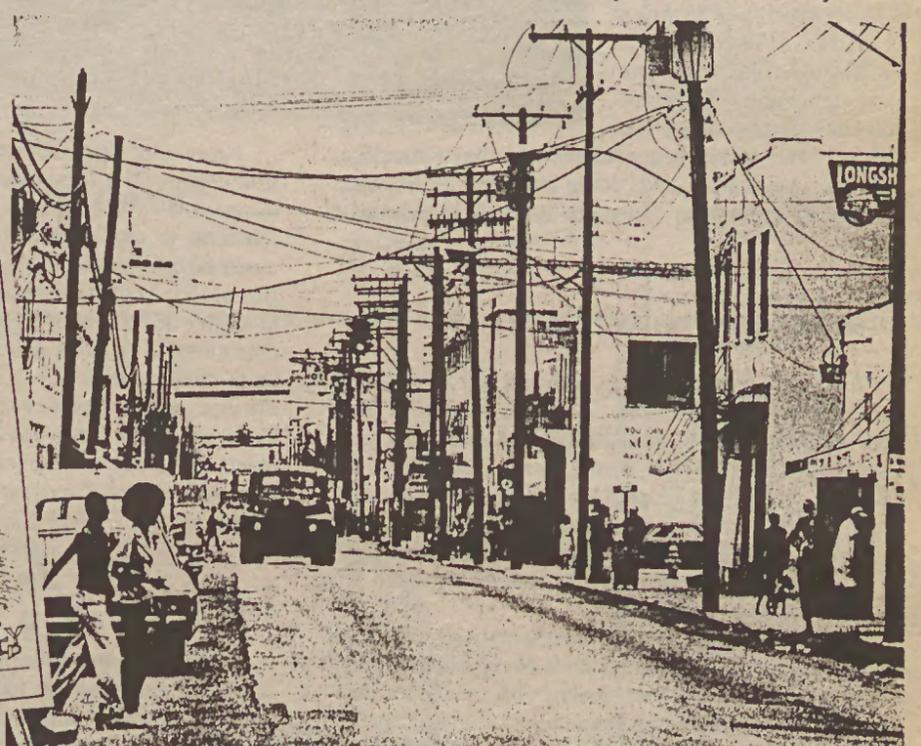
Volto a citar o professor James Petras. Comentado a política social de Clinton, aquele sociólogo escreveu: «Se Bush ou Reagan se tivessem atrevido a introduzir no orçamento estes cortes teria havido um alarido enorme. Seriam chamados de «reaccionários». Mas quando o «democrata» Clinton propõe estas políticas, os líderes sindicais (todos ganham entre 100 000

Les Aspin, aparece como inseparável dos elevadíssimos gastos militares. A Casa Branca, o Departamento de Estado e o Pentágono participam activamente num estranho jogo.

Trata-se de persuadir o americano médio de que os Estados Unidos, em defesa da liberdade, da democracia e da salvação da humanidade, podem ser chamados a intervir militarmente, e em condições inesperadas, na Bósnia, no Médio Oriente, na África, ou, quem sabe, na América Latina. Tal como aconteceu no Golfo e na Somália. Afinal, são o polícia do Mundo...

Uma situação embaraçosa foi a criada pelo aumento do orçamento da CIA. Clinton prometera reduzi-lo em 7 mil milhões de dólares.

Mas acabou por dar o dito por não dito e pediu um aumento para o próximo ano. Motivo: a necessidade de lançar novos satélites espíões para substituir os existentes, considerados obsoletos. No próximo ano, a CIA receberá 28 mil milhões de dólares. Tarefas: obter informações vitais no mundo, para orientar a acção dos



### Cortes no Orçamento

Clinton, quando candidato, deu atenção especial à problemática da Saúde. Foi um dos grandes temas da sua campanha.

Desde que tomou posse a linguagem mudou. Houve mesmo uma redução nas despesas estatais com a saúde, no tocante à prestação de serviços médicos. A primeira consequência dessas medidas é a reticência dos médicos privados em aceitar doentes cujas consultas são pagas por programas estatais.

Perante a insuficiência do atendimento médico privado pago pelo Estado, Clinton sugeriu um aumento do imposto que é descontado aos empregados e operários para atender despesas com médicos e hospitais. A sugestão foi muito mal recebida pelas camadas mais desfavorecidas da população.

A política de cortes no orçamento nas áreas sociais atinge brutalmente aqueles cujas condições de vida Bill Clinton se propunha melhorar rapidamente. As verbas que se destinam a reformados, veteranos da guerra, e pobres sofreram uma redução de 91 mil milhões de dólares. A Agência para a Protecção do Ambiente perdeu 6,3 mil milhões de dólares e o programa habitacional 1500 milhões de dólares. A Função Pública (federal) perderá 8,3 mil milhões de dólares em consequência de um congelamento salarial. Os programas de saúde, esses foram

e 500 000 dólares por ano) os comentaristas liberais dos meios de comunicação e muitos académicos dizem-nos que «não há alternativa» e que «o sacrifício se justifica desde que seja equitativo».

### Prenda à CIA

Outra esperança frustrada foi a de que o complexo militar-industrial seria pesadamente atingido. Durante a campanha, Clinton fez efectivamente essa promessa. Mas não a cumpriu. O grande projecto de reconversão de indústrias bélicas desnecessárias em empreendimentos produtivos úteis à comunidade nacional foi adiado para um futuro imprevisível.

O corte no orçamento militar não excedeu 3,9% (11,8 mil milhões de dólares em 300 mil milhões). Alguns analistas perguntam para que serve um orçamento militar de 280 mil milhões de dólares numa época em que a URSS desapareceu e a Rússia caiu no caos e tem um presidente sustentado por Clinton?

A política exterior intervencionista de Bill Clinton e dos seus secretários de Estado, Warren Christopher e

governantes norte-americanos. Segundo o «New York Times», o pedido de Clinton pode desencadear no Congresso um debate tempestuoso.

\*  
\* \*

A rejeição, pelo Senado, do primeiro pacote de «estímulos» à economia provocou, como se esperava, um coro de lamentações na Administração Clinton. As dificuldades do presidente para impor a sua política ao Congresso suscitaram uma onda de comentários tão torrencial que quase foi esquecida a questão central: a natureza dos estímulos e a estratégia a eles subjacente.

Um facto inegável: as sondagens revelam que a popularidade de William Clinton está a baixar. Quando entrou na Casa Branca, estava em 80%; dobrados os 100 dias caíra para 49%. E continua a cair.

A retórica populista de Bill Clinton funcionou durante a campanha. Presentes, cansa e desilude um número crescente de americanos.

A política do novo começo tem todos os contornos e ingredientes de um mau começo.

EM FOCO

# A Hungria na hora das «mudanças»

## — o exemplo sindical

■ Martins Coelho

O Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu realizou, entre os dias 10 e 12 de Maio em Budapeste, um encontro com parlamentares de diversas forças da Hungria, Roménia e da República Checa no qual se trocaram informações e se debateram as relações entre a CEE e estes países assim como a sua actual situação política, económica e social.

A reunião, na qual participavam parlamentares comunistas portugueses, franceses, gregos e checos, para além de parlamentares da FDSN da Roménia actualmente no governo, representantes do PDS da Alemanha e comunistas húngaros, permitiu denunciar em conferência de imprensa a recente lei aprovada no parlamento húngaro que proíbe os símbolos históricos comunistas e operários (a foice e o martelo e mesmo a estrela vermelha de cinco pontas) e os equipara, numa operação de mistificação e de falseamento da História, aos símbolos nazis. Não deixava de ser caricato que deputados comunistas do PE de diversos países da CEE estivessem reunidos próximo de um parlamento que aproveita todas as oportunidades para mendigar a sua entrada na CEE e nega aos comunistas comunitários o direito de usarem os seus símbolos. Assim vão as «mudanças democráticas» na Hungria que, muito antes da «perestroika», era elogiada na CEE como exemplo pela sua abertura política e liberalização económica.

O Artigo 260 do Código Penal da nova República Checa equipara também comunismo e fascismo e está em discussão no parlamento uma «lei» contra o comunismo com efeitos retroactivos desde 1948 a 1989. Os que no passado sabotaram a economia ou praticaram actos como incêndios de empresas podem vir agora a ser considerados como resistentes e heróis.

### Pluralismo e pulverização

Uma outra «originalidade» húngara são as leis sindicais recentemente aprovadas. Antes de sobre elas falarmos algumas notas sobre a situação dos sindicatos neste país. Após 1989, a divisão política dos trabalhadores é um facto e o pluralismo sindical húngaro é motivo de satisfação no ocidente. Compreende-se melhor tal satisfação quando se verifica hoje a existência de sete confederações sindicais e todas as sete fazendo parte do Conselho Tripartido de Concertação Social.

A sua verdadeira força e representatividade nesta fase da evolução húngara está ainda por determinar mas a maioria das confederações sindicais foi criada por pressões políticas e partidárias. Por um lado, muitos trabalhadores perderam confiança nos sindicatos e, por outro lado, a sua pulverização diminui a sua capacidade para defender as conquistas sociais antes alcançadas, obter novas garantias e impedir as crescentes desigualdades sociais.

Sabe-se também que muitos trabalhadores, antes filiados nos sindicatos únicos, desinteressaram-se da vida sindical, fenómeno aumentado pela falência de empresas, pelas privatizações (mais de dois terços das privatizações foram feitas com capitais estrangeiros que dominam já 20% do total das empresas), pelo aparecimento de um grande número de muito pequenas empresas e pelo desemprego crescente — 12% em 92 e 20% previstos para este ano (antes 0,2%). Os reformados representam 25% da população e o aumento vertiginoso do custo de vida reduz as pensões da grande maioria para níveis inferiores ao mínimo necessário de sobrevivência.



No anterior sistema os reformados continuavam a usufruir de uma série de benefícios sociais quer dos seus sindicatos quer das empresas onde tinham trabalhado — refeitório, tempos livres, férias nos centros de repouso sindicais ou da empresa, cuidados médicos, etc. Agora tudo isso acabou. O Estado retirou aos sindicatos as casas de repouso e de férias e entregou a sua gestão desde 1.1.93 a uma empresa de «fins não lucrativos». Neste caso concreto nacionalizou-se sob a filosofia que todos tinham direito a usufruir destes centros e não só os trabalhadores. Como resultado, temos que aquilo que era usado gratuitamente ou quase pelos trabalhadores e reformados e suas famílias é agora democraticamente acessível aos que podem pagar.

### Exclusão

Face a esta nova situação de marginalização e exclusão social, a tendência é, fora dos sindicatos, os reformados se organizarem autonomamente para reivindicarem o reconhecimento das suas organizações e a sua participação na concertação social.

Os desempregados têm direito a 18 meses de subsídio de desemprego o que, tendo em conta o aumento do

desemprego, significa que dificilmente durante esse período encontrarão trabalho e a sua perspectiva mais certa é a de se encontrarem sem trabalho e sem apoios e protecção de qualquer espécie.

É neste contexto que, em 23 de Fevereiro passado, o parlamento alterou uma lei de Junho de 91 sobre «a protecção do património sindical e sobre a igualdade de oportunidades e assegurar às organizações sindicais e ao seu funcionamento», e aprovou uma outra sobre «a autonomia da segurança social». Pela lei de 91

já tinham sido retiradas as caixas de previdência do orçamento estatal e sido estabelecido que estas seriam geridas por organismos representativos dos interessados. No momento, elas são geridas por uma comissão formada por elementos dos seis partidos com representação parlamentar e por sindicalistas de algumas das sete confederações consideradas mais importantes.

Através destas leis que estão interligadas os sindicatos elegeram agora os seus representantes aos conselhos de administração da segurança social e aos conselhos das caixas de reforma. As duas questões foram separadas. O conselho das reformas terá 60 administradores, 32 dos

quais eleitos pelos trabalhadores, 4 indicados pelas organizações de reformados e 24 pelas organizações patronais. O conselho da previdência será também composto por 60 membros, 30 eleitos pelos trabalhadores e 30 delegados pelas organizações patronais. O original é a forma como decorreram estas eleições, realizadas no passado dia 21 de Maio, uma sexta-feira.

As sete confederações apresentam as suas listas que são votadas pelo conjunto dos eleitores como se se tratasse de uma eleição para o parlamento. A argumentação na defesa deste sufrágio universal para eleger sindicalistas é a de que todos os cidadãos são abrangidos pela segurança social e por ela interessados.

Mais, os resultados só serão considerados válidos se 25% dos eleitores tiverem votado. Ao prin-

cípio chegou-se a propor 50%.

### Partidarização

Considerando que o desinteresse eleitoral na Hungria se tem manifestado por percentagens elevadas de abstenção nas eleições para formar governo, e isto tendo em conta que os partidos têm outros meios para propagandear as suas listas e programas, que a imprensa ataca diariamente a evolução da campanha, etc., associado ao facto de as eleições se realizarem num dia normal de trabalho, é de temer que os 25% não tenham sido alcançados. Caso isso se verifique, as eleições serão repetidas nos fins de 94.

Entre 21 e 28 de Maio, decorreram igualmente as eleições para os conselhos de empresa estabelecidos pelo Código do Trabalho de 92 e para as quais a referida lei de 23 de Fevereiro estipulou as datas de 21 e 28. Os sindicatos apresentam listas e os que conseguirem pelo menos 10% dos votos terão representantes eleitos.

As câmaras municipais ficaram responsabilizadas por organizarem os locais de voto em todo o território nacional mas alguns locais de voto poderiam ser abertos nas grandes empresas caso 200 a 500 trabalhadores o requisitem, consoante os critérios estabelecidos pela lei. Assim, será possível que em algumas empresas se tenham realizado as duas eleições no dia 21.

O custo destas eleições será semelhante ao custo de umas eleições para o parlamento.

Esta data marcará o futuro próximo do sindicalismo na Hungria, não servirá os seus objectivos e fins específicos e naturalmente não irá servir a sua unidade e reforço. Quase todas as confederações sindicais por falta de meios e experiência em eleições por sufrágio universal caíram nos braços dos partidos a pedir a sua ajuda na conquista de eleitores, hipotecando ainda mais a sua autonomia e independência. Será um eleitorado desmotivado, mal informado sobre o significado e importância do que está em jogo e não os trabalhadores sindicalizados que ditará a sentença sobre a força e a representatividade das confederações sindicais na sociedade. O patronato nomeará os seus representantes mas irá votar para escolher os representantes dos trabalhadores.

Assim vai na Hungria a tão elogiada construção da democracia parlamentar e multipartidária a caminho da economia de mercado.



## PONTOS CARDEAIS

## Gazetilha

## Capital estrangeiro

Os patrões do Norte  
os patrões do Sul:  
mar que bate forte  
foi mentira azul.

Bêbedo medronho  
que os estonteceu  
já mirrou tristonho  
no sonho europeu.

Afinal a peste  
que o estrangeiro amealha  
morde quem trabalha

morde quem investe.

## Actualidade

O Cavaco leva uma  
e leva outro o Guterres  
com mais esses ou mais erres  
uma conclusão em suma  
quem medita, logo entende:  
o mais traste nesta onda  
é quem compra ou é quem vende?

Venha o diabo e responda.

## Rábula

Pergunta o pai com carinho:  
— O que queres ser, filhinho?  
quando fores grande?  
— Eu cá  
meu papá  
quando eu for já senhor,  
serei administrador.  
— Administrador de quê?  
— Dos hospitais, já se vê.  
— Não entendo essa jogada.  
— Ouve, papá. Eu se for  
administrador  
nada de mal me acontece  
e está mesmo à vista  
que a culpa é do electricista.

Esperto! — pensa o pai  
absorto como um monge.  
Este meu filho vai  
vai mesmo longe...

## Retrato

Glutões brigões capões assombrações  
humilhações cifrões sufocações  
demoralizações indigestões  
fricções pavões leilões adulações

fanfarrões aldrabões prisões mamões  
vendilhões safanões burlões ladrões  
comilões alçapões tensões anões  
caixões tampões desorganizações

prestidigitações papões traições  
explorações inquisições bastões...

Mais de mil palavrões ardem no espeto  
e eu te peço que escrevas, meu amigo,  
os ões que tens na boca e que eu não digo  
pra não fazer corar este soneto.

■ IGNOTUS SUM

## Elogios

A apresentação dos  
candidatos do PS de Vila  
do Conde foi o delírio em  
matéria de elogios.  
Guterres, como é próprio  
do líder máximo,  
ultrapassou todos os outros.  
Sobre Fernando Gomes,  
que estava presente como  
apoiantes, Guterres  
sentenciou que é "o melhor  
presidente da Câmara que o  
Porto jamais teve", "uma  
bandeira do PS para todo o  
país".

A Mário de Almeida, que  
se recandidata à  
presidência da Câmara e  
que confessou "gosto de  
ser elogiado", Guterres  
proclamou: "é o líder do  
poder local democrático"!  
E que dizer então do  
Secretário-geral do partido  
que alberga tais gigantes?  
O animador do comício  
não se embaraçou e atirou:  
"Guterres voltará a Vila do  
Conde já não como  
secretário-geral do PS" (é  
duvidoso que esta previsão  
tenha agradado ao visado),  
"mas como primeiro-  
ministro de Portugal".  
Como será isso?

## Rumores

O director-geral das  
Contribuições e Impostos,  
Rodrigues Porto, apesar de

*Fiscália*



RETRATO DO DIRECTOR-GERAL DAS  
CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS,  
RODRIGUES PORTO, EM  
ALGUMAS DAS SUAS  
OFICINAS, EM PORTO.

serem tão graves os  
problemas que afectam a  
administração pública, não  
encontrou outro assunto  
senão o dos "rumores" para  
o editorial da "Fiscália",  
revista de luxo editada pela  
sua Direcção-Geral (para a  
propaganda não há  
economias!).

Muito barulho devem fazer  
estes rumores nos  
impostos!

Considerando o "rumor"  
uma perigosa "técnica de  
manipulação", o director-  
geral julga-o serenamente  
como "assente quase  
sempre na inveja e no  
ódio" e por isso mesmo  
"censurável e combatível",  
e apresta-se a apontar-lhe  
remédio. Diz ele: "Com os  
canais da fonte abertos  
pode sempre certificar-se  
da veracidade do que lhe  
dizem..."

Grande descaramento!  
Onde estão as abertas da  
"fonte", que até se recusa a  
receber as direcções dos  
sindicatos, que se recusa a  
negociação, que conspira  
no maior secretismo os  
planos dos "disponíveis"?  
Desminta o Sr. director-  
geral o "grande rumor" de  
que em Portugal quem  
paga impostos são  
sobretudo os trabalhadores,  
pois o capital, além das  
isenções e benefícios que  
lhe são generosamente  
concedidos pelo Governo,  
exime-se ao pagamento de  
impostos através das mais  
variadas fraudes a que os  
responsáveis da  
administração fecham os  
olhos. Outro "grande  
rumor" é o de que a  
fiscalização está paralisada.  
É ou não é verdade, Sr.  
director-geral?

## Homem ao mar?

Entre o "quente e o frio", o  
semanário "Expresso"

optou por colocá-lo no  
"glacial". E, mesmo que  
não tenha gelado  
completamente, o certo é  
que o ministro das  
Finanças não deixou de  
sofrer uma banhada - um  
"massacre", diz o  
"Expresso" - quando teve  
de ir à Assembleia da  
República defender  
sozinho a política cavacal,  
respondendo à interpelação  
do PS.

Certamente que o frio que  
o atravessou não veio do  
sopro gelado do  
interpelante, já que a  
política da actual direcção  
do PS não parece diferir em  
muito das opções do PSD.  
O gelo foi visivelmente  
provocado pela ausência de  
apoio verificada nas  
próprias hostes do ministro,  
cujos secretários de Estado  
abandonaram à sua triste  
sorte. Ninguém o ajudou. O  
único membro do PSD que  
tomou a palavra nem  
sequer falou de Finanças,  
preferindo abordar as  
políticas de outros  
ministérios.

Bem esbracejou o ministro,  
que ainda há tão pouco  
tempo falava de oásis por  
entre quentes aplausos e  
agora já tem de admitir que  
o "esperado" aumento do  
PIB ficou em águas de  
bacalhau. Continuou a  
esbracejar, afirmando que  
enquanto em Portugal  
continuar o crescimento  
não se pode falar em  
recessão. Ninguém o ouvia,  
mas ele continuava a agitar  
argumentos no mar turvo  
da crise de convicção que  
vara o PSD.

Ou será que vai de novo ser  
aplicada a velha receita de  
Cavaco, de lançar ao mar o  
seu homem de ainda há  
pouco, acabada a política  
que se lhe exigiu?

frases  
da  
Semana

"Também a muito comen-  
tada frase de Cavaco Silva -  
"Nunca me engano e raramen-  
te tenho dúvidas" -  
parece não ter sido pronun-  
ciada. O actual primeiro-  
ministro tê-la-á dito de outra  
forma - "Nunca tenho dúvi-  
das e raramente me engano"  
- o que lhe altera substancial-  
mente o sentido."

☞ (José António Saraiva,  
«Política à Portuguesa» - «Ex-  
presso», 29.05.93)

"(A minha candidatura e  
a de Macário Correia) são  
duas candidaturas paralelas  
que, por mais que se prolonguem,  
nunca se encontram."

☞ (António Taveira - «Pú-  
blico», 24.05.93)

"Sou um ser humano  
como qualquer outro, gosto  
de me sentir elogiado."

☞ (Mário Almeida -  
«Público», 31.05.93)

"Quanto ao ser "para-  
quedista" é um facto que o  
fui, mas aos 20 anos, duran-  
te o serviço militar. Dessa  
experiência, ficou-me a comba-  
tividade, o espírito de  
decisão e a capacidade de  
liderança."

☞ (José Luís Judas - «Ex-  
presso», 29.05.93)

"Ensaia a mão esquerda e  
saca três passes estéticos e  
amplos. A quadra é desar-  
mado e, com o estoque, reve-  
la algum desacerto, com  
tempo para que escutasse  
dois avisos, o que não impedi-  
u que o respeitável presen-  
te na maestranza premiasse  
o seu labor com calorosa  
ovação."

☞ (Domingos da Costa  
Xavier, «Sobre Toiros» -  
«Público», 30.05.93)

"Na política, como nos  
campeonatos de futebol, é  
sempre melhor estar a subir  
do que a descer."

☞ (António Guterres - «Pú-  
blico», 31.05.93)

"José Luís Judas: uma  
mistura de príncipe Alberto  
do Mónaco e de Madre  
Teresa de Calcutá."

☞ (anúncio radiofónico da  
«Marie Claire» - «Rádio Nos-  
talgia», 1.06.93)

"Já ouvi spots publicitári-  
os muito bons, sobre a exis-  
tência de Deus e sobre o sen-  
tido da vida, apenas em 30  
segundos."

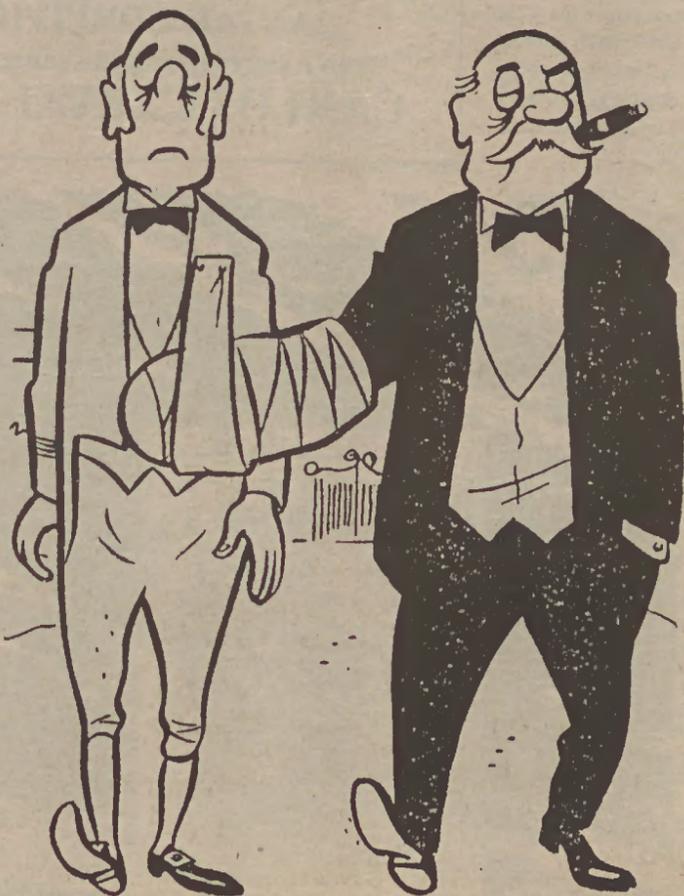
☞ (John Foley, responsável  
pela Comunicação Social na  
Cúria Romana - «Independen-  
te», 28.05.93)

"... é uma cefaleia que  
surge por crises, com dura-  
ção de horas a um dia, geral-  
mente intensa, unilateral e  
latejante. Nos casos clássicos  
é precedida por alterações  
visuais, como por exemplo  
clarões luminosos, sintomas  
digestivos como sejam as  
náuseas e os vómitos e alte-  
rações de sensibilidade da  
força ou da fala. Em alguns  
casos, estes sintomas são  
antecedidos por um período  
prolongado de mudança de  
humor que serve de anún-  
cio."

☞ (Luís Barreto Campos, so-  
bre «Cefaleia comum e enxa-  
queca» - «Público», 30.05.93)

"Já não tenho idade para  
aturar isto!"

☞ (comentário de um popular  
de 55 anos de idade, na Festa  
do PSD em Leiria - «Ex-  
presso», 29.05.93)



## FUNCHAL

Encontro Regional da CDU - domingo. Participa o camarada Luís Sá.

## LISBOA

Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino - dias 5 e 6 (sábado e domingo), na Junta de Freguesia de Alcântara. Na sessão de encerramento (domingo, das 12.00 às 13.00) intervém o camarada Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP.

Reunião da célula da Gulbenkian - no CT da Av. António Serpa, hoje, quinta-feira, às 18.30.

Plenário da freguesia de S. Paulo - no CT de Santos, hoje às 21.00.

Reunião do OD do Sector da Saúde - no CT Vitória, hoje às 21.00.

Plenário do Sector dos Bancários - no CT Vitória, hoje às 17.30.

Plenário da freguesia de S. Domingos de Benfica - sexta-feira às 21.30 no CT de Benfica, com a participação do camarada António Abreu.

Plenário CDU da freguesia de Ameixoeira - sexta-feira às 21.30, no CT do Lumiar.

Plenário da organização da freguesia e camaradas residentes na freguesia de S. João - sexta-feira às 21.00, no salão da Junta de Freguesia.

Reunião da célula da Petrogal - segunda-feira às 17.30, no CT Vitória.

Plenário Distrital de Quadros (Secretariados das células dos Trabalhadores das Autarquias, membros de ORT's, dirigentes do STAL e do STCML) para exame do desenvolvimento da luta dos trabalhadores no Sector e das tarefas eleitorais: no CT Vitória, 3ª feira, dia 8, com início às 19.00.

Plenário CDU da freguesia de S. Sebastião da Pedreira - terça-feira às 18.30, no CT Vitória.

Plenário CDU da freguesia de S. João de Deus - terça-feira às 21.30, no CT Vitória.

Plenário da organização de freguesia de Carnide - terça-feira às 21.30, no salão da Junta de Freguesia de Carnide.

## PALMELA

Jantar promovido pela CDU para apresentação pública dos candidatos efectivos à CM e à AM e dos cabeças de listas às Juntas de Freguesia do concelho - no restaurante do Centro Comercial "Os Mochos", em Pinhal Novo, com a participação do camarada Manuel Sobral.

## PORTO

Jantar CDU para apresentação dos

candidatos da CDU no Distrito do Porto - terça-feira, dia 8, às 20.00 h, no Hotel Tuela, com a participação do camarada Carlos Carvalhas.

Debate sobre Questões do Ambiente no Grande Porto: na Junta de Freguesia de Leça do Balio (junto ao Mosteiro, com acesso directo pela Via Norte no cruzamento da UNICER), hoje às 21.30. Participam técnicos, eleitos autárquicos e candidatos da CDU.

Assembleias plenárias preparatórias (com eleição de delegados) da 3ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto:

- da organização de Ribeirinhas - hoje, quinta-feira, às 21.30, no CT de Barão de S. Cosme;
- de Cedofeita - sexta-feira, às 21.30, no CT da Boavista;
- de Paranhos - sexta-feira, às 21.30, no CT de Paranhos;
- de Foz/Nevogilde - segunda-feira, às 21.30, na Junta de Freguesia da Foz;
- de Massarelos - quarta-feira, às 21.30, no CT da Boavista;

- da organização dos Bancários - quarta-feira, às 21.30, no CT da Boavista;
- da célula da EDP - quarta-feira, às 21.30, no CT da Boavista.

**QUELUZ**

Visita da CDU às colectividades da freguesia e Associação dos Bombeiros de Queluz. Participam Sérgio Soares, presidente da JF e cabeça de lista da CDU, Flávio Loureiro, vereador, e Lino Paulo, vereador e candidato à presidência da CM.

Plenário de militantes da freguesia de Montelavar - sexta-feira às 21.30.

Plenário de militantes da célula da Portucel - domingo, às 10.00, no CT do Cacém.

**S. DOMINGOS DE RANA**

Debate sobre a situação internacional com a participação da camarada Manuela Bernardino: no CT de Tires, sexta-feira às 21.30.

**SETÚBAL**

Almoço-convívio promovido pela Comissão Local do Faralhão, assinalando o 9º aniversário do CT do Faralhão - domingo, às 13.00, no salão da Cooperativa, com a participação do camarada Manuel Sobral.

Este almoço-convívio é precedido, às 10.00, de um plenário de militantes da freguesia do Sado.

Reunião de militantes da freguesia de S. Julião - no CT do Edifício Arrábida, hoje, quinta-feira, às 21.00.

**TORRES NOVAS**

Convívio para apresentação dos

# FESTA

1993

Avante!

# FESTA

1993

Avante!

# FESTA

1993

Avante!

## Agenda

Domingo durante todo o dia

**FESTA POPULAR CDU**  
na Quinta da Piedade

(Póvoa de Santa Iria)

Jogos populares  
Variedades  
Bar

Sessão às 16h  
Com a participação dos candidatos da CDU e do camarada Francisco Lopes

candidatos da CDU às eleições autárquicas - sexta-feira às 21.30, na Alcaidaria do Castelo.

## VILA FRANCA DE XIRA

Festa Popular CDU na Quinta da Piedade (Póvoa de Santa Iria) - domingo, durante todo o dia. Jogos populares, variedades, bar. Participação e intervenções (cerca das 16.00) dos candidatos da CDU aos órgãos da freguesia e municipais e do camarada Francisco Lopes.

Visita da CDU à freguesia de Alverca, com a participação de eleitos e candidatos: domingo.

## VILA VIÇOSA

Almoço CDU para apresentação pública dos cabeças de lista à CM e AM - domingo. Participa o camarada José Soeiro.

## MONTIJO

Sexta, sábado e domingo no Pavilhão da Montagri

## CONVÍVIO ALENTEJANO

— Iniciativa anual da Comissão Concelhia do PCP —

Sexta-feira

Noite da Juventude

Sábado

Prova de Atletismo - 16h  
Grande Noite do Fado - 22h

Domingo

Danças e Cantares - 15h  
Baile Popular - 16.30

Entrada grátis

Sábado, às 20h

**JANTAR-CONVÍVIO**  
com a participação do camarada CARLOS CARVALHAS

**Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino**

5 e 6 Junho 1993

JUNTA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA  
Rua dos Lusíadas, 13  
L I S B O A

Com a participação  
**CARLOS CARVALHAS**  
Secretário Geral do PCP

■ Sáb. 14.30 às 20.00 horas  
■ Dom. 10.00 às 13.00 horas



## PORTO

**Jantar CDU**  
para apresentação dos candidatos aos órgãos autárquicos do Distrito

com a participação de  
**CARLOS CARVALHAS**

Terça-feira, dia 8, às 20h  
Hotel Tuela

Sessão de solidariedade  
**CUBA E A AMIZADE COM OS POVOS**

A ajuda cubana a Angola

Com a presença de  
**EVA SEONE** — vice-presidente do Instituto Cubano de Amizade com os Povos  
**GERMAN BLANCO PUJOL** — Embaixador de Cuba

Sexta-feira, às 21.30  
Núcleo de Setúbal  
da A. Amizade Portugal-Cuba  
(R. D. Ant. Joaq. Granjo, 72, 1º) - SETÚBAL

## Mulheres contra subida da idade de reforma

Um folheto do PCP manifestando a posição do Partido contra a intenção governamental de aumentar a idade da reforma das mulheres dos actuais 62 para os 65 anos vai ser distribuído à população hoje e amanhã em vários distritos do país. A acção será desenvolvida, sobretudo, junto de empresas onde está empregado um elevado contingente de mão-de-obra feminina.

O documento denuncia também o projecto de altera-

ção ao regime de pensões de invalidez e velhice já que ele inclui propostas que constituem um grave atentado aos direitos de todos os trabalhadores.

A este propósito, recorde-se que a CGTP marcou para o próximo dia 16 de Junho uma acção de mulheres, em Lisboa, de protesto contra esta proposta do Governo enquanto o próximo número da revista «O Militante» incluirá um artigo de Maria do Carmo Nunes sobre este tema.



## Jornadas de Trabalho na Festa

Foi assim na semana passada. O começo das Jornadas de Trabalho, todos os fins de semana, para construir a Festa do «Avante!». No próximo sábado não se vai trabalhar na Atalaia, para todos poderem participar na manifestação em Lisboa. No domingo vai haver trabalho e, para compensar, a jornada de trabalho seguinte será de três dias, aproveitando o feriado de 10 de Junho.

# Avante!

## Agenda

### Televisão

#### Quinta, 3

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 As Diabruras do Pimentinha
- 11.30 Notas para Si
- 12.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Faces da Cultura
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.55 A Capital do Crime (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Rua Sésamo

#### Sexta, 4

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Pole Position
- 11.30 Agora é que São Elas
- 11.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Faces da Cultura
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.55 O Sol Queima em Chipre (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Rua Sésamo

#### Sábado, 5

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
- 12.10 Luta Livre Americana
- 13.05 Parlamento
- 13.45 Clube Disney
- 15.20 Amizade em Viena (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Chefe Mas Pouco
- 17.30 Feira da Música
- 18.00 Arca de Noé
- 18.50 O Herói Relâmpago
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.30 Despedida de Solteiro
- 22.20 Parabéns
- 23.50 Sessão Dupla I (três filmes em alternativa - ver «Filmes na TV»)
- 01.20 Justiça Final (ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.05 Casamento sem Noiva (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Uma Retrato Natural
- 14.30 Pé Grande e os Amigos
- 15.00 Manions da América
- 16.00 TV2 Desporto
- 20.30 Longa Metragem («La Captive du Desert»)
- 22.05 No Cumprimento do Dever
- 23.00 GBH - O Homem Fatal
- 23.50 Popoff
- 00.20 Contradições

- 12.00 O Soldado Joe
- 12.30 Aventuras dos T-Rex
- 13.00 Stingray, o Super Submarino
- 13.30 Batman
- 14.10 Notícias
- 14.00 A Mais Belas Máquinas



António Fagundes, protagonista de «Renascer», a nova telenovela da Globo na Sic

- 14.25 Selvagens e Perigosos
- 14.55 Com Asas nos Pés (ver «Filmes na TV»)
- 16.50 Justiça Negra
- 17.45 Grandes Planos
- 18.15 Selvagens e Perigosos
- 18.45 Príncipe de Bel Air
- 19.10 Cara Chapada
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 Telefilme: «Onda de Violência»
- 22.20 Crimes
- 22.50 Valentina
- 23.20 Água na Boca
- 00.05 Último Jornal
- 00.50 Boxe

- 10.00 Os Construtores da História
- 11.00 Colégio Interno
- 12.00 Terras da Europa
- 13.00 Informação
- 13.10 Contra-Ataque
- 15.00 Familyfest 93 (Congresso Intern. sobre a Família)
- 18.30 O Marido da Embaixadora
- 19.30 Informação Quatro
- 20.10 Animação
- 21.00 Os Bastidores do Espectáculo
- 21.30 Cozido à Portuguesa
- 22.00 Lucas (ver «Filmes na TV»)
- 23.40 Síndrome da China (ver «Filmes na TV»)
- 01.10 Meteorologia

#### Domingo, 6

- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Programa Juvenil
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 11.55 Programa Juvenil
- 13.00 Notícias
- 13.05 A Menina do Futuro
- 13.30 Top +
- 14.25 Olha que Dois
- 15.20 Beverly Hills 90210 (últ. episódio)
- 16.30 Uma Luz na Floresta (ver «Filmes na TV»)
- 17.45 Sons do Sol
- 18.40 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.30 Repórteres
- 21.10 Despedida de Solteiro
- 22.50 Casa Cheia
- 23.30 Romero (ver «Filmes na TV»)
- 01.10 Conversa Afiada

- 08.00 Clínica Veterinária
- 09.00 Regiões
- 10.00 Em Busca de...
- 10.30 Programa Juvenil
- 11.30 Palco de Estrelas
- 11.55 Viagem no Espaço
- 12.50 Forum Musical
- 13.45 Realce
- 14.10 Os Novos Invasores
- 15.00 TV2 Desporto
- 23.15 Voo às Cegas
- 00.10 O Homem D'Orange

- 12.00 Livro da Selva
- 12.30 Rugrats
- 13.00 Pássaros de Fogo
- 14.00 Passo a Passo
- 14.10 Notícias
- 14.20 Um Planeta, Uma Família
- 14.50 O Repouso do Guerreiro (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Tarzan
- 17.05 National Geographic Magazine
- 18.05 Falso Suspeito
- 18.35 Benny Hill
- 19.05 Cosby Show
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 Batalhas Conjugais
- 21.25 Nas Portas do Inferno (ver «Filmes na TV»)
- 23.35 Último Jornal
- 00.20 Fórmula Indy

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 As Histórias Mais Bonitas
- 11.30 Actualidade Religiosa
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.25 Rica Saúde
- 14.05 Telhados de Vidro (compacto)
- 16.10 Cagney & Lacey
- 17.00 Livre Como o Vento (ver «Filmes na TV»)
- 18.40 Covington Cross
- 19.30 Informação Quatro
- 20.10 A Casa do Tio Carlos
- 21.00 Futebol - USA/Brasil
- 22.45 Fado, Fadinho
- 23.50 Meteorologia



The Chieftains, a grande música folk irlandesa da Festa 92, esta semana em «Últimas Notas» de terça-feira na TV 2

#### Segunda, 7

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Vitor e Hugo
- 11.25 Agora é que São Elas!
- 11.55 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Santuários Selvagens
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 Meu Reino, Minha Vida (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.45 Cupido Electrónico
- 22.10 Entre Famílias
- 23.25 A Frente Oriental
- 00.25 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 Eternos Novatos
- 12.30 Parques Nacionais
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Vida Selvagem
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 A Grande Muralha
- 17.10 Chá das Cinco
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.50 Cinemazine
- 20.25 Artes e Letras - Max Ernst
- 21.25 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 O Estado de Graça (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Notícias
- 16.40 Os Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.10 Sic Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 Renascer
- 21.30 Encontros Imediatos (ver «Filmes na TV»)
- 22.00 Henry & June (ver «Filmes na TV»)
- 24.25 Tostões e Milhões
- 01.00 Último Jornal
- 01.40 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 Uma Aventura nos Alpes
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.30 Lágrimas
- 18.30 Telhados de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.10 Já Tocou!
- 20.30 Uma Aventura nos Alpes
- 21.00 Só Nós Dez
- 21.30 Telefilme: «Procura-se Jenny»
- 23.00 Desporto
- 23.30 Informação
- 00.45 Meteorologia

#### Terça, 8

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Lola e os Amigos
- 11.30 Notas para Si
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 A Revolução Electrónica
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.05 Drama na Família (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 A Roda da Sorte

tempo de antena

**PCP** oposição firme para uma política diferente

**Terça-Feira 8 Junho**

**RTP-1**  
a seguir ao telejornal

- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Direito de Antena: PCP
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.45 Isto Só Vídeo
- 22.20 Você Decide
- 23.10 Repórteres
- 23.40 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 11.30 A Loucura Normal
- 12.30 Parques Nacionais
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Vida de Mulher
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Para Além do Ano 2000
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.55 Aventura do Conhecimento
- 20.20 V. Exa. Chamou?
- 21.25 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 O Uivo (ver «Filmes na TV»)
- 01.10 Últimas Notas: «The Chieftains»

- 16.30 Notícias
- 16.40 Os Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.10 Sic Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 Renascer
- 21.30 Falas Tu ou Falou Eu
- 22.30 Lei e Ordem
- 23.30 Sexo Forte
- 00.35 Último Jornal
- 01.15 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 Uma Aventura nos Alpes
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.30 Lágrimas
- 18.30 Telhados de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.10 Já Tocou!
- 20.30 Detectives Submarinos
- 21.00 Só Nós Dez
- 21.30 Ruptura Explosiva (ver «Filmes na TV»)
- 23.00 Farda e Coração
- 23.50 Rumores
- 00.20 Informação
- 00.35 Meteorologia

#### Quarta, 9

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Inspector Engenhocas
- 11.30 Isto é Magia
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Meados do Século
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.55 Estranhos por Companhia (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 Roda da Sorte

tempo de antena

**PCP** oposição firme para uma política diferente

**Terça-Feira 8 Junho**

**RTP-1**  
a seguir ao telejornal

- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Vamos Jogar no Totobola
- 21.55 Tempo de Glória (ver «Filmes na TV»)
- 23.55 ZBC - No Ar
- 00.15 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.55 O Império de Brittas
- 12.30 Parques Nacionais
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.50 Vida de Mulher
- 15.25 Euroritmias
- 16.15 Os Golfinhos
- 17.20 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Os Trintões
- 19.55 Magazine Architecture
- 20.30 Milénio
- 21.25 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Chamas de Tormento (ver «Filmes na TV»)
- 00.45 Tauromaquia

- 16.30 Notícias
- 16.35 Os Gladiadores Americanos
- 17.20 Santa Bárbara
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 Renascer
- 21.30 Falas Tu ou Falou Eu
- 22.30 Lei e Ordem
- 23.30 Sexo Forte
- 00.35 Último Jornal
- 01.15 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 Detectives Submarinos
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.30 Lágrimas
- 18.30 Telhados de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.10 Já Tocou!
- 20.30 Detectives Submarinos
- 21.00 Só Nós Dez
- 21.30 Cartas de Amor
- 22.20 Mancuso
- 23.05 Informação: «Frontal»
- 23.35 Futebol: USA/Inglaterra
- 01.10 Ponto Final
- 01.25 Meteorologia



Meados do Século uma série documental, começa com o ascenso do fascismo na Europa, no início dos anos 20: quarta-feira à hora do almoço no Canal 1

- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Grande Noite
- 22.40 Sofrer na Carne
- 23.30 Pacific Station
- 24.00 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.30 A Loucura Normal
- 12.30 Parques Nacionais
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Amor à Primeira Vista
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Desporto - Ténis
- 17.20 Chá das 5
- 18.25 Carrusel
- 19.15 Os Trintões
- 20.00 Ópera: «O Rapto no Serralho», de Mozart (2ª parte)
- 21.30 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Interiores
- 00.10 Harakiri (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.15 Paixões Secretas
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 Renascer
- 21.30 Minas e Armadilhas
- 22.20 Conta Corrente
- 23.25 Repórter da Meia-Noite
- 00.30 Último Jornal
- 01.15 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 Uma Aventura nos Alpes
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.30 Rica Saúde
- 17.50 Telhados de Vidro
- 18.25 Lágrimas
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.10 Uma Aventura nos Alpes
- 20.30 Já Tocou!
- 21.00 Só Nós Dez
- 21.30 Prisioneiro da Teia
- 23.00 Ambar Eterna (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Informação
- 00.55 Meteorologia

- 17.10 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Marina, Marina
- 22.10 Mr. Destiny (ver «Filmes na TV»)
- 23.25 24 Horas
- 00.45 Uma Casa Muito Especial (ver «Filmes na TV»)
- 02.15 Alvo Mortal (ver «Filmes na TV»)

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 Vidas a Meias
- 12.30 Parques Nacionais
- 13.30 Agora Escolha
- 14.55 Amor à Primeira Vista
- 15.30 Euroritmias
- 16.15 Desporto - Ténis
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Rotações
- 20.00 Dramazine
- 20.30 Sinais do Tempo
- 21.25 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 «Terra Treme» (ver «Filmes na TV»)
- 01.40 Últimas Notas

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.15 Paixões Secretas
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.10 Renascer
- 21.30 Labirinto
- 22.05 O Jogo do Falcão (ver «Filmes na TV»)
- 00.30 Último Jornal
- 01.15 Playboy
- 02.15 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 Uma Aventura nos Alpes
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.30 Rica Saúde
- 17.50 Telhados de Vidro
- 18.25 Lágrimas
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.10 Uma Aventura nos Alpes
- 20.30 Já Tocou!
- 21.00 Só Nós Dez
- 21.35 Grande Noite do Fado (Transm. directa)

## Filmes na TV

### QUINTA, 3

#### A Capital do Crime

«The Rise and Fall of Legs Diamond» (EUA/1959). Real.: Budd Boetticher. Int.: Ray Danton, Karen Steele, Elaine Stewart, Jesse White. P/B, 97 min. Ver Destaque. (14.55, Canal 1)

#### Ambar Eterna

«Forever Amber» (EUA/1947). Real.: Otto Preminger. Int.: Linda Darnell, Cornel Wilde, Richard Greene, George Sanders, Jessica Tandy. Cor., 140 min. Ver Destaque. (23.00, Quatro)

#### Harakiri

«Seppuku» (Jap./1962). Real.: Masaki Kobayashi. Int.: Tatsuya Nakadai, Shima Iwashita, Akira Ishihama. P/B, 130 min. Ver Destaque. (00.10, TV 2)

### SEXTA, 4

#### O Sol Queima em Chipre

«The High Bright Sun» (Gr.Br./1965). Real.: Dirk Bogarde, George Chakiris, Susan Strasberg, Denholm Elliott. Cor., 110 min. Melodrama. (14.55, Canal 1)

#### O Jogo do Falcão

«The Falcon and the Snowman» (EUA/1985). Real.: John Schlesinger. Int.: Timothy Hutton, Sean Penn, David Suchet, Lori Singer. Cor., 126 min. Ver Destaque. (22.05, SIC)

#### Mr. Destiny

«Mr. Destiny» (EUA/1990). Real.: James Orr. Int.: James Belushi, Linda Hamilton, Michael Caine, John Lovitz, Hart Bochner. Cor., 103 min. Ver Destaque. (22.10, Canal 1)

#### A Terra Treme

«La Terra Trema» (It./1948). Real.: Luchino Visconti. Int.: actores amadores (os pescadores de Acì Trezza). P/B, 152 minutos. Ver Destaque. (23.10, TV 2)

#### Uma Casa Muito Especial

«The Best House in London» (Gr.Br./1968). Real.: Philip Saville. Int.: David Hemmings, Joanna Pettet, George Sanders. Cor., 92 min. Comédia. (00.45, Canal 1)

#### Alvo Mortal

«Mickey and Nicky» (EUA/1976). Real.: Elaine May. Int.: Peter Falk, John Cassavetes, Ned Beatty, Rose Arrick. Cor., 115 min. Drama. (02.15, Canal 1)

### SÁBADO, 5

#### Casamento sem Noiva

«There Goes the Bride» (Gr.Br./1979). Real.: Terence Maciel. Int.: Tom Smothers, Twiggy, Martin Balsam, Sylvia Sims. Cor., 87 min. Comédia. (12.00, TV 2)

#### Com Asas nos Pés

«American Flyers» (EUA/1985). Real.: John Badham. Int.: Kevin Costner, David Grant, Rae Dawn Chong. Cor., 114 min. Ver Destaque. (14.55, SIC)

#### Amizade em Viena

«A Friendship in Vienna» (EUA/1988). Real.: Arthur Allan Seidman. Int.: Edward Asner, Jane Alexander, Jenny Lewis, Stephen Macht. Cor., 100 min. Ver Destaque. (15.20, Canal 1)

#### Onda de Violência

«Heat Wave» (EUA/1990). Real.: Kevin Hooks. Int.: Blair Underwood, James Earl Jones, Sally Kirkland. Cor., 100 min. Telefilme. (20.25, SIC)

#### «La Captive du Désert»

(Fr./1990). Real.: Raymond Depardon. Int.: Sandrine Bonnaire, Dobi Koré, Dobi Wachinké, Isai Koré, Brahim Barkai. Cor., 94 min. Ver Destaque. (20.30, TV 2)

#### Lucas

«Lucas» (EUA/1986). Real.: David Seltzer. Int.: Charlie Sheen, Corey Haim, Kerri Green, Courtney Thorne-Smith, Winona Ryder. Cor., 100 min. Ver Destaque. (22.00, Quatro)

#### A Síndrome da China

«The China Syndrome» (EUA/1979). Real.: James Bridges. Int.: Jane Fonda, Jack Lemmon, Michael Douglas. Cor., 122 min. Ver Destaque. (23.40, Quatro)

Academia de Ninjas (EUA/1990). Real.: Nico Mastorakis. Comédia. (Alternativa I); Chantagem em Hollywood (EUA/1990). Real.: Christopher Lewis. Policial. (Alternativa II);

Prisioneiros do Mal (EUA/1991). Real.: Vincent McEvety. Telefilme. (Alternativa III). (23.50, Canal 1)

#### Justiça Final

«Fever» (Austrália). Real.: Craig Lahiff. Cor. «Suspense». (01.20, Canal 1)

### DOMINGO, 6

#### O Repouso do Guerreiro

«Le Repos du Guerrier» (Fr./1962). Real.: Roger Vadim. Int.: Brigitte Bardot, Robert Hossein, Macha Méril. Cor., 97 min. Ver Destaque. (14.50, SIC)

#### Uma Luz na Floresta

«One Light in the Forest» (EUA/1958). Real.: Herschel Daugherty. Int.: Fess Parker, Wendell Corey, Joanne Dru. Cor., 88 min. Drama. (16.15, Canal 1)

#### Livre Como o Vento

«Run Wilde, Run Free» (Gr.Br./1969). Real.: Richard C. Sarafian. Int.: Mark Lesgier, John Mills, Sylvia Syms, Bernard Miles. Cor., 97 min. Infantil. (17.00, Quatro)

#### Nas Portas do Inferno

«Angel Heart» (EUA/1987). Real.: Alan Parker. Int.: Mickey Rourke, Robert De Niro, Charlotte Rampling, Lisa Bonet. Cor., 109 min. Ver Destaque. (21.25, SIC)

#### Romero

«Romero» (EUA/1989). Real.: John Duigan. Int.: Raul Julia, Richard Jordan, Ana Alicia, Eddie Velez, Alexandro Bracho. Cor., 101 min. Ver Destaque. (23.30, Canal 1)

### SEGUNDA, 7

#### Meu Reino, Minha Vida

«Campbell's Kingdom» (Gr. Br./1957). Real.: Ralph Thomas. Int.: Dirk Bogarde, Stanley Baker, Michael Craig, Barbara Murray. Cor., 96 min. Melodrama. (15.00, Canal 1)

#### Procura-se Jenny

«The Whereabouts of Jenny» (EUA/1990). Real.: Gene Reynolds. Int.: Ed O' Neill, Debrah Farentino, Eve Gordon, Mike Farrell. Cor., 96 min. Drama. (21.30, Quatro)

#### Henry & June

«Henry & June» (EUA/1990). Real.: Philip Kaufman. Int.: Fred Ward, Uma Thurman, Maria de Medeiros. Cor., 129 min. Ver Destaque. (22.00, SIC)

#### O Estado de Graça

«L'État de Grace» (Fr./1986). Real.: Jacques Ruffio. Int.: Nicole Garcia, Sami Frey, Pierre Arditi, Philippe Léotard. Cor., 86 min. Ver Destaque. (23.10, TV 2)

### TERÇA, 8

#### Drama na Família

«Nearest and Dearest» (Gr.Br./1972). Real.: Hylda Baker, Jimmy Jewel, Eddie Malin, Madge Hindle. Cor., 82 min. Comédia. (15.05, Canal 1)

#### Ruptura Explosiva

«Point Break» (EUA/1990). Real.: Kathryn Bigelow. Int.: Patrick Swayze, Keanu Reeves, Gary Busey, Lori Petty. Cor., 122 min. Drama. (21.20, Quatro)

#### O Uivo

«The Shout» (Gr.Br./1978). Real.: Jerzy Skolimowski. Int.: Alan Bates, Susannah York, John Hurt, Robert Stephens. Cor., 83 min. Drama. (23.10, TV 2)

### QUARTA, 9

#### Estranhos por Companhia

«The Company of Strangers» (Can./1990). Int.: Alice Diabo, Constance Gameau, Winifred Holden, Cissy Meddings, Mary Meigs. Cor., 100 min. Comédia. (14.55, Canal 1)

#### Tempo de Glória

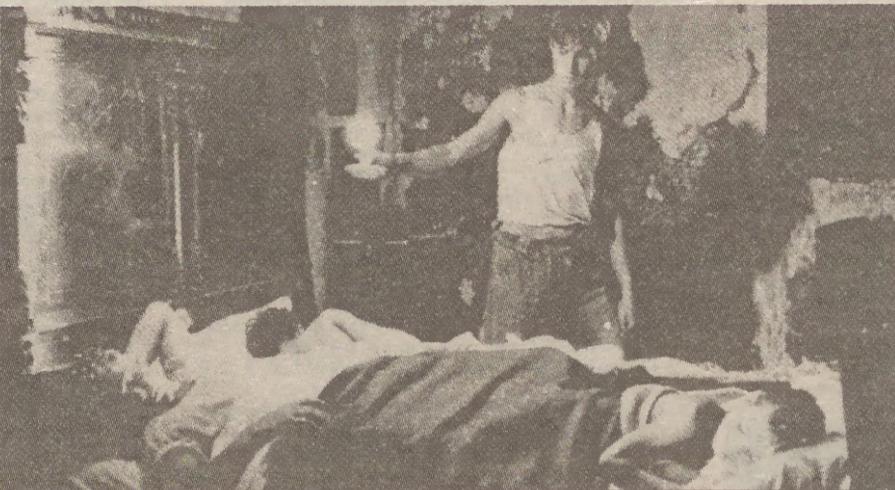
«Glory» (EUA/1989). Real.: Edward Zwick. Int.: Matthew Broderick, Denzel Washington, Morgan Freeman, Cary Elwes. Cor., 118 min. Ver Destaque. (21.55, Canal 1)

#### Chamas de Tormento

«Enjo» (Jap./1958). Real.: Kon Ichikawa. Int.: Raizo Ichigawa, Tasuya Nakadai, Ganjiro Nakamura, Yoko Uraji, Michiyo Aratama. P/B, 92 min. Drama. (23.10, TV 2)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## — Por isto e por aquilo... —



A cuidada composição dos planos, em «A Terra Treme», de Luchino Visconti

### A Capital do Crime (Quinta, 14.55, Canal 1)

Um programador de cinema que tivesse uma ideia precisa das «curiosidades» que às vezes lhe passam pelas mãos nunca teria tido a ideia peregrina de colocar este filme numa «sessão da tarde», não porque (entendamo-nos) para esta hora da emissão devam ser relegados os filmes menores, mas porque se há coisa que teoricamente se perfilava como funcionando bem quanto à criteriosa gestão dos géneros e dos públicos que vêem cinema na televisão, essa «coisa» era, regra geral, precisamente os espaços especializados que, para tal, tinham sido criados (e bem) nas grelhas das várias estações - e que, por todas elas, na desenfreada concorrência que se estabeleceu, passaram a ser incompreensivelmente subvertidos. É por isso que se recomenda, a quem para isso esteja apetrechado, que grave este curioso filme negro de um dos maiores realizadores de série B norte-americanos - Budd Boetticher -, um estudo seco e despido de artifícios sobre a trajetória e a biografia de um gangster implacável: o lendário Legs Diamond.

### Ambar Eterna (Quinta, 23.00, Quatro)

Um pouco à revelia do profundo conservadorismo de que está impregnado todo o projecto da Quatro (no âmbito da qual a sua programação cinematográfica acabou por constituir, mesmo que com recentes altos e baixos, a sua única e visível redenção) a transmissão deste filme, cujo argumento foi extraído de um romance de Kathleen Windsor ao tempo fortemente condenado pelas autoridades católicas, é atitude de algum arrojado que aqui se regista. O facto é que a história das aventuras amorosas de Ambre Saint-Clair, amante de Carlos II de Inglaterra - se bem que aqui vistas um pouco como um folhetim de capa e espada romântico e pseudo-histórico, à maneira de Hollywood - conserva o seu carácter libertário face aos cânones conservadores e foi excelentemente encenada por Otto Preminger que, após inúmeras peripécias de rodagem e posteriores problemas com a censura, ergueu uma obra cinematográfica inegavelmente fascinante. O destaque vai ainda para a interpretação de Linda Darnell e, tal como em Laura, para a fabulosa partitura de David Raksin.

### Harakiri (Quinta, 00.10, TV 2)

Trata-se de um filme fabuloso que a TV 2 foi buscar à obra de um dos melhores cineastas japoneses - Masaki Kobayashi - e que nos faz contactar com o mundo dos samurais e dos seus códigos de honra. Um samurai dirige-se aos domínios de um poderoso clã, pedindo autorização para cometer harakiri num recanto da sua propriedade. Mas a história que ele relata do suicídio de um seu familiar com um sabre de bambú, a tais extremos forçado pelo clã que agora o acolhe, leva-o a um impressionante acto de vingança, que ele premeditara para anteceder o seu próprio suicídio. Um filme que encena prodigiosamente violentíssimos combates e cruas cenas de harakiri, cujas sequências mais insuportáveis foram à época suprimidas nas cópias de exploração comercial no Ocidente, mas que, mesmo assim, ainda então afligia de morte os mais impressionáveis. Caso isso interesse ao leitor, quem vos escreve estas linhas esteve para fugir a sete pés (se a memória não falha) do S. Jorge... Mas esse era um tempo em que o cinema ainda intensamente se vivia, sobretudo, na solidária solidão da sala escura... Brrrrrrrr!

### O Jogo do Falcão

(Sexta, 22.05, SIC)

Um jovem que encontra emprego numa empresa de electrónica descobre os segredos que envolvem a actividade desta, dos quais os menos «inocentes» provêm do uso a dar às mensagens em código que são recebidas a partir de um satélite da CIA... É então que, «por idealismo» segundo rezam as crónicas, ele decide vender esses segredos aos russos, para tal contando com a complicitade de um amigo bem mais pragmático que se serve da massa em perspectiva para continuar a alimentar o seu vício na droga - o que leva tudo a perder... Tudo indicaria que John Schlesinger seria o realizador indicado para encenar esta história de espionagem baseada, aliás, em factos reais. Mas o filme, contrariando os cânones do género, a modos que resulta falho de acção e espectacularidade, apenas parecendo safar-se do empreendimento as interpretações de Sean Penn, no papel do jovem drogado, e de David Suchet, tão à vontade na figura de Poirot como na pele de um agente soviético... Uma questão de massa cinzenta...

### Mr. Destiny

(Sexta, 22.10, Canal 1)

Parece tratar-se de mais um filme em jeito de comédia que, contando a história de um cidadão que «por artes de puro sortilégio» regressa ao passado para tentar emendar a mão ao destino, se inspira na «encenação do maravilhoso» que encontramos em alguns excelentes exemplos do cinema clássico americano. Oxalá que o resultado não seja tão decepcionante como Campo de Sonhos, que o mesmo Canal 1 transmitiu há duas semanas. A confirmar.

### A Terra Treme

(Sexta, 23.10, TV 2)

Nesta sexta-feira de oferta particularmente fraca na programação cinematográfica nocturna dos vários

canais, sem dúvida que a escolha está facilitada ao espectador. O que de importante se passa, na matéria, resume-se à transmissão pela TV 2 desta inesquecível obra-prima de Luchino Visconti, La Terra Trema. Um filme marcante do período neo-realista italiano que, ao contrário da tendência estética que se manifestava em alguns outros notáveis exemplos desta fase do cinema, nos conta, em imagens esplendorosas e numa fabulosa utilização do som e da montagem, rigorosamente organizados pelo realizador, a dura vida dos pescadores de Acì Trezza, um pequeno porto nas vizinhanças de Catânia, na Sicília. Um filme com intérpretes amadores e rodado por entre grandes dificuldades financeiras em cenários naturais, como era timbre do género, mas que Visconti encenou com o rigor e o brilhantismo que iriam mais tarde caracterizar as suas grandes obras de ficção. A não perder.

### Com Asas nos Pés (Sábado, 14.55, SIC)

Alternando nas temáticas dos seus filmes entre o policial à maneira de Hitchcock (Steakout) e a dimensão fantástica das intrigas centradas no mundo da tecnologia (Jogos de Guerra ou Curio-Circuino), John Badham é sobretudo recordado - agora que a sua carreira entrou numa fase marcada por um cinema sujeito às regras convencionais - por um certo fulgor dos seus primeiros passos no cinema e pelas histórias girando à volta dos bandos de rapazes desocupados e «marginais» (Febre de Sábado à Noite). Entretanto, neste filme, o realizador manipula visivelmente uma outra temática - «não há rapazes maus» - e conta-nos a história de dois irmãos (dos quais um, coitadinho, está prestes a morrer) que entram numa das mais duras provas de bicicleta que se conhecem - a maratona do Colorado, nos EUA. Uma canseira, na pedaleira...

### Amizade em Viena (Sábado, 15.20, Canal 1)

Produzido pelos Estúdios Disney para a televisão por cabo americana, as referências apontam a este telefilme qualidades acima da média, as quais começam pelo estilo quase documental que lhe é dado pela narração off, a cargo de Jean Simmons, acabando na meticulosa reconstrução do drama de uma adolescente judia em fuga aos nazis durante a II Grande Guerra, dos quais é salvo por uma família cristã.

### «La Captive du Désert» (Sábado, 20.30, TV 2)

Um filme insólito e, ao que parece, fascinante (para o qual a RTP



Jack Lemmon e Jane Fonda, em «A Síndrome da China», de James Bridges

não indica o título português) realizado por Raymond Depardon, repórter fotográfico de algumas das maiores agências mundiais e especialista do cinema directo e documental. Aqui ele acompanha e observa, até ao rigoroso limite do insuportável, o trajecto de uma jovem francesa obrigada a sobreviver aos elementos, no seu penoso percurso pelo deserto do Níger.

### Lucas (Sábado, 22.00, Quatro)

Primeiro filme realizado por um conhecido argumentista, David Seltzer, Lucas conta com grande sensibilidade a história da paixão, sem correspondência, de um adolescente de quatorze anos por uma jovem recentemente chegada à cidade onde vive. Segundo rezam as referências, trata-se de um filme que, afastando-se dos habituais esquemas dramáticos versando os problemas da adolescência, ao mesmo tempo se distingue das vulgares experiências cinematográficas de Hollywood sobre o tema.

### A Síndrome da China (Sábado, 23.40, Quatro)

Já conhecido dos espectadores da RTP, A Síndrome da China, filme produzido por Michael Douglas, é uma poderosa denúncia, posta em



# a talhe de FOICE

## Porta do cavalo

*Faz o que eu digo, não faças o que eu faço. Este o lema dos nossos governantes, que enquanto se desdobram em cansativas viagens pelo país real pregando às massas o que devem fazer, vão eles próprios usufruindo das regalias da democracia de sucesso que afinal existe, mas só para alguns. O caso a que hoje nos reportamos passou-se há alguns meses, mas nem por isso a sua pertinência se perdeu. O protagonista é o titular da pasta da Saúde, Arlindo de Carvalho, que nos últimos tempos tem abrilhantado a sua apagada passagem pelas esferas governativas levando aos médicos e aos hospitais a cavacal mensagem contra o despesismo, que é como quem diz apertem o cinto meus amigos que a vida não está para graças, cortem nas despesas meus senhores que o orçamento não dá para tanto, vejam lá se se portam à altura de abrir as portas ao privado. Ora acontece que o nosso amigo Arlindo, para além de nos tratar da saúde, necessita, como qualquer mortal, que volta e meia lhe tratem da dele. Vai daí, um belo dia apareceu, devidamente acompanhado, no Hospital Egas Moniz. Embora ministro, ia à civil, ou seja, foi ali para ser observado. E foi, tendo mesmo sido submetido a vários exames complementares de diagnóstico. Para o caso vertente, o estado de saúde do ministro não é para aqui chamado. O que importa reter da história é que Arlindo de Carvalho não constava de qualquer lista de espera para a consulta, não pagou qualquer taxa moderadora, nem chegou ao Egas Moniz transferido do Hospital S. Francisco Xavier, como mandam as regras e sucede ao zé povinho. A mesma sorte não têm os médicos e demais trabalhadores das instituições de saúde, mesmo quando recorrem aos serviços em que trabalham. Numa cartinha enviada em finais do ano passado pelo Ministério da Saúde ao Hospital de S. José afirma-se, preto no branco, que "nada justifica, normativa e praticamente, que os trabalhadores das instituições de saúde sejam isentos de taxas moderadoras, mesmo tratando-se de trabalhadores das próprias instituições prestadoras do serviço taxado, salvo, evidentemente, se se inserirem em alguns dos grupos isentos por força do artº 2º do D.L. 54/92, de 11 de Abril".*

*A julgar pelos factos, o ministro, evidentemente, insere-se.*

*Nem outra coisa seria de resto de esperar. Imagine-se só os calafrios de desespero que percorreriam o Governo, a começar naturalmente pelo nosso primeiro, se os seus titulares andassem por aí a deitar dinheiro fora, num despesismo totalmente injustificado, em consultas privadas. Acresce, por outro lado, que com este exemplo se matam dois coelhos de uma cajadada. Para além da poupança, o ministro prova sem margem para dúvidas que os hospitais públicos funcionam e bem.*

*Quando algum mal intencionado aparecer a dizer cobras e lagartos dos cuidados que lhe couberam em sorte, o ministro, com saber de experiência feita, só tem que vir a público exibir a excelência dos serviços que tutela. Quanto à borla, a coisa complica-se, claro. É que nem todos podem ser ministros, nem estar isentos por força do tal artigo. Afinal, se não houvesse para aí uns milhões a ter que deitar contas à vida com o mês que lhes sobra no fim do dinheiro, como é que os governantes, tadinhos, que tanto se sacrificam por nós, podiam ficar isentos de taxas?*

*Enquanto o trilema não se resolver, paciência, uns vão continuar a entrar nos hospitais pela porta do cavalo, perdão, pela porta do ministro.*

■ AF

## UGT, patronato e Governo marginalizam CGTP

A CGTP acusou terça-feira a UGT de falta de diálogo, por se escusar a conversar para garantir uma representação condigna nos órgãos do Conselho Económico e Social (CES). Em comunicado, a CGTP revela ter proposto à UGT, em Maio, a discussão de formas de realização de acções conjugadas na luta contra o desemprego, pelo desbloqueamento da contratação colectiva, pela defesa dos direitos, pela elevação dos

salários na Administração Pública e do salário mínimo nacional. «Incompreensivelmente a UGT ainda não deu, até ao momento, uma resposta positiva», afirma a Inter.

Esta posição da CGTP surge na sequência de uma conferência de imprensa da UGT em que se afirmou estar a Intersindical «desnortada» quando acusou a UGT de dinamizar entendimentos com a Confederação da Indústria Portuguesa e com o Governo, para distri-

buir os lugares nos órgãos de direcção e nas comissões do Conselho Económico e Social.

O comunicado da CGTP diz que a composição da lista votada no CES na terça-feira, não fazem os membros da CGTP, isto depois de a Inter ter proposto à UGT uma posição concertada entre ambas «com vista a que o grupo sindical, no seu conjunto, tivesse representação condigna» naqueles órgãos.

Sobre comentário feitos acerca da filiação da CGTP na CES, o comunicado lembra que o pedido da CGTP foi feito em Março passado e que em reunião recente com o secretário-geral daquela confederação europeia, este manifestou «o interesse estratégico da CES quanto à filiação da CGTP-IN». O processo negocial está a decorrer e será da sua evolução «que decorrerá o timing de concretização» da adesão.

## Encontro PCP/PT da Coreia

O secretário-geral do Partido Comunista Português, Carlos Carvalhas, encontrou-se na terça-feira, na sede do PCP em Lisboa, com uma delegação do Partido do Trabalho da Coreia dirigida por Choe Tae Bok, secretário do Comité Central, que se encontra de visita a Portugal para participar na «Conferência Mundial em favor da Causa do Povo Coreano». Durante o encontro foi efectuada uma troca de informações sobre a situação nos respectivos países, com particular incidência sobre a situação prevalecente na Península da Coreia, tendo sido confirmada a solidariedade do PCP para com a luta do povo coreano pela reunificação pacífica da sua pátria e em defesa da sua soberania e independência nacional.

Faziam também parte da delegação do PCP, Albano Nunes, membro do Secretariado do Comité Central, e Domingos Lopes, membro do CC.



## Conferência pelo povo coreano

Uma «Conferência Mundial em favor da Causa do Povo Coreano - Pela Paz, a segurança, a soberania e a reunificação do país» realizou-se nos passados dias 30 e 31 em Lisboa. A conferência foi aberta pelo Marechal Costa Gomes, que teceu largas considerações a favor da reunificação da Coreia e sobre a presença norte-americana na Península, assim como sobre a saída da RDP da Coreia do Tratado de não proliferação de Armas Nucleares.

Guy Dupre, secretário-geral do CILRECO, uma organização internacional que defende a reunificação da Coreia, abor-

dou em profundidade a política de pressões e ingerências dos Estados Unidos sobre aquele país.

O PCP dirigiu uma saudação à conferência e esteve representado por uma delegação composta por Albano Nunes, do secretariado do Comité Central, Carlos Grilo e Domingos Lopes, membros do CC.

No final da conferência foi adoptado um Apelo aos povos de todo o mundo onde se pede o reforço do «apoio activo» e da solidariedade «ao povo coreano na sua luta pela reunificação e a paz na Coreia e por uma paz durável na Ásia e no mundo».

### Nota do Gabinete de Imprensa

## Aumento dos combustíveis é factura de uma política errada

O aumento no preço dos combustíveis decretado pelo Governo motivou, terça-feira, o seguinte comentário do Gabinete de Imprensa do PCP.

O aumento do preço de venda ao público da gasolina e do gásóleo agora decidido pelo Governo evidencia mais uma vez:

a) que o Governo continua a faltar à verdade e a manifestar a sua hipocrisia ao atribuir tal decisão ao aumento da cotação do dólar, quando a verdade é que este aumento de combustíveis visa sim tentar tapar o «buraco orçamental» que pode avaliar-se em cerca de 100 milhões de contos.

De facto, devido à política do Governo, que conduziu o País à recessão económica, trava o crescimento dos salários e aumenta o desemprego, as receitas fiscais dos principais impostos (IRS, IRC, Imposto Automóvel, etc.) cobrados nos primeiros meses do ano, ficaram muito abaixo do que estava orçamentalmente previsto.

Acresce que a forma como o Governo, no processo do Mercado Único da CEE, procedeu à eliminação das fron-

teiras no início do ano, sem qualquer preparação minimamente adequada, aumentou substancialmente a fuga ao fisco na cobrança do IVA à entrada do País (nas importações), e, por isso, as receitas do IVA estão abaixo das registadas no período homólogo de 1992 em várias dezenas de milhões de contos.

b) que o Governo continua a passar ao povo português a factura da sua errada política, como aliás já se verificou com a sobrevalorização artificial do escudo e com as elevadas taxas de juro.

O PCP insiste que, face a tão grande «derrapagem» orçamental, o Governo tome a iniciativa de se apresentar na Assembleia da República para reapreciação e reanálise do Orçamento do Estado para 1993, em vez de o País continuar a andar a reboque dos factos, como já aconteceu com a desvalorização do escudo.

Do mesmo modo, impõe-se como necessidade urgente o aumento do subsídio ao gásóleo para os agricultores, nos mesmos 5\$00 em que o preço foi agora aumentado.

